

Vinicius Seabra  
Daniele Lopes Oliveira  
[ORGANIZADORES]

# INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

POSSIBILIDADES, CONTEXTOS  
E ASPECTOS PRÁTICOS



 **Pedro & João**  
editores

**INICIAÇÃO CIENTÍFICA:  
POSSIBILIDADES, CONTEXTOS E  
ASPECTOS PRÁTICOS**



**Pedro & João**  
editores

**As pesquisas descritas nesse livro foram  
desenvolvidas em projetos de iniciação científica  
desenvolvidos por alunos e professor da Faculdade  
de Piracanjuba (FAP)**



**Vinicius Seabra**  
**Daniele Lopes Oliveira**  
[ORGANIZADORES]

**INICIAÇÃO CIENTÍFICA:**  
**POSSIBILIDADES, CONTEXTOS E**  
**ASPECTOS PRÁTICOS**

  
**Pedro & João**  
editores

**Copyright © Faculdade de Piracanjuba, autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores. Todos os direitos em língua portuguesa são reservados a Faculdade de Piracanjuba. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio (eletrônico, mecânico, fotocópias, etc.) sem a devida permissão dos editores, podendo ser usada apenas para breves citações (Lei n. 9.610 de 19.2.1998).

---

**Vinicius Seabra; Daniele Lopes Oliveira [Orgs.]**

**Iniciação Científica: possibilidades, contextos e aspectos práticos.**  
São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 210p.

**ISBN: 978-65-5868-276-8 [Impresso]**  
**978-65-5869-277-5 [Digital]**

1. Pesquisa. 2. Educação. 3. Ciência. 4. Iniciação científica. I. Título.

CDD – 370

---

**Capa:** Petricor Design

**Título original em português:** Projetos de iniciação científica: possibilidades, contextos e aspectos práticos

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**  
www.pedroejoaoeditores.com.br  
13568-878 - São Carlos – SP  
2021

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Milton Justus	9
PREFÁCIO Cristiano Araújo	11
O USO DA HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA Vinicius Oliveira Seabra Guimarães	13
UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE ROBÓTICA PEDAGÓGICA E FINALIDADES EDUCATIVAS Luso Soares Madureira Quelen Mombaque Ramos	23
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: LEI Nº 11.340/2006 - ESTUDO DE CASO EM PIRACANJUBA/GO Amanda Mesquita Daniele Lopes Oliveira	37
CONCRETO RECICLADO E APLICAÇÃO EM CASA DE MORADORES HIPOSSUFICIENTES DO CORREDOR DO HOMERO EM PIRACANJUBA/GO Ailton Rodrigues de Oliveira Júnior Daniele Lopes Oliveira	51
CONHECIMENTO, APLICAÇÃO E BENEFÍCIOS DO MARKETING DE RELACIONAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES Marliane Tavares De Souza João Carlos Mohn Nogueira	65

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2019 Raquel Kamenak Junqueira Marcos Flávio Ribeiro Valério Júnior	89
VACINAÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS EM PIRACANJUBA/GO Guynever Freitas Sousa Kempa Daniele Lopes Oliveira	115
COMPARAÇÃO DA APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA, FREQUÊNCIA CARDÍACA E PERCEPÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO ENTRE PRATICANTES DO TREINAMENTO FUNCIONAL OU MUSCULAÇÃO Rafael Ribeiro Alves Henrique Aires Da Silva Gilberto Araújo Pereira Suzy Laisy Araújo Raquel Aparecida Godoi Maria Santa Silva de Andrade Marks Paulo de Oliveira Paiva	125
TRADE DRESS: PERSPECTIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO Gabriel Marques de Andrade Hyllari Costa Pontes Gabrielle Andrade da Silva	135
A LEI Nº 10.098 DE DEZEMBRO DE 2000 E A ACESSIBILIDADE COMO DIREITO SOCIAL EM PIRACANJUBA/GO Lourde Mary Simões Silva Daniele Lopes Oliveira	147

FILOSOFIA DO BELO E ABEIRAMENTO ENTRE TEOLOGIA E ESTÉTICA EM TEMPOS DE MODERNIDADE LÍQUIDA Gabriela de Araujo Freitas Silvânia Vieira do Prado Cleub Evaristo	157
DESAFIOS DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NOS ANOS INICIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Raquel Sorrah Serafim Silva Vitória Regina Neto dos Santos Adevane da Silva Pinto Fernanda Galdino da Silva	183
ESTUDO SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO EM PIRACANJUBA/GO Sanderson de Moura Bessa Daniele Lopes Oliveira	199
RESENHA CIENTÍFICA: A MÚSICA E SUA INFLUÊNCIA NA BANALIZAÇÃO DO PAPEL DA MULHER Mirelle S. Correia Pablo Ribeiro Gomes Geraes	207



## APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Piracanjuba (FAP) tem promovido ações de iniciação científica em todos os seus cursos, tendo por objetivo introduzir os alunos e as alunas no campo da pesquisa acadêmica, desenvolvendo o pensamento científico e estimulando o raciocínio crítico-analítico. Os programas de iniciação científica da FAP se integram a um projeto institucional que oferece uma formação amparada em princípios teóricos e metodológicos, além de contribuir para a materialização e disseminação do conhecimento para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

A iniciação científica é uma oportunidade para o aluno desenvolver um pensamento crítico, ético e profissional. O ambiente universitário é um importante contexto para promover o estímulo e o incentivo à pesquisa, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e no envolvimento entre a comunidade acadêmica e a sociedade local. Para isso, é necessário apoio institucional e professores comprometidos com a ciência. Engajamento esse que tem sido notório nos projetos de pesquisa desenvolvidos nos cursos da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

O reconhecimento da importância estratégica da ciência e a necessidade de institucionalizar as ações de incentivo e fomento às atividades científicas, tecnológicas e educacionais, levou a Faculdade de Piracanjuba (FAP) a produzir esta publicação com o apoio de professores e professoras dos diversos cursos da FAP, além de parcerias interinstitucionais que enriqueceram o debate. Dessa maneira, esta obra tem o intuito de dar maior visibilidade e notoriedade para os discentes e docentes que se debruçam sobre essa importante prática acadêmica: a iniciação científica.

Prof. Dr. Milton Justus (@miltonjustus)

*Diretor Geral e Presidente da mantenedora da Faculdade de Piracanjuba (FAP).*

*Graduado em Administração, Serviço Social, Filosofia e Teologia. Mestre e*

*Doutor em Educação.*



## PREFÁCIO

Yuval Noah Harari, em *21 lições do século XXI*, diz que “a Educação é a única mudança constante” (2020, p. 275). E alguns desafios reflexivos nos são propostos: O gênero humano está preparado para as inúmeras revoluções que a inteligência artificial já está operando na vida moderna? Que mundo teremos em 2050 e/ou 2100? Para a escola basta abarrotar os estudantes de uma infinidade de informações pré-determinadas? Como ser humano, família, escola, universidade e sociedade devemos acostumar-nos a uma educação para o pensamento crítico, comunicação, colaboração e criatividade. Num mundo em que tudo é fluido e novo nossas razões neurológicas são testadas ao extremo, num cenário apocalíptico-pandêmico então, sabemos como estamos. Assim, “para correr tão rápido, não leve muita bagagem consigo. Deixe para trás suas ilusões. Elas são pesadas demais” (HARARI, 2020, p. 284).

A iniciação científica é necessária assim como também o é ato ousadamente engajado. Em primeiro lugar, o tripé do ensino superior no Brasil está pautado na relação ensino-pesquisa-extensão. Deste elo, a iniciação em pesquisa carece sempre de uma maior atenção para proposituras temáticas para o crescimento acadêmico dos alunos de graduação. Em segundo lugar, urge o engajamento dos alunos na iniciação científica durante a formação discente, oportunidades para o ato de pesquisar assim como de divulgação das pesquisas além dos muros universitários. Como universitários (sic) que são, fazem diariamente a universidade, e precisam de um caminho aberto para pesquisar nas diversas áreas científicas, mas também terem condições de tornarem públicas suas descobertas. Portanto, além de necessária é um ato de

engajamento ousado tão relevante que a FAP propicia junto ao seu corpo docente e discente esta publicação.

Nesse jogo com o passado-presente, presente-presente e com o presente-futuro toda iniciativa científica é bem vinda num cenário em que a mudança é a única constante. Que esta obra laboral-científica, agora tornada pública, atinja um número maior de leitores e leitoras que realizem o *sapere aude* kantiano, ou seja, usem saber.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA: POSSIBILIDADES, CONTEXTOS E ASPECTOS PRÁTICOS, organizado sob a batuta dos professores Vinicius Seabra e Daniele Lopes Oliveira aborda temas diversos quanto relevantes no que tange às reflexões plurais e propositivas para o nosso século XXI. A Faculdade de Piracanjuba através da promoção da iniciação científica colabora para que as questões teórico-universitárias dialoguem com nosso tempo assim como com a nossa sociedade, e deste modo, destaca-se a ação docente e discente no pensamento contemporâneo.

Aos leitores, *sapere aude*.

Prof. Dr. Cristiano Araújo (@institutocristianoaraujo)  
*Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.*  
*Mestre em Letras - Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Licenciado em Letras Português-*  
*Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estácio de Sá.*

# O USO DA HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães<sup>1</sup>

**Resumo:** A metodologia História Oral é um recurso que permite ao pesquisador aprofundar nas narrativas de histórias e vivências de pessoas que não têm destaque midiático. A metodologia parte do discurso individual, porém entende-se que tal discurso é uma representação social, fruto de uma construção de origem coletiva, histórica e cultural. Neste viés, a memória e o esquecimento se constituem no escopo para investigação.

**Palavras chave:** História Oral. Memória. Esquecimento.

**Abstract:** The Oral History methodology is a resource that allows the researcher to deepen the narratives of stories and experiences of people who are not highlighted by the media. The methodology starts from the individual discourse, but it is understood that such discourse is a social representation, the result of a construction of collective, historical and cultural origin. In this bias, memory and forgetfulness constitute the scope for investigation.

**Keywords:** Oral History. Memory. Forgetfulness.

## Introdução

A abordagem metodológica denominada “História de Vida” teve origem na década de 1920, mais especificamente

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutor em Educação pela PUC Goiás. Pós-graduado em Gestão Escolar pela UGF. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela FGF. Licenciatura em Sociologia pela UNIDERP. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFACVEST. Graduado em Administração pela PUC Goiás. Graduado em Teologia pelo STEBB. Professor e Coordenador do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

na Escola de Chicago. Os principais precursores foram os sociólogos W. I. Thomas e F. Znaniecki. Essa metodologia se insere nos estudos qualitativos de tipo etnográfico que privilegiam a história, a memória e, em especial as histórias de vida dos sujeitos como elementos explicativos das descrições e sentidos atribuídos à realidade e condição por ele vividas.

A referida metodologia orienta-se pela perspectiva histórico-dialética e relacional fundamentadas em autores da História Oral, por compreender que a construção das formulações teóricas e empíricas na construção do objeto de pesquisa necessitam de uma análise tanto em seu aspecto histórico, antropológico e também sociológico, tendo como intuito de compreender as condições de vida e perspectivas de futuro dos agentes a serem investigados.

Os estudos em História Oral e História de Vida estão em consonância com o movimento “história-vista-debaixo”, que como explica Burke (1992), considera “as opiniões de pessoas comuns sobre seu próprio passado” (p. 16). A abordagem da História de Vida conecta as vivências atuais como resultado de um passado presente na vida social. Esta abordagem privilegia o resgate da memória, mas também dá atenção ao esquecimento como produtor de identidade e de cultura, para tanto, a ênfase é dada ao passado como agente do presente e significação do futuro.

## **A metodologia da História Oral**

O principal representante da História Oral é Paul Thompson. No Brasil, a metodologia História Oral foi introduzida na década de 1970, mas ganha destaque a partir da década de 1990, especialmente a partir da criação da Associação Brasileira de História Oral em 1994. Parte-se do pressuposto que “toda história depende, basicamente, de sua finalidade social” (Thompson, 1988, p. 20). Assim como

afirma Lombardi (2011), há “limites cada vez mais elásticos da capacidade de esquecer” (p. 77). Portanto, segundo o autor, “usar a memória como fonte para a História, implica em se adotar, voluntária ou involuntariamente, as filtragens já socialmente adotadas” (p. 78). Nesta metodologia, segundo Thompson (2002), o silêncio é um fator que merece destaque e sensibilidade nos relatos.

A História Oral é um caminho metodológico que dá voz aos sujeitos e que possibilita a reconstrução da história por meio dos relatos individuais e/ou coletivos. Segundo François (2006), a História Oral “dá atenção aos ‘dominados’, aos silenciosos e aos excluídos da história” (p. 67). Por isto, para Aragão (2013), o propósito desta metodologia “não é buscar as verdades contidas nas falas dos entrevistados, mas entendê-las como representações” (p. 37). Concordando com tal postulado, Piedade (2015) afirma que “a história de vida é uma atividade de síntese que se apropria das estruturas sociais, interiorizando-as e exteriorizando-as, isto é, reproduzindo-as” (p. 261). É neste sentido, que as histórias de jovens pobres evadidos da escola podem oportunizar aprendizado sobre a vida coletiva e seus desdobramentos junto às práticas educativas.

Para Thompson (1988) “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (p. 17). Desta maneira, afirma Bourdieu (2006) que a vida constitui um todo, sendo um conjunto coerente e orientado, intencionalmente, ainda que imperceptível. Para este autor o importante, então, é perceber o que a testemunha quer expressar e quais os motivos que a levam a expressar. Por esta razão, o trabalho com História Oral, como defende Alberti (2005), “exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim” (p. 24). É válido ressaltar a observação de Thompson (1998) que enfatiza ser

esta uma metodologia constituída em torno de pessoas, não de heróis ou líderes.

Para Thompson (2002) há vozes ocultas na História e “a História Oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos” (p. 16 e 17). Para o autor, esta é uma metodologia que no contexto do Brasil consegue apreender as histórias de povos indígenas, comunidades rurais e das famílias das favelas das grandes cidades. Para o autor, há esferas ocultas que a metodologia História Oral ajuda a compreender, e cita como exemplo o crime, a violência, o mundo das drogas e a cultura informal do trabalho.

Segundo Abrahão (2004), o método História de Vida está inserido na História Oral, o que permite ao pesquisador construir, com intencionalidade, uma memória pessoal ou coletiva em um determinado período histórico. Sendo assim, segundo a autora, tal metodologia se difere de outras formas de relatos como autobiografias, as histórias de personagens e as tradições orais. Por esta razão, a autora também distingue entre relato de vida e História de Vida, sendo o primeiro apenas uma descrição unilateral sem análise reflexiva acerca do contexto social em que se está inserido, e o segundo uma construção histórico-social com implicações e representações coletivas a partir das vivências de uma ou mais pessoas.

Para Thompson (1998) as entrevistas, seguindo o norte metodológico da História Oral, devem ser feitas com profundo respeito às memórias e esquecimentos dos sujeitos investigados. Por isto o autor orienta que o “historiador vem pra entrevista para aprender, sentar-se ao pé de outros...” (p. 32). Segundo o autor, as respostas e a linguagem dos entrevistados variam de acordo com o local

das entrevistas. Como exemplo disso, o autor destaca que uma entrevista em casa tende a aumentar as pressões por ideias morais, uma entrevista num bar tende a favorecer os atrevimentos e uma entrevista no ambiente de trabalho poderá agregar mais formalidade as respostas.

### **A memória, o esquecimento e negação do passado**

A partir do que fora exposto, nos permite afunilar no pressuposto de que as histórias contadas pelos homens deixam transparecer suas experiências vividas, os ambientes sociais e culturais que as contextualizaram e as moldaram, bem como as interpretações e reações dos sujeitos, conforme defende Thompson (1988). Então, as histórias contadas pelos homens acerca da sua vida, para além de documentos pessoais e testemunhos de uma existência singular, podem ser entendidas como janelas através das quais podemos olhar e perceber os mundos que nelas se construíram, explicitando assim suas trajetórias e intenções de futuro. Por esta razão, Dalgalarrondo (2008), aproxima a memória com a vivência do presente:

A memória é a capacidade de registrar, manter e evocar as experiências e os fatos já ocorridos [...] Tudo o que uma pessoa aprende em sua vida depende intimamente da capacidade de memorização [...] Alguns dos principais pesquisadores atuais em neurociências e comportamento atribuem papel central da memória na própria definição e na constituição do ser humano. [...] somos aquilo que recordamos (ou que, de um modo ou de outro, resolvemos esquecer) – destaque do autor. (p. 137).

A perspectiva de Dalgalarrondo (2008) está em convergência com Delgado (2003) ao afirmar que “memória não se reduz ao ato de recordar” (p. 17). Logo,

analisar o esquecimento e o abandono do passado se torna fundamental no processo de reconstrução da memória e da História de Vida, pois como considera Bauman (2008):

[...] podemos dizer que hoje, em nossa experiência como humanos, o passado não conta muito, pois não oferece fundamentos seguros para uma perspectiva de vida, não se cuida de maneira adequada do presente porque ele está virtualmente fora de controle e existem boas razões para temer que o futuro reserve mais surpresas desagradáveis, sofrimentos e atribulações. Em nossos dias, a precariedade não é uma questão de escolha, *é o destino* – destaque do autor. (p. 196).

O esquecimento, portanto, se torna um fator determinante na formação da cultura. Neste sentido, para Piedade (2015) “o modo de lembrar torna-se simultaneamente um ato individual e social” (p. 263). Lombardi (2011) confirma tal concepção e acrescenta: “ao mesmo tempo em que a cultura é feita de memória, esta contraditoriamente também implica no esquecimento” (p. 77). Entendendo, segundo este autor, que a memória é “a possibilidade e capacidade de dispor dos conhecimentos passados” (p. 86). Sendo assim, o esquecimento e a memória são mecanismos capazes de conservar, reviver e restabelecer as atuais vivências histórico-sociais.

O esquecimento se insere na História de Vida das pessoas, especialmente dos jovens pobres evadidos da escola, sujeitos desta pesquisa, a partir da fluidez da própria modernidade em que se está inserido, tornando-os relativamente surdos com relação ao próprio passado, mudo em termo de capacidade de narrativa e configurando certa amnésia individual das próprias histórias coletivas. Como adverte Bauman (2011):

O jogo da vida é rápido, omnívoro, devorando a atenção e não deixando um instante de pausa permitindo o pensamento e a concepção de propósitos mais elaborados [...] O resultado global é a fragmentação do tempo em episódios, cortados cada um deles do seu passado e do seu futuro, cada um deles fechado sobre si próprio e bastando-se a si próprio. O tempo já não é um rio, mas uma coleção de pântanos e tanques de água. (p. 96).

Na perspectiva de Jameson (2000), atualmente há uma crise de historicidade que é capaz de desvelar um diagnóstico cultural de esquizofrenia social. Para tanto, o autor afirma que “somos incapazes de unificar o passado, o presente e o futuro de nossa própria experiência biográfica” (p. 53). Para esse autor, o resultado estético desta ruptura de temporalidade é o isolamento e o fortalecimento do presente, numa espécie de materialidade das percepções e a perda da realidade. Sendo que tudo se dá numa intensidade “alucinógena ou intoxicante” (p. 54).

Para Harvey (2005), baseado nos estudos de Georges Gurvitch (1894-1965) acerca da tipologia dos tempos sociais, afirma que “cada relação social contém seu próprio sentido de tempo” (p. 204). Para Piedade (2015), baseada nos estudos de Halbwachs, “a lembrança é a sobrevivência do passado” (p. 273).

O tempo presente é o único tempo que, efetivamente, interessa e integra ao *habitus* da vida contemporânea, pois como defende Jameson (2000), isto faz parte da lógica cultural do capitalismo tardio. Por esta razão, o esquecimento faz parte da narrativa da vida moderna, assim como a negação das memórias do passado. Segundo Bauman (2011) a sociedade atual só consegue viver uma parte da história e “não se deixa integrar facilmente numa totalidade” (p. 97). Esta sensação de desapego ao passado e virtualidade do futuro aponta para uma realidade do

mundo do capitalismo emergido na lógica do consumismo, onde o imediatismo, flexibilidade e satisfação momentânea são discursos assimilados com naturalidade. Neste viés, Bauman (2008), considera que as âncoras estão flutuando, ou seja, não há mais pontos fixos, tudo se torna transitório, inclusive e primariamente, a memória. Desta forma, a sociedade hodierna vive um processo de fragmentação do tempo, do espaço, da identidade e da moral, conforme defende Bauman (2011).

### **Considerações finais**

A metodologia História Oral e a História de Vida são importantes recursos para se analisar os sujeitos que se integram à narrativa dos que contam “história-vista-debaixo” (BURKE, 1992). Para além, também contribui para compreender que a cultura e a formação histórica dos sujeitos são um fenômeno que perpassa todas as esferas da sociedade e se fixa como base dos processos de produção e reprodução social.

A História Oral e a História de Vida partem da memória como principal fonte empírica para as pesquisas. Nesse sentido, é preciso assimilar que a memória se dá pelo registro de um fato acontecido. Logo, a função da memória é interferir na organização e no funcionamento da pessoa e nas suas relações com a exterioridade (experiências inter e trans subjetivas) ou consigo mesmo (intersubjetividade).

A memória e o esquecimento são importantes agentes para a dinâmica social porque é um sistema depositário, não só do passado, mas também da própria organização pré-formadora do presente. Dessa forma, uma experiência sem memória, e sem esquecimento, é como um trabalho realizado por primeira vez, de resultado não registrado e sem criar previsibilidade para seu agente.

## Referências

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto *et al.* *História e Histórias de Vida*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARAGÃO, Milena. *A História Oral e suas Contribuições para o Estudo das Culturas Escolares*. Revista Conjectura: Filosofia e Educação. Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, v. 18, n. 2, pp. 28-41. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida em Fragmentos: Sobre Ética Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BOURDIEU, Pierre *in* AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *A ilusão Biográfica in Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BURKE, Peter [org]. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: ARTMED, 2008.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral e Narrativa: Tempo, Memória e Identidades*. Revista História Oral – Associação Brasileira de História Oral, n. 6, pp. 9-25, jul. 2003.
- FRANÇOIS, Etienne *in* AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Fecundidade da história oral in Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.
- JAMESON, Frederick. *Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- LOMBARDI, José Claudinei [org]. *História, memória e educação*. Campinas: Alínea, 2011.

PIEIDADE, Ana. *As manhas que a vida ensina à gente: a transgressão como estratégia de resistência*. Revista História Oral – Associação Brasileira de História Oral, v. 18, n. 2, pp. 259-282, jul/dez. 2015.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Paul. *História Oral e Contemporaneidade*. Revista História Oral – Associação Brasileira de História Oral, n. 5, pp. 9-28, jul. 2002.

# UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE ROBÓTICA PEDAGÓGICA E FINALIDADES EDUCATIVAS

Luso Soares Madureira<sup>1</sup>  
Quelen Mombaque Ramos<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste presente artigo buscou-se fazer um levantamento de trabalhos científicos ligados à robótica educacional. Para tanto, utilizou-se do método de pesquisa do tipo estado do conhecimento, focado na área da educação. Os resultados revelaram a falta apropriação de conceitos didáticos por parte dos envolvidos em relação ao uso da Robótica Pedagógica. A discussão dos trabalhos sinalizou a necessidade de aprofundamento de estudos que possibilitem a elaboração de projetos robóticos mais engajados com uma visão menos instrumental.

**Palavras-chave:** Robótica Pedagógica. Ensino-Aprendizagem. Finalidades educativas.

**Abstract:** In this article, we sought to survey scientific work related to educational robotics. For that, we used the research method of the state of knowledge type, focused on the area of education. The results revealed the lack of appropriation of didactic concepts by those involved in relation to the use of pedagogical robotics. The discussion of the works signaled the

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela PUC GO. Especializando em Robótica Educacional pela UNINTER. Mestre em Ensino de Ciências (Mestrado Acadêmico) pela UNICSUL. Especialista em Docência no Ensino da Matemática com ênfase Estatística e Probabilidade pela FACIMAB. Especialista em Docência no Ensino da Matemática com ênfase em Educação de Jovens e Adultos pela FACIMAB. Licenciado em Pedagogia (Licenciatura Plena) pela UVA. Licenciado em Matemática (Licenciatura Plena) pela UNITINS. Professor do Curso de Administração e Engenharia Civil da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

need for further studies to enable the development of more engaged robotic projects with a less instrumental view.

**Keywords:** Pedagogical Robotics. Teaching-Learning. Educational purposes.

## Introdução

Atualmente, no ambiente escolar, é comum encontrarmos práticas tradicionais de ensino e aprendizagem que visam tão-somente a otimização dos procedimentos de memorização e com pouco uso da tecnologia educativa. Nesse contexto, o uso da Robótica Pedagógica (RP) tem sido uma proposta auxiliar de ensino-aprendizagem que tende superar a questão do ensino tradicional e, conseqüentemente, elevar o uso de tecnologia em sala de aula com vista a erradicar a desmotivação dos alunos, proporcionando uma ampliação da capacidade interação dos conteúdos propostos.

Em linhas gerais, a RP é uma ferramenta tecnológica que possui diversas formas de utilização, sendo que a maioria delas são acessíveis a diferentes áreas do conhecimento, capaz de auxiliar principalmente no desenvolvimento, na autonomia e na responsabilidade dos envolvidos. Esse processo se dá por meio de atividades que envolvem montagens estruturais, motorizadas e programáveis de protótipos a partir de temas preestabelecidos pelo docente.

No Brasil, além de encontramos dinâmicas sólidas de ensino-aprendizagem que utilizam a RP em ambientes escolares: Ribeiro (2017), Cruz (2017), Martins (2017) Antunes (2016), Araújo (2015), Callegari (2015), Nogueira (2015), Stroeymeyte (2014), Schivani (2014), Campos (2011), Barbosa (2011, 2016), Silva (2010), Cabral (2010), César (2009), Júnior (2009), Santos (2004), Santana (2003).

Também é possível localizar estratégias educativas que envolvem trabalhos interdisciplinares com intuito de preparar estudantes para competições de robótica a nível nacional e internacional.

As competições têm o objetivo de promover todos os processos que se utilizam da RP desde a construção até a montagem e programação de robôs educacionais. Nesse sentido, destacam-se em nível nacional, as Olimpíadas Brasileira de Robótica, a Competição Brasileira de Robótica, o Torneio Juvenil de Robótica entre outros. Em algumas partes do Brasil, há, também, seletivas nacionais para competições de nível internacional com abrangência mundial como, por exemplo: *RoboCup*, *RoboCup Junior*, *World Robotic Olympiad*, *RoboWorld Cup*, *DARA Robotics Challenge*, *Latin-American Robotics Competition*, *International Tournament of Robots*, Torneio de Robótica FIRST LEGO *League*, etc.

Diante das múltiplas formas de utilização da RP, tanto no meio escolar quanto em situações de competições que tem a conotação educativa, propomos fazer uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, focado na área da educação, para que, em seguida, fosse possível analisar quais são os objetos de estudo das pesquisas selecionadas quando associadas a projetos educativos envolvendo a RP, para que depois seja possível, verificar as finalidades educativas presentes nestes trabalhos.

Portanto, espera-se que os resultados contribuam para a elaboração de projetos com auxílio da RP no ambiente escolar, no sentido de minimizar as questões que são muitas vezes são discutidas levando em consideração somente questões aparentes.

## **Metodologia**

Este projeto originou-se através da pesquisa do estado do conhecimento (ANDRÉ, *et al.* 1999), no qual o objetivo central é realizar um levantamento das produções científicas realizadas no período compreendido entre 2003 e 2017. O levantamento foi feito com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes/MEC, exclusivamente.

O processo de seleção das pesquisas ocorreu inicialmente por meio da leitura dos resumos, levando em consideração os trabalhos que tinha no título o termo: Robótica Pedagógica ou Robótica Educacional. Se as informações contidas no resumo não fossem claras, ou insuficientes, ou até mesmo confusas, o trabalho era lido de forma parcial ou integral até obter a compreensão almejada para o objetivo proposto.

No levantamento, fizemos um recorte que nos possibilitou reunir um total de 19 (dezenove) pesquisas que abordaram a temática RP. Sendo que 15 (quinze) pesquisas em nível de dissertação e 4 (quatro) em nível de doutorado.

### **Algumas considerações sobre o levantamento dos dados**

Como não nos pautamos em nenhum definidor para o enquadramento de categorias, fizemos aleatoriamente um balanço inicial das áreas de conhecimento que foram associados ao procedimento investigativo envolvendo a RP e, em seguida, fomos destacando os pontos que mais nos chamou atenção.

## Robótica Pedagógica e as áreas do conhecimento

Este tópico representa as disciplinas curriculares que foram associadas ao uso da RE nas pesquisas selecionadas, veja na Tabela 1.

**Tabela 1:** Áreas associada ao uso Robótica Pedagógica na Educação

Matemática	Física	Música	Ensino de Ciências	Várias Disciplinas	Montagens Robóticas
3	3	1	1	4	7
16%	16%	5%	5%	21%	37%

Fonte: Autores

Após análise inicial, sobre as áreas que mais foram associadas ao uso da RP, percebeu-se em primeiro lugar, que 37% das publicações fizeram suas pesquisas dando foco exclusivo somente às montagens robóticas. Em segundo lugar, foi detectado que 21% das pesquisas associaram os materiais de robótica a ensino-aprendizagem de várias disciplinas, mostrando pouco rigor metodológico nos processos investigativos ou, em alguns casos, a ausência do mesmo. Em terceiro lugar, destaque-se a associação da RP a disciplinas de exatas, com 16% voltado para o ensino de Matemática e 16% voltado para o ensino de Física. Por fim, constatou-se que 5% das pesquisas se associaram ao ensino de Música e o restante que também somam 5%, associou ao ensino de Ciências.

## Robótica Pedagógica e a formação de professores

Neste tópico fizemos um balanço das pesquisas que trataram da formação de professores. Percebemos que quando o assunto é formação de professores, há um

número muito pequeno de trabalhos, apenas 5 (cinco). Dos cinco trabalhos, dois foram destinados à área de Física, um à área de Matemática, um à área de Montagem Robótica e um à área de Música.

Para uma compreensão geral dos trabalhos selecionados, fizemos um relato sucinto do que achamos pertinente. Começaremos a análise com o trabalho de Antunes (2016), que tratou da junção da robótica com a música. A formação de professor pretendida nos causou estranheza, pois foi estabelecida sem os professores terem formação na área nuclear de Música, ou seja, além dos professores não terem formação em Robótica, tinham que se apropriar de processos que envolvem o ensino de Música. O mais confuso foi que o resultado mostrou que é possível relacionar as duas áreas. Só que esse "relacionar" estava muito aquém do processo de desenvolvimento esperado.

As pesquisas de Diniz (2015) e Santos (2004), que utilizaram a RP na formação de professores de Física, nos mostram aquilo que estava aparente. Por exemplo, foi identificado nas duas pesquisas, que o uso dos aparatos robóticos são eficazes para o ensino de Física e que "mudanças significativas" ocorreu depois que utilizaram os equipamentos robóticos, porém, as pesquisas não deixaram claro, o processo didático desenvolvido para a realidade da escola onde ocorreram as pesquisas.

Seguindo o mesmo raciocínio, o trabalho de Barbosa (2011) que tratou da formação de futuros professores (na graduação) e de professores atuantes (da rede pública) frente a disciplina de Matemática, mostrou praticamente os mesmos resultados apontados nas duas pesquisas anteriores. E ainda deixou claro que ao utilizar o máximo de tecnologia possível, tínhamos um resultado ainda melhor, embora não tenha apontado caminhos claros para essa afirmação.

Por último, na pesquisa de César (2009) observou-se uma superficialidade no tratamento da RP, e isso ocorreu porque a pesquisa que tinha por objetivo formar professores para futuras aplicações em suas áreas específicas acabou evidenciando apenas as potencialidades e possíveis limites do uso dos artefatos robóticos sem traçar nenhum plano metodológico e/ou didático que realmente elucidasse proposta estabelecida.

### **Robótica Pedagógica e o Processo de Ensino-Aprendizagem**

Este tópico representa as pesquisas que se utilizaram da RP como proposta de ensino-aprendizagem dentro de um ambiente educacional. Inicialmente tínhamos a hipótese que a RP seria mais associada com as disciplinas da área de exatas, contudo, os resultados nos mostram outra realidade.

No universo de 15 (quinze) pesquisas analisadas, três pesquisas foram da área de exatas, duas estavam associadas à Matemática e uma a Física. Já as demais áreas ficaram divididas assim: uma pesquisa ao ensino de Ciências, três englobam várias disciplinas: Microeletrônica, Engenharia Mecânica, Programação, Geografia, Artes, História, Informática, Português/Literatura, Música entre outras; e, por fim, sete trabalhos foram destinados a montagem e programação dos robôs pedagógicos.

Com base nas pesquisas de Barbosa (2016) e Araújo (2015) que abordam a área de Matemática, de Schivani (2014) que tratou da área de Física, de Stroeymeyte (2014) que versou sobre o Ensino de Ciências e as de Ribeiro (2017), Cruz (2017) e Júnior (2009) que fizeram uma exploração envolvendo várias disciplinas, constatou-se que a articulação de atividades ensino-aprendizagem, pode

estimular a compreensão dos envolvidos facilitando o entendimento do que foi proposto, entretanto, os resultados das pesquisas revelam pontos que diferem do objetivo proposto.

Ao invés das pesquisas focarem no processo educativo, foi vislumbrado um foco muito acentuado no artefato robótico, dando a entender que o simples uso do equipamento traria os resultados almejados. Desta forma, não encontramos, em nenhum desses trabalhos, fatores que viessem a colocar em discussão as questões que implicam no uso da RP em situações de ensino-aprendizagem.

Ainda neste raciocínio, partimos para a análise das últimas 7 (sete) pesquisas que trataram exclusivamente do uso de Montagens Robóticas para o ensino-aprendizagem. Os trabalhos selecionados foram os seguintes: Silva (2017, 2010), Martins (2017), Callegari (2015), Cabral (2010), Campos (2011) e Santana (2003). Estes trabalhos buscaram refletir, investigar, verificar, compreender e apresentar manifestações de cunho prático. A nosso ver, estas pesquisas se inclinaram a divulgar somente os potenciais do uso da robótica.

Outro fator que nos chamou bastante atenção nas análises dos dados foi o valor dos kits de robótica, principalmente os kits da Lego que chegam a custar em torno de R\$ 2 500,00 (dois mil e quinhentos reais). Os altos valores fizeram com que as pesquisas de Ribeiro (2017), Silva (2017), Cruz (2017), Antunes (2106) e César (2009) adotassem uma alternativa mais barata para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Para evidenciar essa alternativa, os trabalhos supracitados tiveram que adotar uma nomenclatura diferente nos seus escritos, ou seja, ao invés de escreverem "Robótica Pedagógica ou Educacional" fazendo alusão aos kits caros, escreveram assim "Robótica Pedagógica ou

Educacional Livre". A palavra "Livre", neste contexto, traz o entendimento de que a pesquisa teve pouco custo com os equipamentos.

A explanação dos pontos levantados nesse tópico foi de suma importância para o embasamento que das questões de finalidades educativas.

## **Finalidades educativas e Robótica Pedagógica**

De acordo com Lenoir (2013) abordar questões que envolvem as finalidades educativas não é uma tarefa fácil de se fazer, pois as finalidades educativas abrangem questões filosóficas e valorativas, que visa detalhar as razões que dão sentido à estruturação do sistema educativo num todo.

Contribuindo com este raciocínio, Libâneo (2016) nos diz que o debate sobre as finalidades educativas tem provocado diversas investigações no campo da educação, e que tais debates têm ganhado força pelo dissenso em relação aos significados referente a qualidade de ensino, a forma de concretização do currículo e da pedagogia. Essa desarmonia se refere aos impactos nas orientações filosóficas e seus desdobramentos no plano operacional das escolas e salas de aula.

Quando se trata de finalidades educativas, destaca-se em primeiro lugar que a educação não é neutra, ou seja, haverá sempre um propósito a ser alcançado ou um propósito para não ser atingido. Neste contexto, compreende-se que as finalidades estão associadas a decisões sobre políticas educacionais, orientações curriculares, seleção de conteúdo, ações de ensino-aprendizagem, políticas de avaliação dos sistemas de ensino e das aprendizagens escolares entre outros (Libâneo, 2016).

Foi embasado nestes argumentos, que pretendeu-se verificar quais eram as finalidades contidas nas propostas

envolvendo a RP e o que elas representavam nas pesquisas analisadas.

Ao analisar os resultados, uma questão central nos chamou atenção, todas as pesquisas consultadas revelaram, somente resultados positivos em relação ao uso da RP. Não foi detectado nessa análise, um ponto sequer que contrarie o uso da RP em propostas educacionais. Porém, o que vimos, nas intervenções que utilizaram da RP, foi um foco nos equipamentos de robótica, dando a entender, em muitas situações, a falta de comprometimento real com o processo de ensino-aprendizagem.

A carência de aprofundamento e sistematização do processo de ensino-aprendizagem revela-nos que os impactos dos projetos neoliberais têm atingido a ação dos docentes em seus projetos educacionais.

### **Considerações finais**

Este trabalho preliminar de problematização do tema RP. Procurou aprofundar a discussão sobre este tema. As pesquisas encontradas sobre o uso da robótica mostram-nos uma visão “instrumentista”, distante de uma ideia de ajudar os alunos a desenvolverem suas capacidades de pensamento.

O trabalho do professor ao introduzir a robótica como uma tecnologia visa alcançar um modo reflexivo de pesquisar e pensar para mais além de um modo instrumental ou experiencial. Reduzida a uma visão instrumentista, a robótica é tratada como artefato, não como conhecimento ou caminho para o conhecimento. Seu uso na sala de aula requer professores que recorram à imaginação para, por meio dela, ajudar os alunos a fazerem transformações mentais com o objeto de estudo, a organizar e reestruturar a informação, a ampliar as formas

de percepção do mundo ao redor e desenvolver outros modos de expressão e comunicação.

Tendo em vista esta percepção didática, sinalizamos a necessidade de aprofundamento de estudos que possibilite a elaboração de projetos robóticos mais engajados com uma visão menos instrumentista, focado, portanto, no processo e não no artefato em si.

## Referências

- ANDRÉ, M.; SIMÕES, R. H. S.; CARVALHO, J. M.; BRZEZINSKI I. *Estado da arte da formação de professores no Brasil*. Educação e Sociedade, 1999. Ano XX, n. 68, p. 301-399.
- ANTUNES, S. F. *Robótica Livre como Alternativa Didática para a Aprendizagem de Música*. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- BARBOSA, F. da C. *Educação e Robótica Educacional na Escola Pública: as artes do fazer*. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2011.
- BARBOSA, F. da C. 2016. *Rede de Aprendizagem em Robótica: uma perspectiva educativa de trabalho com jovens*. 182 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2016.
- CALLEGARI, J. H. *A Robótica Educativa com crianças/jovens: processos sociocognitivos*. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2015.
- CABRAL, C. P. *Robótica Educacional e Resolução de Problemas: uma abordagem microgenética da construção do conhecimento*. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio

Grande do Sul. Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, 2010.

CAMPOS, F. R. *Currículo, Tecnologias e Robótica na Educação Básica*. 2011. 243 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica - SP. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2011.

CESAR, D. R. *Potencialidades e Limites da Robótica Pedagógica Livre no Processo de (Re)construção de Conceitos Científico-Tecnológicos a partir do Desenvolvimento de Artefatos Robóticos*. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CRUZ, R. S. da. *Utilização da robótica educacional livre por meio da aprendizagem por projetos: um estudo no curso técnico em informática do IFPA/campus Santarém*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Oeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação, Santarém, 2017.

DINIZ, R. H. N. *A Utilização da Robótica Educacional LEGO® e suas contribuições para o ensino de Física*. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/CEFETMG. Programa de Pós-Graduação Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 2014.

JÚNIOR, N. M. F. *Diálogos da Robótica Educacional com a Sala de Aula: um estudo de caso*. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2009.

LENIOR, Yves. *As finalidades educativa escolares, um objeto altamente problemático*. Bulletin CRCIE, n. 4, 2013, Universidade de Sherbrooke, Quebec, Canadá.

MARTINS, A. R. de Q. *Uma Experiência de Utilização da Robótica Educacional como Provocadora do Estado de FLOW Visando Potencializar a Capacidade de Resolução de Problemas e a Criatividade*. 2017. 256 f. Tese (Doutorado). Programa de

Pós-Graduação em Educação. Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

RIBEIRO, L. B. da R. *A robótica pedagógica livre e a convergência tecnopedagógica: potencial educativo*. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2017.

SANTANA, M. do R. P. de. *Em Busca de Novas Possibilidades Pedagógicas: a introdução da robótica no currículo escolar*. 2003. 260 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SANTOS, F. F. dos. *A Robótica Educacional como Ambiente para a Produção de Significados no Ensino Médio*. 2004 125 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade. Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2004.

SCHIVANI, M. *Contextualização no Ensino de Física à Luz da Teoria Antropológica do Didático: o caso da robótica educacional*. 2014. 220 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, M. C. *Robótica Educacional Livre: Um Relato de Prática no Ensino Fundamental*. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós- Graduação em Educação: Currículo, São Paulo, 2017.

SILVA, A. A. R. S. da. *Robótica e Educação: uma possibilidade de Inclusão sócio-digital*. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós- Graduação em Educação, Natal, 2009.

STROEYMEYTE, T. S. da L. *Currículo, Tecnologias e Alfabetização Científica: uma análise da contribuição da robótica na formação de professores*. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós- Graduação em Educação: Currículo, São Paulo, 2017.



# **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: LEI Nº 11.340/2006 - ESTUDO DE CASO EM PIRACANJUBA/GO**

Amanda Mesquita<sup>1</sup>  
Daniele Lopes Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Essa pesquisa tem como objetivo aprofundar sobre a lei Maria da Penha e suas alterações. Buscamos conhecer os dados sobre violência doméstica em Piracanjuba/GO, e para tanto, foi realizado um levantamento sobre os inquéritos policiais e registro das ocorrências na delegacia da cidade. Usando-os a fim de conscientizar a população a denunciar sempre que presenciar algum tipo de violência, seja ela de caráter físico, sexual, moral, patrimonial ou psicológico. Embora a lei não tenha uma efetividade tão grande no combate à violência psicológica, ela já salvou e/ou melhorou a vida de milhares de mulheres.

**Palavras-Chave:** Vítima. Violência Doméstica. Lei.

**Abstract:** This article aims to delve deeper into the Maria da Penha law and its changes to seek and know the data on domestic violence in Piracanjuba/GO, in this way a survey was carried out on police inquiries and record of occurrences in the city police station. Using them in order to make the population aware of reporting whenever they see any type of violence, be it physical, sexual, moral, patrimonial or psychological. Although the law is not as effective in combating psychological violence, it has already saved and / or improved the lives of thousands of women.

**Keywords:** Victim. Domestic Violence. Law.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Pós-Doutora e Doutora em Educação pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

## Introdução

Violência é um termo de origem latina, *violentia*, deriva da palavra *vis* que significa “força” e faz referência a ações físicas de um indivíduo que causam superioridade e constrangimento a outra pessoa (MINAYO, 2006).

A cada dois minutos uma medida protetiva é expedida, e a cada duas horas uma mulher é morta vítima de feminicídio. O Brasil ocupa hoje a 5ª posição no ranking mundial em feminicídio, assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, segundo dados do Mapa da Violência 2015 - ONU.

No estado do Rio de Janeiro, as mulheres são vítimas em 70% dos atendimentos notificados como agressões físicas nas redes de saúde, em dados extraídos entre janeiro de 2013 e junho de 2016. Apesar dos dados alarmantes, muitas vezes, essa gravidade não é devidamente reconhecida, graças a mecanismos históricos e culturais que geram e mantêm desigualdades entre homens e mulheres e alimentam um pacto de silêncio e conivência com estes crimes. Na pesquisa *Tolerância social à violência contra as mulheres* (IPEA, 2014), 63% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. E 89% concordam que “a roupa suja deve ser lavada em casa”, enquanto que 82% consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Violência doméstica contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause morte, constrangimento, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou simbólico à mulher, no âmbito doméstico, ou seja, em seu espaço domiciliar. (...) violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo se refere a toda forma de manifestação de agressividade, ou seja, em sua versão física, sexual,

psicológica ou moral, provocada por um cônjuge, companheiro, amante, namorado ou qualquer parceiro íntimo, mas comumente ocorrendo, embora não necessariamente, no espaço privado do domicílio (OSTERNE, 2005, apud MOREIRA, BORIS e VENÂNCIO, 2011, p. 399).

O país tem vivenciado uma série de casos de violência doméstica, seja ela de caráter físico, sexual, moral, patrimonial ou psicológico. A violência acontece com crianças, adolescentes, mulheres e idosas, sendo que os agressores na maioria dos casos são os próprios familiares e companheiros das vítimas. A violência contra a mulher no âmbito doméstico envolve por vezes ciúmes, preconceito e discriminação, sendo que os agressores na maioria dos casos são os próprios familiares e companheiros das vítimas.

## **A Lei Maria da Penha**

A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, com o objetivo de punir com mais rigor os agressores contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Hoje, Maria da Penha é símbolo nacional da luta das mulheres contra a opressão e a violência, ajudando e amparando milhares de mulheres em todo o país (BRASIL, 2006).

A Lei nº 11.340 determina que Violência Doméstica e Familiar contra a mulher é uma responsabilidade do Estado brasileiro e não uma mera questão familiar. Torna crime e deixa de tratar a violência sofrida como algo de pequeno valor.

Assim, como diz em seu Artigo 2º toda mulher independente da raça, orientação sexual, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, goza dos direitos fundamentais.

Ou seja, o Estado deve assegurar a oportunidade de toda mulher viver sem violência. E no seu Artigo 7º ainda define os diferentes tipos de violência doméstica existente que são: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006). A violência doméstica pode ocorrer de diversas formas:

**Violência emocional:** qualquer comportamento do companheiro que visa fazer o outro sentir medo ou inútil. Usualmente inclui comportamentos como: ameaçar os filhos; magoar os animais de estimação; humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público, entre outros.

**Violência social:** qualquer comportamento que intenta controlar a vida social do companheiro, através de, por exemplo, impedir que este visite familiares ou amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e as contas telefônicas, trancar o outro em casa.

**Violência física:** qualquer forma de violência física que um agressor inflige ao companheiro. Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o companheiro obtenha medicação ou tratamentos.

**Violência sexual:** qualquer comportamento em que o companheiro força o outro a protagonizar atos sexuais que não deseja. Alguns exemplos: pressionar ou forçar o companheiro para ter relações sexuais quando este não quer; pressionar, forçar ou tentar que o companheiro mantenha relações sexuais desprotegidas; forçar o outro a ter relações com outras pessoas.

**Violência financeira:** qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do companheiro sem que este o deseje. Alguns destes comportamentos podem ser: controlar o ordenado do outro; recusar dar dinheiro ao outro ou forçá-lo a justificar qualquer gasto; ameaçar retirar o apoio financeiro como forma de controlo.

Perseguição: qualquer comportamento que visa intimidar ou atemorizar o outro, por exemplo: seguir o companheiro para o seu local de trabalho ou quando este sai sozinho; controlar constantemente os movimentos do outro, quer esteja ou não em casa.

A violência doméstica funciona como um sistema circular o chamado Ciclo da Violência Doméstica que apresenta, regra geral, três fases:

1. Aumento de tensão: as tensões acumuladas no quotidiano, as injúrias e as ameaças tecidas pelo agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo iminente.

2. Ataque violento: o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima; estes maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade.

3. Lua-de-mel: o agressor envolve agora a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pelas agressões e prometendo mudar (nunca mais voltará a exercer violência).

A lei alterou o Código Penal no sentido de permitir que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada.

Antes disso, mulheres vítimas desse tipo de violência deixavam de prestar queixa contra os companheiros porque sabiam que a punição seria leve, como o pagamento de cestas básicas.

A pena, que antes era de no máximo um ano, passou para três. Contudo, o propósito da legislação não é prender homens, mas proteger mulheres e filhos das agressões domésticas.

Entre as medidas protetivas à mulher estão: proibição de determinadas condutas, suspensão ou restrição do porte de armas, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, pedidos de afastamento do lar, prisão do agressor, etc.

A primeira DEAM foi instalada em 1985, em São Paulo (DECRETO n°. 23.769 de 1985).

No Brasil, em 2012, o número de delegacias especializadas em crimes contra a mulher era de 374, representando apenas 7% dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros (BRASIL, 2012). Na maioria das cidades brasileiras, não existe nenhuma delegacia especializada no atendimento à mulher (DEAM). Essa é a realidade de 91,7% dos municípios de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Além disso, em 90,3% das cidades do país não há nenhum tipo de serviço especializado no atendimento à vítima de violência sexual. Esse número é realmente pequeno se levado em consideração o número de denúncias recebidas pelo Ligue 180 naquele ano, mais de 1,8 mil ligações por dia.

No Brasil, estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos; o parceiro é o responsável por mais de 80% dos casos reportados, segundo a pesquisa 'Mulheres Brasileiras nos Espaços Públicos e Privados' (FPA/SESC, 2010).

O número de municípios que possuem casas-abrigo para mulheres em situação de violência se manteve estável e continua reduzido. Oscilou de 2,5% em 2013 para 2,4% em 2018. Entre as 3,8 mil cidades que possuem até 20 mil habitantes, apenas nove possuem este tipo de estrutura. Por outro lado, elas existem em 58,7% dos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Segundo o IBGE, as casas-abrigo propiciaram, em 2018, atendimento a 1.221 (mil duzentos e vinte e um) mulheres e 1.103 (mil cento e três) crianças. A principal atividade ofertada foi o atendimento psicológico individual. Dependendo da unidade, também há oferta de atendimento jurídico e creche. De acordo com

o ‘Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil’ (CEBELA/FLACSO, 2012), duas em cada três pessoas atendidas no SUS em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; e em 51,6% dos atendimentos foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher.

O SUS atendeu mais de 70 (setenta) mil mulheres vítimas de violência em 2011, Cerca de 71,8% (setenta e um vírgula oito) por cento dos casos ocorreram no ambiente doméstico.

Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores preferencialmente do sexo feminino previamente capacitados.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - Ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - Remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - Determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - Ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - Ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele.

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - Pela autoridade judicial;

II - Pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

III - Pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do *caput* deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

Em maio de 2019, ocorreram algumas alterações na lei Maria da Penha, acrescentando a Lei nº 13.827/2019, onde se afirma que, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da vítima, o agressor poderá ser imediatamente afastado do lar pela autoridade judicial; ao delegado de polícia quando o município não tiver sede de comarca ou ao policial quando o município não for sede de comarca e não houver delegado de polícia disponível no momento da denúncia.

O Artigo 22º Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

- I - Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II - Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - Proibição de determinadas condutas, entre as quais:
  - a) Aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
  - b) Contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
  - c) Frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV - Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V - Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

A violência contra a mulher não é um problema dos dias atuais, é um problema social, histórico e cultural, presente na humanidade desde a antiguidade. Antes de a lei ser sancionada, as agressões sofridas por mulheres eram instauradas apenas como lesão corporal, fazendo com que o agressor pagasse apenas cestas básicas para cumprir a pena, fazendo com que as vítimas deixassem de denunciar por medo da impunidade. A dependência psicológica e financeira sempre foi um dos principais motivos para que as vítimas silenciassem, deixando o agressor livre para cometer o crime sempre que desejasse, até cometer feminicídio.

Somente em 2006, através da Lei n.º 11.340/2006 foi considerado crime, dando mais segurança para milhares de mulheres e seus familiares que já foram ou são agredidas diariamente.

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos

do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 1988).

A importância dessa lei pode ser percebida, a partir do aumento de denúncias e do crescimento de casas de acolhimento de vítimas. Sabemos que muito ainda tem que ser feito, mas é inegável as contribuições que a lei já nos deu até o momento.

## **Metodologia**

Foi desenvolvida uma pesquisa na cidade de Piracanjuba/GO com a finalidade de conhecer mais sobre a lei Maria da Penha e de como a lei é efetuada para esses casos, também contabilizar a quantidade de registros de ocorrências e inquéritos instaurados na cidade.

Pensando também em conscientizar as vítimas e entender o que as levam a se calarem e não denunciar os agressores foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto, com leitura de artigos, matérias nas redes de comunicação e uma entrevista com a Dra. Fernanda, na qual foram feitas 9 (nove) perguntas abertas, aprofundando na solução dos casos. Segundo a Dra. Fernanda, registros de ocorrências foram registrados no último ano e desses, sejam eles de injúria, difamação ou ameaça foram retratados a pedido da vítima ou são prescritos por falta de representação. Na maioria dos casos retratados, são por

medo e por acreditar que o agressor não irá cometer o crime novamente. Porém, segundo o artigo 16 da lei n.º 11.340/2006:

Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público (JUSBRASIL, 2019), ocorrendo então uma divergência entre a lei e o que ocorre na delegacia, com isso muitos processos são arquivados de forma indevida e os casos voltam a se repetir, gerando um transtorno, sofrimento às vítimas e em alguns casos, podem ocorrer agressões, colocando a vida da vítima em risco. Inquéritos foram instaurados, desses, foram instaurados para averiguar o descumprimento da medida protetiva e permanece preso por descumprimento da medida.

Foi relatado também que mesmo com a medida protetiva imposta, vários agressores voltam a coibir e perseguir as vítimas, voltando a cometer o ato. Inclusive há presos por descumprir a medida.

Sempre é perguntado se a vítima deseja a representação e em alguns registros de ocorrências são registrados pela vítima em um momento de raiva, que no dia posterior voltam a delegacia para pedir a retratação, mesmo sendo aconselhadas a seguirem com o processo.

Posteriormente, foi relatado que não houve nenhum caso de feminicídio recorrente da violência doméstica, houve apenas uma tentativa de homicídio, no qual o agressor foi detido, cumpriu a pena e atualmente está livre e ainda permanece com a vítima. Com isso vemos que há uma certa dependência psicológica nesse caso, onde a vítima não conseguiu se libertar do agressor e vive sujeita a

ser agredida novamente ou até ser mais uma vítima de feminicídio devido ao histórico do agressor.

A cidade de Piracanjuba/GO não possui delegacia especializada para crimes contra a mulher e em alguns casos elas são ouvidas por homens, o que pode gerar certo desconforto das vítimas, pensando que seu caso não será solucionado devido ao alto índice de discriminação e machismo desses órgãos no país.

Porém foi nos informado que todas as vítimas são tratadas da melhor forma possível, fazendo com que elas se sintam confortáveis para prestar depoimento e seguir adiante com o processo. Com esta metodologia apresentada espera-se alcançar os objetivos que levaram a fazer esta pesquisa: analisar a violência doméstica na cidade e o que pode ser oferecido às mulheres vítimas da violência através da Lei Maria da Penha.

## **Considerações finais**

Através dessa pesquisa é possível aferir que a atitude primordial para se enfrentar e para se prevenir a violência contra a mulher é facilitar o acesso ao conhecimento sobre o assunto. Com isso, é de suma importância a conscientização, publicação de artigos, revistas e publicidade em relação ao assunto para atingir toda a população.

O conhecimento é a maior fonte de informação e em um assunto como este sempre se deve saber como agir, para evitar que situações de violência doméstica se repitam e muitas vidas sejam poupadas.

Muitas mulheres não sabem, sentem vergonha e medo de denunciar, com medo da impunidade. Há quem diga que em briga de marido e mulher não se mete a colher e não se deve denunciar, mas precisamos nos conscientizar que violência doméstica é um crime e o agressor não deve ficar impune.

## Referências

- AGÊNCIA BRASIL. *Dados Sobre Violência Doméstica*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/em-917-das-cidades-do-pais-nao-ha-delegacia-de-atendimento-mulher>. Acesso em: 20 de novembro. 2019.
- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. *Legislação Penal Especial*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- APAV. *Violência Doméstica*. Disponível em: <https://apavpt/vd/index.php/features2> Acesso em: 20 de novembro. 2019.
- BANDEIRA, Lourdes. *Papel das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres - DEAMs no enfrentamento à violência contra as mulheres*. Belo Horizonte – MG, 2005.
- BARROS, Rosana Leite Antunes de. Vítimas do Ciúme. *Gazeta Digital*, 2015. Disponível em: <http://www.gazeta-digital.com.br/editorias/opiniao/vitimas-do-ciume/455980>.
- BRASIL. *Presidência da República. Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulher. Brasília, 2006.
- BRASIL. *Presidência da República. Política Nacional de Enfretamento da Violência contra Mulher*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011.
- CARVALHO RAMOS, André. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- GALVÃO, E. F. & Andrade, S. M. *Violência contra mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção á mulher no município do Sul do Brasil*. Saúde e Sociedade, Londrina, 13, p. 89-99. 2004

JUS BRASIL *Saiba mais sobre a origem da Lei Maria da Penha*. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/973411/saiba-mais-sobre-a-origem-da-lei-maria-da-penha-2>. Acessado em: 17-10-2019.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial de Violência e Saúde. Genova: OMS, 2002  
PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei n. 11.340/06: análise crítica e sistêmica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SENADO FEDERAL. *Violência doméstica e familiar contra a mulher*: pesquisa Data Senado. Brasília, DF, 2017. Acesso em: 20 de novembro. 2019.

SOUZA, Valéria Pinheiro de. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: A lei Maria da Penha: uma análise jurídica*, 2014.

# CONCRETO RECICLADO E APLICAÇÃO EM CASA DE MORADORES HIPOSSUFICIENTES DO CORREDOR DO HOMERO EM PIRACANJUBA/GO

Ailton Rodrigues de Oliveira Júnior<sup>3</sup>

Daniele Lopes Oliveira<sup>4</sup>

**Resumo:** O setor de construção civil consome uma grande quantidade de recursos naturais para manutenção das suas atividades. Juntamente com esta necessidade, surgem importantes desdobramentos e problemas urbanos, como a quantidade alarmante de resíduos que é gerada, seu descarte e iminentes impactos no meio ambiente. No nosso país, a preocupação com os Resíduos de Construção e Demolição (também conhecidos como RCD's) ainda é recente; apesar das mudanças e leis municipais e estaduais, regulamentadas pelas prefeituras e por órgãos como o CONAMA, não é incomum vermos, em especial nas cidades pequenas, como Piracanjuba/GO. Este tipo de resíduo é descartado de forma incorreta, em terrenos, esquinas, e até mesmo perto dos leitos dos rios. Tendo em vista a necessidade de métodos mais sustentáveis do que o descarte dos grandes volumes de resíduos, a reciclagem surge como uma possibilidade promissora, visando transformar os RCD's em fontes alternativas de matéria-prima para as diversas áreas da construção civil. O uso do concreto reciclado, no qual os agregados naturais são substituídos ao

---

<sup>3</sup> Discente do Curso de Engenharia Civil da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>4</sup> Pós-Doutora e Doutora em Educação pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

menos em parte por agregados provenientes do beneficiamento dos resíduos de construção, é promissor, mas ainda um grande desafio seja para pesquisadores, construtoras, e até mesmo prefeituras. Para que seu uso se estenda a uma larga escala, em elementos estruturais e na construção de prédios, ainda é preciso aprimorar o processo de reciclagem, de forma que seja assegurada sua viabilidade técnica e econômica.

**Palavras-Chave:** RCD. Concreto Reciclado. Sustentabilidade.

**Abstract:** The civil construction sector consumes a large amount of natural resources to maintain its activities. Along with this need, important developments and urban problems arise, such as the alarming amount of waste that is generated, its disposal and imminent impacts on the environment. In our country, the concern with Construction and Demolition Waste (also known as RCD's) is still recent; despite changes and municipal and state laws, regulated by city halls and bodies like CONAMA, it is not uncommon to see, especially in small cities, such as Piracanjuba/GO. This type of waste is disposed of incorrectly, on land, on corners, and even near river beds. In view of the need for more sustainable methods than the disposal of large volumes of waste, recycling appears as a promising possibility, aiming to transform RCD's into alternative sources of raw material for the various areas of civil construction. The use of recycled concrete, in which natural aggregates are replaced at least in part by aggregates from the processing of construction waste, is promising, but still a great challenge for researchers, construction companies, and even city halls. For its use to extend to a large scale, in structural elements and in the construction of buildings, it is still necessary to improve the recycling process, so that its technical and economic viability is ensured.

**Keywords:** RCD. Recycled Concrete. Sustainability.

## Introdução

Graças à concepção falha de desenvolvimento que paira sobre grande parte da história brasileira, a exploração desenfreada dos recursos naturais era tida como algo positivo, um verdadeiro símbolo do crescimento e urbanização, fazendo com que esses fossem tidos como bens infinitos. Porém, diante da atual realidade, onde a exploração de recursos tem gerado tão graves problemas ambientais, bem como quantidades impressionantes de entulho nas cidades, surge um importante questionamento:

Qual será o destino da construção civil quando os atuais recursos se tornarem escassos ou cada vez mais caros? Segundo Pinto (1999), em cidades brasileiras de pequeno e médio porte, os resíduos originados de construções e demolições representam de 40 a 70% da massa total dos resíduos sólidos urbanos, cujo destino incorreto traz prejuízos econômicos sociais e ambientais.

Segundo a Estimativa de Geração de Resíduos de Construção Civil, por Abrelpe (2011), no Brasil são produzidas aproximadamente 31 milhões de toneladas por ano de resíduos, o que equivale a uma média de 230-760 kg por habitante em um ano. O descarte irregular deste tipo de resíduos tem causado diversos problemas, como enchentes, assoreamento de rios, lagos e canais, proliferação de doenças, poluição, e conseqüentemente gastos desnecessários na administração pública. Muitas cidades brasileiras ainda enviam toneladas desses resíduos aos seus aterros sanitários, que podem ficar rapidamente cheios de entulho e com sua capacidade reduzida; com as medidas corretas de gerenciar os RCC's este quadro poderia ser evitado e até revertido em economia significativa para os cofres públicos.

Tendo conhecimento destes fatores, deve-se salientar que existem maneiras de reduzir os impactos negativos da geração e acúmulo desses resíduos. É possível aprimorar os processos da construção civil com a redução de perdas de materiais, melhorando também o planejamento das cidades e do destino dos sólidos urbanos. Neste contexto, surge a possibilidade de reciclagem dos resíduos de construção e demolição, através, por exemplo, dos agregados reciclados e do seu emprego na produção de concreto, como alternativa aos agregados naturais.

A reciclagem, potencialmente, pode resultar na redução de custos e do volume de extração da matéria-prima, preservando os recursos naturais limitados, e também na minimização dos problemas com gerenciamento de resíduos sólidos urbanos nos municípios (LEITE, 2001).

Tema recente e ainda esporádico nas questões que tramitam nas políticas ambientais brasileiras, o beneficiamento e reutilização dos RCD's não é novidade para alguns outros países. Ressaltando as particularidades de cada região, é esperado que o Brasil avance neste quesito, se apoiando para tanto, nos avanços científico-tecnológicos aqui conquistados e abrindo espaço para que, ainda que a passos lentos, essa técnica seja cada vez mais utilizada e aprimorada nas nossas cidades. Desta maneira, este trabalho visa possibilitar a discussão da viabilidade técnica e econômica, bem como dos impactos ambientais da utilização de RCD na produção e aplicação de agregados para o concreto reciclado em casa de moradores hipossuficientes na cidade de Piracanjuba/GO.

## **Resíduos de Construção**

De acordo com a definição da palavra, 'entulho', pode ser composto por: calça, pedregulhos, areia, tudo que sirva para

aterrear, nivelar depressão de terreno, vala, etc., restos de tijolos, argamassa, etc. e materiais inúteis resultantes de demolição.

De uma maneira mais geral e técnica, os Resíduos de Construção e Demolição (RCD) é todo resíduo gerado de atividades de construção, sejam reformas, demolições ou novas construções. Existe uma definição específica para os resíduos da construção civil; a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 elaborada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 2002), diz: “Resíduos da construção civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.” Esta resolução também diz ao respeito sobre a classificação dos resíduos de construção civil, que podem ser classificados em quatro diferentes classes, sendo elas:

- Classe A: são os resíduos que podem ser reutilizados e reciclados na forma de agregados, tais como componentes cerâmicos, argamassa, concreto, alvenaria e solos.

- Classe B: são os resíduos recicláveis para outra destinação, como madeira, metal, plásticos, vidros e papel.

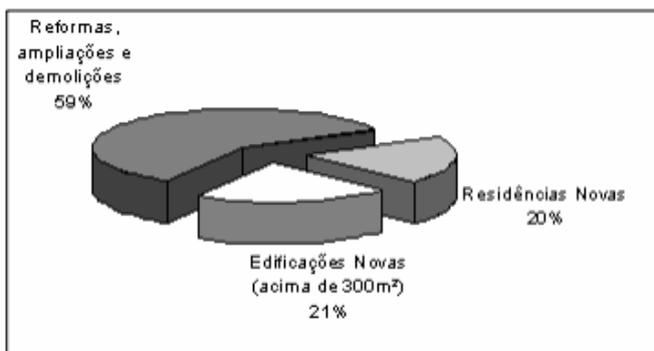
- Classe C: são os resíduos que ainda não foram desenvolvidos tecnologias para sua recuperação, tais como o gesso.

- Classe D: são os resíduos considerados perigosos provenientes do processo de construção, como tintas, solventes, óleos ou aqueles que foram contaminados no processo, tendo como exemplo reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

A geração dos RCD é proveniente das perdas de materiais de um empreendimento, desde a construção, manutenção até a demolição. As catástrofes naturais como desabamentos, incêndios, bombardeios e etc. Também podem ser considerados geradores de RCD. Diversos estudos têm indicado elevados percentuais de perdas de materiais de construção e, em consequência, uma grande quantidade de resíduos gerados (FORMOSO *et al.*, 1998; ISATTO *et al.*, 2000).

No gráfico abaixo se pode analisar a porcentagem das áreas de origem do RCD em alguns municípios do Brasil.

**Gráfico 1 – Origem do RCD em alguns Municípios Brasileiros**



Fonte: I&T Informações e Técnicas *apud* Pinto e Gonzáles (2005).

No Brasil, a porcentagem dos RCD nos resíduos sólidos urbanos é alta: cerca de 51 a 70%. Isso degrada a qualidade de vida humana, pois como muito ocorre, existe uma grande deposição em locais irregulares, gerando assim problemas na sua captação, o que sobrecarrega os serviços públicos. A realidade é que esses resíduos deveriam ser responsáveis pelos geradores, e não depositados na conta dos cidadãos. Grande parte dos RCD produzidos são argamassa, concreto e material cerâmico, estes que fazem

parte dos resíduos de classe A, ou seja, os agregados reciclados. Assim, discutiremos sobre o mesmo e mais conseguinte a possibilidade da utilização do concreto reciclado na construção civil.

**Tabela 1 – Taxas de desperdício de materiais**

Materiais	Taxa de Desperdício (%)		
	Média	Mínimo	Máximo
Concreto usinado	9	2	23
Aço	11	4	16
Blocos e tijolos	13	3	48
Placas cerâmicas	14	2	50
Revestimento têxtil	14	14	14
Eletrodutos	15	13	18
Tubos para sistemas prediais	15	8	56
Tintas	17	8	24
Condutores	27	14	35
Gesso	30	14	120

Fonte: ESPINELLI, 2005.

A NBR 15.116 (ABNT, 2004) define agregado reciclado como um material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção ou demolição de obras civis que apresenta características técnicas para a aplicação em obras.

A resolução 307 elaborada pelo CONAMA (2002), nos informa que reutilização é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação do mesmo, enquanto que a reciclagem é o processo de reaproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido a uma transformação.

A prática de reciclagem e reutilização desse material é de fato, pouco utilizada, variando de acordo com cada país. Enquanto na Dinamarca a taxa de reciclagem chega a 70%, de acordo com a ABRECON o Brasil recicla cerca de 20% dos resíduos de construção. Abaixo temos uma tabela das possíveis aplicações dos resíduos oriundos das atividades civis (ABRECON, 2019).

**Quadro 1 – Classe, Composição e Aplicação**

Classe	Composição	Aplicação
1	resíduo de concreto sem impurezas	concretos estruturais ou fabricação de pré-moldados, entre outros serviços
2	resíduo de alvenaria sem impurezas	concretos e argamassas, entre outros serviços
3	resíduo de alvenaria sem materiais cerâmicos e sem impurezas	produção de concretos e pré-moldados de concreto
4	resíduo de alvenaria com presença de terra e vegetação	pavimentos asfálticos (base e sub-base) ou cobertura simples de vias não pavimentadas
5	resíduo composto por terra e vegetação	cobertura de aterros, regularização de terrenos e outros serviços
6	resíduo com predominância de material asfáltico	serviços de pavimentação

Fonte: Lima (1999).

**Tabela 2 – Relação das usinas de reciclagem de RCD existentes no Brasil:**

Região	Total de Usinas	Ativas		Em implantação		Inativas	
		Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
Brasil	<b>143</b>	48	11	51	11	8	14
Sudeste	<b>100</b>	40	8	27	5	6	14
Est. de São Paulo	<b>79</b>	36	5	17	13	5	3
Grande São Paulo	<b>23</b>	16	2	4	0	1	0
Sorocaba e Região	<b>3</b>	2	1	-	-	-	-
<b>% Brasil</b>		<b>81%</b>	<b>19%</b>	<b>82%</b>	<b>18%</b>	<b>36%</b>	<b>64%</b>

Fonte: ABRECON, pesquisa realizada em 23/03/2012.

De acordo com Lima (1999), as principais diferenças com relação aos agregados convencionais são: maior absorção de água dos grãos, heterogeneidade na composição e menor resistência mecânica dos grãos.

O concreto é um material composto de água, cimento, agregado miúdo e agregado graúdo. Esses agregados são chamados de agregados naturais, pois tratam de matéria retirada da natureza. O uso do concreto reciclado consiste em usar o agregado reciclado, ou seja, o RCD de classe A, como substituto dos agregados naturais, ou pelo menos da maior parte. A fabricação desse concreto se dá da seguinte maneira: primeiro trituram-se os resíduos, formando assim o agregado reciclado, depois, adiciona-se a mistura no

processo com a quantidade de acordo com as propriedades que se deseja alcançar, e por fim, se reutiliza.

**Figura 1** – Agregados miúdos e graúdos



Fonte: site: tecnosilbr.com.br

Conforme figura acima, é possível perceber os agregados miúdos naturais e reciclados (FIGURA 1 – da esquerda e direita respectivamente); e os agregados graúdos naturais e reciclados (FIGURA 1 - esquerda e direita respectivamente).

Todos os materiais dos quais o concreto é composto influenciam diretamente a sua resistência e o seu desempenho final. Em relação à resistência à compressão, o concreto reciclado tem uma resistência menor à medida que se aumenta o teor do agregado reciclado, quando comparado ao concreto normal. No aspecto resistência à tração, os concretos que possuem e sua composição agregados reciclados possuem resistência igual ou até ligeiramente superior ao concreto natural.

Ao se analisar a propriedade de módulo de deformação, não se observou variação no concreto reciclado comparado ao normal. Esses dois últimos aspectos se devem provavelmente à boa aderência e interação entre o agregado e a massa.

Em suma, a utilização do concreto reciclado apresenta grandes números de benefícios, podendo citar:

- No âmbito ambiental: o uso de agregados reciclados e consequentemente concreto é uma excelente alternativa no ponto de vista ambiental, visto que assim diminui o uso de recursos naturais já escassos para a obtenção de agregados e reduz em quantidade significativa os resíduos do empreendimento civil, que é um dos grandes problemas na geração de entulhos.

- No âmbito funcional: O concreto reciclado apresenta uma ótima opção para uso numa série de obras urbanas, podendo ser utilizados com excelência em pavimentações e estruturas residenciais, por exemplo.

- No âmbito econômico: Como se há uma reciclagem da matéria prima dos agregados, obtém-se assim uma economia na aquisição da mesma. De acordo com a ABRECON obtém-se economia de energia no processo de moagem do entulho (em relação à sua utilização em argamassas), uma vez que, usando-o no concreto, parte do material permanece em granulométricas graúdas.

A viabilidade de utilização do concreto reciclado no Brasil e na cidade de Piracanjuba/GO varia por diversos fatores. Além das poucas usinas de reciclagem existentes, um dos principais adversários da implantação da reciclagem de agregados se dá pela falta de políticas sistemáticas e a dificuldade de mudar os hábitos presentes no meio do empreendimento civil. A falta de conscientização dos construtores pode se dar devido ao medo da desvalorização da obra/imóvel pelos clientes por consequência de uma ideia errada que se obtém sobre reciclados na construção civil.

Outra dificuldade encontrada para a aplicação de agregados reciclados é a sua grande variabilidade. A tecnologia de controle de qualidade sistemática ainda é

pouco conhecida no Brasil, ocorrendo o emprego de agregados reciclados principalmente em pavimentação.

Piracanjuba/GO apresenta muita dificuldade de implantação principalmente devido ao fato que os seus resíduos são na maioria descartados de forma irregular. Antes de qualquer coisa, há uma enorme necessidade de implantação das leis vigentes no município, para que assim possa ocorrer o descarte desses materiais corretamente. Como é grande a dificuldade de implantação de uma usina de reciclagem, mas há a possibilidade de importação do concreto reciclado, além dos resíduos municipais poderem ser utilizados como matéria prima para usinas.

## **Metodologia**

A metodologia deste trabalho foi baseada na análise de artigos e estudos sobre a utilização do concreto reciclado, para que assim possa obter uma discussão sobre os seus benefícios para com o meio ambiente e a viabilidade da utilização do mesmo nas casas de moradores hipossuficientes em Piracanjuba/GO, abrangendo também de uma forma geral todo o país.

## **Considerações finais**

O presente trabalho indicou que o uso do concreto reciclado na construção civil é uma prática eficaz e viável, sendo possível sua aplicação em casa de moradores carentes de Piracanjuba/GO, sendo uma opção sustentável e um material mais acessível a essa classe, desde que, sejam feitos pesquisas e estudos sobre as proporções de agregado reciclado que devem ser utilizados em cada tipo específico de construção.

Além do ponto de vista econômico, já que em relação aos agregados naturais o custo dos agregados reciclados é bem inferior, existem também os benefícios em relação à questão ambiental. A reciclagem de resíduos resultantes da construção civil constitui uma importante alternativa de uso sustentável dos recursos naturais e também pode ajudar a solucionar a questão do entulho nas cidades, que quase sempre é descartado em locais inapropriados, poluindo e causando danos à qualidade de vida de toda a população.

Diante de tantos benefícios é importante tornar o uso do concreto reciclado uma prática mais comum nas construções em geral. Em primeiro lugar é importante apoiar a abertura de Usinas de RCC em todas as cidades de grande porte no Brasil, nesse caso uma parceria entre essas Usinas e as prefeituras pode ser uma alternativa interessante. Além disso, é pertinente estimular o uso do concreto reciclado em todos os tipos de construções, a concessão de certificados emitidos por algum Órgão Público que aleguem que o processo de construção ocorreu de forma sustentável pode estimular que grandes empresas comecem a adotar a prática do uso do concreto reciclado, visto que a preocupação com as questões ambientais está muito presente na sociedade atual.

Por fim, apesar de todos os aspectos positivos apresentados sobre o concreto reciclado, é fundamental que sejam realizadas mais pesquisas sobre tal material a fim de obter um produto com mais qualidade e vantagens de uso.

## Referências

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil*. 2011. São Paulo: Abrelpe, 2011.

CABRAL, Antônio Eduardo Bezerra; MOREIRA, Kelvya Maria de Vasconcelos. *Manual sobre os resíduos sólidos da construção civil*. Fortaleza: Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará, 2011.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). *Resolução N° 307*, de 5 jul 2002. Brasília, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FORMOSO, C. T.; JOBIM, M. S. S.; COSTA, A. L.; ROSA, F. P. *Perdas de materiais na construção civil: um estudo em canteiros de obras no Estado do Rio Grande do Sul*. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE TECNOLOGIA E GESTÃO NA PRODUÇÃO DE EDIFÍCIOS: Soluções para o terceiro milênio, São Paulo, 1998.

ISATTO, E. L.; FORMOSO, C. T.; CESARE; C. M.; HIROTA, E. H.; ALVES, T. C. L. Lean. *Construction: diretrizes e ferramentas para o controle de perdas na construção civil*. Porto Alegre, 2000. Porto Alegre: SEBRAE, 2000.

LIMA, J. A. R. *Preposição de diretrizes para produção e normalização de resíduo de construção reciclados e de suas aplicações em argamassas e concretos*. (Dissertação de Mestrado), 1999. 246 p. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 1999.

PINTO, T. P. *Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana*. São Paulo, 1999. 189 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. 1999.



# CONHECIMENTO, APLICAÇÃO E BENEFÍCIOS DO *MARKETING* DE RELACIONAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

Marliane Tavares De Souza<sup>1</sup>  
João Carlos Mohn Nogueira<sup>2</sup>

**Resumo:** *Marketing* de relacionamento é uma importante ferramenta para a fidelização de clientes, e tem se tornado cada vez mais popular, já que a percepção das empresas com relação a importância dos clientes tem mudado, porém por falta de conhecimento muitos tem deixado de aproveitar de seus benefícios, deixando de investir em sua aplicação. O presente trabalho tem por objetivo mostrar o conceito de *marketing* de relacionamento, verificar como ele pode ser aplicado e quais são os principais benefícios de sua aplicação nas organizações. Para isso foi utilizado a pesquisa bibliográfica qualitativa, utilizando livros, revistas e sites confiáveis sobre o assunto. O estudo apresentou que o *marketing* de relacionamento é uma ferramenta que possibilita a entrega de valor ao cliente, alcançando assim a fidelização e possibilitando atrair mais clientes através dos clientes já alcançados. Para isso foi descrito algumas ferramentas que auxiliam a empresa a conhecer seus clientes e assim aplicar o *marketing* de relacionamento na organização, ferramentas como Data base, CRM, TI, processos organizacionais, pessoas capacitadas para o atendimento, plano de *marketing* de relacionamento, além de meios de comunicação, como redes sociais e canais de contato direto com o cliente.

**Palavras-chave:** Fidelização. *Marketing*. Clientes.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP)

<sup>2</sup> Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Goiás, Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás e é Doutorando em Inovação Farmacêutica pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é professor efetivo na Universidade Estadual de Goiás - Campus Palmeiras de Goiás - e na Faculdade de Piracanjuba (FAP).

**Abstract:** Relationship marketing is an important tool for customer loyalty, and has become increasingly popular, since the perception of companies regarding the importance of customers has changed, however due to lack of knowledge many have stopped taking advantage of benefits, stop investing in your application. The present work aims to show the concept of relationship marketing, verify how it can be applied and what are the main benefits of its application in organizations. For this, qualitative bibliographic research was used, using reliable books, magazines and websites on the subject. The study showed that relationship marketing is a tool that enables the delivery of value to the customer, thus achieving loyalty and making it possible to attract more customers through customers already reached. For this, some tools were described that help the company to get to know its customers and thus apply relationship marketing in the organization, tools such as Data base, CRM, IT, organizational processes, people qualified to serve, relationship marketing plan, in addition to means of communication, such as social networks and direct customer contact channels.

**Keywords:** Loyalty. Marketing. Customers.

## Introdução

O *marketing* de relacionamento surgiu com a intenção de melhorar a relação da empresa com o cliente, pois se viu que o cliente era uma parte importante no alcance dos resultados positivos obtidos pela empresa.

Segundo Madruga (2015, p. 43) “o termo Marketing de Relacionamento surgiu timidamente na década de 80 na área acadêmica, que contestava a baixa eficácia do *marketing* convencional para muitas situações, e definitivamente conquistou o seu lugar de importância nas organizações”.

Segundo Borba; Campos (2003), o *marketing* de relacionamento não se trata de transações e sim de novos conceitos e modelos de estratégia. É o gerenciamento do

conhecimento em relação aos clientes e parceiros, constituindo-se em estratégia para identificar e personalizar o atendimento ao cliente. A fidelização de clientes integra o processo filosófico do *marketing* de relacionamento e, juntamente com o processo de parcerias estratégicas para a satisfação desta clientela, constitui o eixo central da instrumentalização desse desafio de conquistar e manter clientes.

Madrugá (2015), afirma que o *marketing* de relacionamento embora esteja apenas na sua infância, talvez seja um dos temas mais importantes do nosso mundo contemporâneo de negócios, que efetivamente está auxiliando as empresas a se tornarem diferentes, próximas de seus clientes, líderes de mercado e altamente rentáveis.

A grande dificuldade das empresas tem sido manter os clientes próximos. A fidelização com o passar dos anos se tornou uma tarefa muito mais complicada, devido à grande quantidade de informações que os clientes têm acesso e a grande diversidade de empresas e produtos. Segundo Zenone (2010), para se alcançar a tão almejada fidelização e se destacar no mercado competitivo, a empresa deve entregar um alto valor para o cliente.

O problema na maioria dos casos é a falta de conhecimento por parte das empresas do *marketing* de relacionamento e até o mau uso dessa ferramenta tão eficaz. Diante disso muitas empresas perdem oportunidades e chances de se desenvolver e deixar uma marca em seu cliente. Nesse sentido,

Seja falta de conhecimento por parte da diretoria ou das lideranças na linha de frente, o relacionamento acaba ficando de lado por falta de conhecimento. Alguns empresários realmente creem ser suficiente abrir uma empresa, que os clientes inevitavelmente virão e continuarão vindo. Neste mesmo tipo de empresa, gestores desconhecem a importância do *marketing* de

relacionamento e como isso poderia aumentar resultados. A consequência é um atendimento mais ou menos e nenhuma estratégia fortalecendo o diferencial competitivo (LIMA, 2016, p. 56).

Sendo assim é necessário abordar com clareza o *marketing* de relacionamento, seu conceito, como é feita sua aplicação e quais são seus benefícios, pois acredita-se que as empresas que mais crescem nos dias de hoje são aquelas que investem no relacionamento com o cliente. O conhecimento e a proximidade com o cliente geram segurança no relacionamento o que garante uma maior satisfação e melhores resultados.

O objetivo central deste trabalho foi mostrar o conceito do *marketing* de relacionamento, verificando como ele pode ser aplicado e quais são os principais benefícios de sua aplicação.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, utilizando livros, revistas e sites confiáveis sobre o assunto. Os artigos científicos e textos encontrados na pesquisa bibliográfica foram discutidos e confrontados no desenvolvimento do trabalho procurando mostrar a ideia de cada autor sobre o assunto estudado.

## **Conceito e surgimento do marketing de relacionamento**

O *marketing* é a ciência e a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo com lucro. Dessa forma, o *marketing* é voltado para o mercado como um todo, buscando através de pesquisas e análises a melhor forma de atender a

demanda dos clientes, e fazer com que a empresa veja e seja vista pelo cliente. Nesse sentido,

A ideia de marketing teve início no ano de 1950 no pós-guerra, quando aconteceu uma grande evolução industrial no mundo todo, que resultou em uma instigada competição por meio das empresas e marcas para ser referência e líder no mercado. O procedimento básico de comercialização de produtos de alta qualidade já não era o suficiente e consideravelmente eficientes para conquistar maior alcance de lucros e receitas esperadas pelas organizações. O público começou a ter o poder de escolha, podendo selecionar qual das opções que estão disponíveis lhe permitem a melhor ligação de benefício e custo. As grandes marcas, reconhecendo que essa escolha estaria nas mãos do seu público, deram início a novas estratégias como adequação de produtos, brindes corporativos, serviços de acordo com as necessidades dos clientes, comunicação e um bom relacionamento, expansão e variação dos canais de distribuição, pesquisa de mercado, vantagens de produtos em massa, entre outras técnicas (MALGUEIRO, 2018, p. 43).

Foi a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, em 1954, que introduziu o conceito de Marketing ou de mercadologia no Brasil. A palavra Marketing foi aportuguesada somente no final da década de 1980 (REZ, 2017, p. 67).

Quanto mais poder de escolha as pessoas tiverem mais difícil será para as empresas alcançarem a liderança no mercado e a fidelização de clientes, isso porque elas terão que se superar dia após dia, buscando maneiras de despertar o interesse e a atenção dos clientes para seu produto ou serviço.

O termo *marketing* de relacionamento surgiu timidamente na década de 80 na área acadêmica, que contestava a baixa eficácia do *marketing* convencional para muitas situações, e definitivamente conquistou o seu lugar

de importância nas organizações (MADRUGA, 2015). De acordo com Zenone (2010, p. 48),

O marketing de relacionamento é uma ferramenta que busca criar valor pela intimidade com o cliente e tornar a oferta tão adequada, de modo que o cliente prefira-se manter fiel à mesma empresa. A empresa conhece o cliente tão profundamente, tornando desinteressante para ele buscar novos fornecedores. Dessa forma, o cliente voluntariamente reduz as suas opções de fornecedores.

Dias (2017) afirma que o *marketing* de relacionamento está relacionado com a fidelização de clientes, construção e disseminação da marca e a criação de autoridade no mercado. Além disso, ele é percebido quando o cliente tem uma experiência superpositiva, tornando-se fiel ao produto e divulgador da marca.

Percebe-se que com o auxílio do *marketing* de relacionamento a empresa tem um grande potencial de crescimento. O desafio é fazer com que a marca seja vista positivamente pelos seus clientes. O cliente precisa confiar na empresa, e a empresa no cliente, mas como todo relacionamento, isso leva tempo, então é dever de todo gestor ou administrador saber aplicar o *marketing* de relacionamento de forma correta e que gere resultados positivos.

### **Como entregar valor e fidelizar clientes**

Segundo Zenone (2010), para se alcançar a tão almejada fidelização e se destacar no mercado competitivo, a empresa deve entregar um alto valor para o cliente. Nesse sentido,

O valor de sua marca deve encontrar equilíbrio com o valor do cliente. Ou seja, ao atender às expectativas do cliente,

ele terá satisfação com a compra, a tal satisfação aumenta se o cliente tiver suas expectativas superadas (ROCA; SZABO, 2015, p. 34).

Então, conforme Roca; Szabo (2015) descreve, um dos primeiros passos para fidelizar o cliente é entregar valor ao cliente, isso norteia a ideia de que o poder de crescimento da marca no mercado está nas mãos do cliente, e só entregando valor a ele é que a empresa alcançará esse crescimento. Quanto mais a empresa superar as expectativas do cliente, maior serão suas chances de fidelização. Nesse viés,

Muitas empresas têm o discurso de “foco no cliente”, mas o que se percebe é que essa prática ainda não se disseminou na maioria das culturas empresariais, ou por falta de conhecimento sobre a verdadeira estratégia de relacionamento, e sobre tudo que envolve essa prática, ou por não acreditar na sua eficiência e eficácia (ZENONE, 2010, p. 3).

Zenone (2010) afirma que aumentar o valor para o cliente e para os *prospects*, ou seja, os clientes em potencial, significa ter um relacionamento com eles de longo prazo. Deve haver uma mobilização de toda a empresa para cuidar do seu cliente.

O cuidado faz parte de todo relacionamento, e entre empresa e cliente não é diferente. Esse cuidado deve estar presente desde o lançamento da marca no mercado e o contato da mesma com o cliente, até a pós-venda. Por isso,

No século XX, para uma empresa ser bem-sucedida bastava ter um bom produto. À medida que chegamos à era da interatividade, o produto não é mais o principal bem de uma companhia e sim, os clientes. As empresas precisam estar organizadas ao redor deles, focadas em como

aprender mais com cada um e fazê-los mais rentáveis. (ZENONE, 2010, p. 4).

De acordo com Kotler; Keller (2006), o cliente é o único e verdadeiro centro de lucro da empresa. Portanto, as empresas devem estar orientadas para ele, colocando-o no topo do organograma e mantendo todos os setores focados para atender às suas expectativas.

Tendo como foco o cliente, Zenone (2010) diz que a prática do *marketing* de relacionamento exige que a empresa esteja disposta a conhecer o cliente, levando em consideração o que os clientes pensam, sentem e aceitam. Por isso, saber identificar os clientes e entender que cada um é único, é um grande passo para entregar ao cliente mais do que ele espera. Surpreender o cliente, superando suas expectativas, tem sido uma tarefa cada vez mais difícil, pois seus gostos e vontades estão sempre mudando e suas expectativas aumentando.

Fernandes (2013), diz ser primordial que a empresa implante um projeto onde seja possível identificar os clientes individuais da empresa, criar um relacionamento vantajoso entre a empresa e os clientes que ela possui e gerenciar esse relacionamento para beneficiar os clientes e a própria empresa.

Dessa forma quanto mais informações a empresa tiver do cliente melhor será para satisfazê-lo, informações estas que precisam sempre ser atualizadas para evitar o distanciamento do cliente com a empresa. Segundo Ângelo; Silveira (2001, p. 221):

Um programa de fidelização deve ser compreendido como um processo em que as empresas utilizam para estimular seus clientes a usarem frequentemente seus serviços por meio de recompensas, tais como: bônus, descontos, produtos, entre outros, obtidos pela relação de troca.

Mas conforme Zenone (2010) afirma que o *marketing* de relacionamento não é aplicado somente entre empresa e cliente, ele deve englobar toda rede de relacionamentos da empresa, desde a parte interna com os colaboradores, até a parte externa com parceiros, fornecedores, intermediários, acionistas, formadores de opinião e etc.

### **Como o *Data-Base* pode auxiliar no *marketing* de relacionamento**

Segundo Peppers e Rogers (2000), a real vantagem competitiva de uma empresa consiste em ter informações sobre seus clientes que a concorrência não tem e ser capaz de transformar rapidamente esse conhecimento em ação. Ganha quem consegue estabelecer relacionamentos dominantes em seu mercado. Para que o *marketing* de relacionamento gere frutos é de grande importância que a empresa procure construir um banco de dados.

Para isso, é usado o *Data-Base*, que é, segundo Zenone *et al* (2011) uma ferramenta que auxilia na tomada de decisões. A empresa pode ter um relacionamento individual com seus clientes, apresentando-lhes produtos/serviços que cabem às suas necessidades, baseando-se nas informações presentes no banco de dados. Contudo, o banco de dados é apenas uma ferramenta, a maneira como será usada é que fará a diferença na organização. Nesse sentido,

Um banco de dados de clientes é um conjunto de dados abrangentes sobre clientes atuais ou potenciais atualizados, acessíveis, práticos e organizado para fins de marketing, tais como geração de indicações, vendas de um produto ou serviço ou manutenção de relacionamento com os clientes. Database marketing é o processo de construir, manter e usar os bancos de dados de cliente e outros registros (produtos, fornecedores, revendedores) para efetuar

contatos e transações e para construir relacionamento como o cliente (KOTLER; KELLER, 2006, p. 160).

Para que o *Data-Base* cumpra perfeitamente seu papel é necessário um sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD) que é um software com características e recursos necessários para o tratamento, organização e análise de dados (ZENONE 2010).

Christopher (1999) afirma que à medida que os mercados amadurecem e os custos de conquistar novos clientes aumentam, uma ênfase maior precisa ser dada à retenção de clientes existentes e à estabilização dos negócios fechados com eles.

Por isso é importante o uso dessa ferramenta, pois além de registrar todos os dados primordiais sobre os clientes e potenciais clientes, ela auxilia na transformação destes dados em informações que darão norte a tomada de decisões. Para auxiliar no gerenciamento destas informações usa-se outra ferramenta, chamada de CRM (*Customer Relationship Management*).

## **CRM e *marketing* de relacionamento**

Fernandes (2013), diz ser primordial que a empresa implante um projeto onde seja possível identificar os clientes individuais da empresa, criar um relacionamento vantajoso entre a empresa e os clientes que ela possui e gerenciar esse relacionamento para beneficiar os clientes e a própria empresa.

Segundo Zenone (2010), para manter a eficiência e eficácia do atendimento a empresa deve dotar-se de recursos, meios e estratégias que permitam conhecer melhor seu cliente e interagir de forma adequada, sendo esse o papel do CRM (*Customer Relationship Management*).

Segundo Kotler e Keller (2006), o CRM gerencia cuidadosamente as informações detalhadas de cada cliente e todo contato que o cliente tem com a marca ou produto, com o objetivo de alcançar sua fidelidade. Para tanto,

O CRM é a combinação da filosofia do Marketing de Relacionamento, que ensina a importância de cultivar os clientes e estabelecer com os mesmos um relacionamento estável e duradouro através do uso intensivo da informação, aliado à tecnologia da informação, que provê os recursos de informática e telecomunicações integrados de uma forma singular que transcende as possibilidades dos *call centers* atuais (ZENONE, 2010, p. 64).

Se a empresa realmente deseja implantar o *marketing* de relacionamento, deve entender que o uso do CRM é tão importante quanto do *Data-Base*, sendo que um complementa o outro. O gestor não deve ter medo de investir em tecnologias, pois este investimento será muito rentável no futuro, tanto para a empresa quanto para o cliente.

Zenone (2010) explica que o CRM envolve o *marketing*, as vendas, o serviço e a tecnologia, bem como todas as áreas organizacionais. Por isso é importante entender que o CRM necessita que todas as áreas da organização trabalhem para o objetivo comum de melhorar a eficiência e a eficácia do atendimento ao cliente através de ações de relacionamento conjuntas que possam agregar aos públicos de interesse da empresa.

Segundo Zenone (2010), a partir da união entre o *marketing* e a tecnologia, disponibilizada pelo CRM, cria-se um canal de relacionamento, que faz a empresa interagir com o cliente de forma eficiente e em tempo real, obtendo vantagem competitiva. Colocar essa estratégia em prática é importante porque ganhar novos clientes custa mais caro do que mantê-los.

## Vantagens da implantação do *marketing* de relacionamento

As vantagens da implantação do *marketing* se norteiam em vários aspectos, mas acredita-se que o principal deles seja o fato de que é mais caro ganhar novos clientes do que mantê-los. Conforme Vavra (1993, p. 52) afirma:

A conquista de novos clientes é, às vezes, onerosa para uma empresa. É necessário que o cliente realize um número determinado de transações ao longo de um período para que os investimentos feitos pela empresa sejam recuperados, ou seja, para que o cliente comece de fato a trazer lucro para a empresa.

De acordo com Las Casas (2006), custa cinco vezes mais conquistar um novo cliente do que manter um cliente atual. Além de ser mais caro ganhar novos clientes, não investir no *marketing* de relacionamento pode fazer com que haja clientes insatisfeitos, gerando uma imagem negativa para a marca. De acordo com isto Zenone (2010, p. 7) afirma que:

A importância da fidelização de clientes é reforçada pelo potencial destrutivo dos clientes insatisfeitos que deixam de efetuar compras com a empresa. Esses clientes, além de não serem mais fiéis à empresa, podem prejudicar o desenvolvimento de novos negócios e a conquista de novos clientes.

Segundo Las Casas (2006), 91% dos clientes insatisfeitos jamais comprarão dessa mesma empresa e comunicarão a sua insatisfação a pelo menos nove outras pessoas. Segundo Fernandes (2013, p. 34):

Nos últimos tempos, muitas empresas começaram a incorporar o marketing relacional devido ao seu potencial de conduzir as organizações a melhores resultados por meio de relacionamentos de longo prazo com clientes, parceiros e públicos. Seu objetivo é atrair, realçar e intensificar o relacionamento com seus *stakeholders*, permitindo construir e/ou aumentar a percepção de valor da marca, de seus produtos e serviços, e a rentabilidade da empresa ao longo do tempo.

Além de minimizar a existência de clientes insatisfeitos e evitar altos gastos, a implantação do *marketing* relacional é vantajosa, pois conduz a empresa no alcance de melhores resultados, ajuda a entender seus clientes e culmina na fidelização dos mesmos. O *marketing* de relacionamento vai muito além do que apenas auxiliar com as vendas. Ele serve para transformar clientes em fãs da marca.

Além de fãs da marca, os clientes podem ser propagadores da marca, fazendo com que a empresa não precise investir tão alto no alcance de novos clientes. Nunes (2017), cita cinco vantagens de praticar o *marketing* de relacionamento nas empresas: Aumento das Compras (Clientes que conhecem uma empresa e estão satisfeitos com ela compram mais); Custos Baixos (O custo de manter um cliente é inferior ao de conseguir novos); Publicidade gratuita por meio do ‘boca a boca’; Fidelização dos clientes; Diferenciação e personalização do atendimento.

Nesse mesmo sentido, Quezado (2017) cita quatro benefícios do *marketing* de relacionamento nas organizações: público segmentado e com Fit – os clientes ficam alinhados e segmentados ao negócio, sendo possível entregar exatamente o que procuram; otimização do funil de vendas – o ciclo de vendas diminui e ocorre menos vazamentos por falta de Fit com a solução. A taxa de conversão aumenta gerando maior número de novos

clientes; retenção de clientes – quando se trabalha com dedicação, não apenas focado em vendas, mas no relacionamento, o resultado é uma lealdade maior por parte dos clientes; melhor ROI – quando se foca no público certo e consegue reter clientes o aumento do faturamento é inevitável. ROI é a sigla em inglês para retorno sobre o investimento.

A empresa que investe no *marketing* de relacionamento não deve temer, pois tem grande potencial de crescimento e diferenciação no mercado. Tal investimento é feito para que a empresa alcance bons resultados de médio a longo prazo.

### **Implantação do *marketing* de relacionamento**

Zenone (2010), afirma que, a empresa que pretende trabalhar com o *marketing* de relacionamento deverá ter em mente três pilares essenciais para o desenvolvimento: Tecnologia da informação, processos organizacionais orientados para o mercado e pessoas capacitadas para atender ao cliente de forma adequadas e capaz de desenvolver estratégias competitivas que tragam a diferenciação. Segundo Alecrim (2013, p. 45):

A Tecnologia da Informação (ou, em inglês, *Information Technology* — IT) pode ser definida como o conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos computacionais que visam permitir a obtenção, o armazenamento, a proteção, o processamento, o acesso, o gerenciamento e o uso das informações. Esse conjunto de soluções é composto, essencialmente, por uma combinação de equipamentos (hardware) e software (...).

Sendo assim, a tecnologia da informação fará a empresa estar sempre atualizada tecnologicamente, possibilitando o avanço nas demais áreas da empresa,

principalmente na área do *marketing* de relacionamento. Uma empresa que possui uma boa estrutura e equipe de TI está no caminho para o crescimento, pois conseguirá manter informações importantes que darão norte às decisões futuras da empresa.

Os processos organizacionais são primordiais para a organização, e quando bem geridos produzem resultados positivos, por isso é necessário investir neste pilar para que o *marketing* de relacionamento seja bem implantado na empresa. Quando o processo organizacional é bem executado a empresa consegue entregar alto valor ao cliente, e passa mais confiança e credibilidade para seu público alvo.

Sobre atendimento ao cliente Dino (2018) afirma que, para que um bom atendimento ao cliente seja realizado, o atendimento deve parar de ser visto como um custo e deve ser analisado como um investimento. A forma como o atendimento é feito vai definir se o cliente será fiel a empresa ou vai buscar outras opções no mercado.

Para que o *marketing* de relacionamento cumpra seu papel de forma eficaz, a empresa também precisa investir no atendimento ao cliente. Não fará sentido aplicar seus recursos em tecnologias de informação, aprimoramento dos processos ou em qualquer outro setor se o cliente não for bem atendido. Seja pessoalmente ou virtualmente, o gestor não pode deixar de lado o atendimento ao cliente.

Definidos os pilares essenciais para o bom desenvolvimento do *marketing* de relacionamento, é preciso elaborar um plano de *marketing* de relacionamento.

É preciso criar um plano de *marketing* de relacionamento, antes mesmo de implantá-lo na empresa, sendo o planejamento tão importante quanto o processo ou o objetivo, pois sem ele não é possível percorrer o caminho correto. Segundo Gabriel (2018, p. 56):

Plano de marketing é um planejamento das ações de marketing de uma empresa, buscando alcançar um determinado objetivo. O planejamento pode ser voltado para a marca, um produto específico ou serviço oferecido pela empresa. Esse plano guiará as ações estratégicas da marca.

Gabriel (2018) afirma que para elaborar o plano de *marketing* é necessário que a empresa conheça todos os fatores de influência, internos ou externos, que podem interferir em seus resultados, é preciso também conhecer a situação de seu produto ou serviço e as reais capacidades (positivas e negativas) da empresa no mercado. Nesse sentido, para a empresa criar um plano de marketing de relacionamento, ela precisa implantar a cultura de fidelização dos clientes junto aos seus colaboradores, pois a relação entre a empresa e o cliente já se inicia no primeiro contato do cliente com a empresa (FALCÃO, 2019).

Além de implantar a cultura de fidelização junto aos colaboradores na elaboração do plano de *marketing* de relacionamento, é importante identificar e analisar os clientes mais fiéis e rentáveis, conforme descreve Falcão (2019).

Falcão (2019) diz que é muito importante identificar os clientes que realizam compras com maior frequência e aqueles clientes cujas operações possuem grande relevância no faturamento da empresa. Através da identificação do cliente, a empresa pode criar o seu plano de *marketing* de relacionamento. Como por exemplo: Entrar em contato com o cliente informando de ofertas de produtos; Parabenizar o cliente em datas especiais de sua vida (exemplo: aniversário); Realizar pesquisa de satisfação com os clientes quanto a produtos e serviços fornecidos; Programa de bonificações através de planos de fidelidade; Outras ações.

Reunindo todas as informações necessárias, é possível elaborar o plano de *marketing* de relacionamento de forma

eficaz e que seja eficiente. Através deste plano a empresa terá mais clareza no caminho que deve andar e quais passos deve ou não dar. O plano definirá quem é a empresa, em que cenário ela está inserida e qual é a situação desse cenário, onde deseja chegar e/ou o que deseja alcançar e como fará isso. Sem um bom plano, os resultados do *marketing* de relacionamento na empresa podem ser comprometidos.

Karoline (2019), cita cinco dicas para iniciar o uso do *marketing* de relacionamento: (1) esteja disponível 24 horas; (2) mantenha contato com os clientes sem o interesse em vender; (3) mantenha um relacionamento nas plataformas digitais; (4) foque nas necessidades dos clientes; (5) não desapareça ou trate o cliente com indiferença depois da venda. Nesse sentido,

Toda empresa precisa estar próxima de seu cliente, ouvi-lo constantemente. É preciso criar canais de contato: via aplicativos, via site, via celular/WhatsApp e é preciso realizar pesquisas para medir a satisfação dos clientes periodicamente (SANTOS, 2017, p. 35).

Há alguns métodos que podem auxiliar o *marketing* de relacionamento no alcance de bons resultados, impulsionando ainda mais a empresa em seu crescimento.

Dias (2017) cita em seu Blog, Dose de *Marketing*, três metodologias muito eficientes para que o negócio consiga chegar aos resultados esperados, elas são: *marketing* digital; *Inbound marketing* e *marketing* de conteúdo. Nesse viés,

Marketing Digital é o conjunto de atividades que uma empresa (ou pessoa) executa online com o objetivo de atrair novos negócios, criar relacionamentos e desenvolver uma identidade de marca. Dentre as suas principais estratégias

estão o SEO, Inbound Marketing e o Marketing de Conteúdo (PENHAÇA, 2019, p. 84).

O *marketing* digital atualmente é um grande colaborador das empresas no alcance de clientes e no relacionamento com eles. Através da internet milhares de pessoas podem ver o produto ou serviço oferecido, e em plena era digital, onde a maioria das pessoas preferem fazer tudo pelo celular, a empresa que usa *marketing* digital aliado ao *marketing* de relacionamento só tem mais vantagens diante do mercado.

Outro *marketing* que pode ser usado junto ao *marketing* de relacionamento é o *Inbound Marketing*, que está ligado diretamente ao marketing digital, já que sua forma de atração é feita *on-line*.

Assim, através do *Inbound Marketing*, a empresa se posiciona em vários canais onde os clientes podem encontrá-la sem nenhuma dificuldade. Ao usá-lo a empresa busca atrair os clientes se auto promovendo através de conteúdos que gerem reações positivas nas pessoas, fazendo com que se identifiquem com a empresa. Para elaborar o conteúdo certo, eficaz e eficiente, que alcance o objetivo desejado pela empresa é usado o *marketing* de conteúdo.

Segundo Penhaça (2019), atualmente, a principal maneira de fazer as pessoas chegarem até a empresa é criando conteúdo, ou seja, oferecendo informações relevantes, que solucionam problemas reais e são de amplo acesso. A essa estratégia se dá o nome de *marketing* de conteúdo. *marketing* de conteúdo é o processo de publicar materiais e informações relevantes e valiosos, a fim de atrair, converter e encantar uma audiência.

Além dos métodos mencionados anteriormente existe o *Mix de Marketing*. É uma estratégia usada no *marketing*, mas que também pode ser aplicada no *marketing* de relacionamento, pois abrange áreas de suma importância

que a empresa precisa definir bem, para obter resultados satisfatórios.

Segundo Gabriel (2018), os 4 Ps do *marketing* representam os quatro pilares básicos para qualquer estratégia de *marketing*, e quando alinhados fazem com que a empresa influencie e conquiste seu público. Eles são: Produto, Preço, Praça e Promoção. Kloter; Armstrong (2005, p. 48) descreve sobre cada um deles:

Produto: é uma combinação de bens tangíveis, ou serviços que são intangíveis que a empresa oferece para o público-alvo, o produto pode ter características que diferencia ele dos outros, qualidade, design da embalagem, tamanho, garantia. Preço: é a quantidade de dinheiro em troca do produto ou serviço. Sendo a vista, desconto, crediário com financiamento, sem financiamento. Praça: local no qual o produto será distribuído, como comercialização, estoque do produto, meios de reposição desse produto. Promoção: envolve como acontecerá a divulgação do produto com os seus atributos, locais de compra, preço do produto, preparação do ponto de venda para recepção dos clientes ao encontrar o produto. Objetivo é saciar as necessidades do cliente a ponto de adquirir o produto.

Trabalhando estes 4 Ps a empresa terá definido importantes pontos para criar um bom relacionamento com seus clientes. Apesar do *marketing* de relacionamento ser de suma importância para o crescimento das organizações, nem todas as empresas terão condições aplicá-lo.

De acordo com Gordon (1998), o *marketing* de relacionamento tem condições de oferecer às empresas uma série de vantagens importantes. Entretanto, não terá um apelo idêntico para todas as empresas. Ou seja, nem todas as empresas têm capacidade para aplicar o *marketing* de relacionamento. Seja por possibilidade financeiras, por

capacidades tecnológicas ou pela sofisticação do *marketing* de relacionamento para fazer justiça aos seus princípios.

## **Considerações finais**

De acordo com a literatura pesquisada, *marketing* de relacionamento trata-se de uma ferramenta que busca, através de vários canais, métodos e/ou estratégias, criar e entregar valor ao cliente de forma que ele se torne fiel à sua marca, produto ou serviço. Ele está relacionado com a fidelização de clientes e disseminação da marca no mercado e é percebido quando o cliente tem uma experiência superpositiva.

Se a empresa conseguir superar as expectativas dos clientes ela conseguirá entregar valor a eles e conseqüentemente eles se tornarão fieis a sua marca. Para a implantação do *marketing* de relacionamento, é necessário que a empresa defina, inicialmente, três pilares: tecnologia da informação, processos organizacionais orientados para o mercado e pessoas capacitadas para atender ao cliente. É preciso também elaborar um plano de *marketing* de relacionamento, para obter uma visão geral de como ele será aplicado na organização e qual será a dimensão dos resultados.

A empresa deve ainda investir em canais de relacionamento com o cliente, ela deve ter o máximo de informações de seus clientes, e fará isso com êxito se utilizar ferramentas como Data base e CRM. Além de conhecê-los, é preciso que a organização veja e seja vista pelos clientes, criando conteúdos atraentes e lançando-os em meio de comunicação e redes sociais. É preciso criar estratégias para conquistar novos clientes sem perder os já alcançados. Entretanto, através dos estudos feitos, foi constatado que apesar do *marketing* de relacionamento ser muito útil e vantajoso, nem todas as organizações terão

capacidade de aplicá-lo, já que o mesmo demanda bastante empenho e investimento.

Suas vantagens são inegáveis para as organizações. A empresa que implanta o *marketing* de relacionamento tem mais facilidade em fidelizar clientes, obtendo lucro financeiro e economia de recursos, já que custa muito mais alcançar novos clientes do que mantê-los. Além disso, o *marketing* de relacionamento proporciona o aumento das compras, publicidade gratuita por meio do ‘boca a boca’, diferenciação e personalização do atendimento, público segmentado e com Fit, otimização do funil de vendas e um melhor ROI. Assim, podemos concluir que através do conhecimento sobre o *marketing* de relacionamento e sua aplicação a empresa tem inúmeros benefícios para garantir espaço no mercado e resultados positivos de média a longo prazo.

## Referências

- ALECRIM, E. *O que é tecnologia da informação (TI)?* 2013. On-line. Disponível em: <<https://www.infowester.com/ti.php>>. Acesso em: 16 nov. 19
- ANGELO, F. C.; SILVEIRA, G. A. J.: *Varejo Competitivo*. São Paulo: Atlas, 2001.
- BORBA, V. R.; CAMPOS, J. Q. *O marketing de relacionamento no campo da saúde: o desafio da década*. São Paulo: Jotacê, 2003.
- CASA DA CONSULTORIA. s.d. On-line. Disponível em: <<https://casadaconsultoria.com.br/marketing-de-relacionamento-2/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- CHRISTOPHER, M. *A lógica do marketing*. São Paulo: Futura, 1999.
- CONTENT, R. R. *O que são os processos organizacionais e como melhorá-los*. 2018. On-line. Disponível em: <<https://rock>

content.com/blog/processos-organizacionais/>. Acesso em: 16 nov. 19.

CUSTÓDIO, M. Roi: *o que é, como e porque calcular o retorno sobre o investimento*. 2018. On-line. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-roi-retorno-sobre-investimento/>>. Acesso em: 25 nov. 19.

DIAS, B. G. Blog *Dose de Marketing*. 2017. On-line. Disponível em: <<http://www.dosedemarketing.com.br/marketing-de-relacionamento/>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

DINO. *5 elementos fundamentais para fornecer um bom atendimento ao cliente em 2018*. 2018. On-line. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/5-elementos-fundamentais-para-fornecer-um-bom-atendimento-ao-cliente-em-2018/>>. Acesso em: 16 nov. 19.

FALCÃO, C. Rock Content. 2019. On-line. Disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/marketing-de-relacionamento/>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

FERNANDES, N. *Marketing de Relacionamento e suas aplicações*. 2013. On-line. Disponível em: <<https://brazil.businesschief.com/marketing/1138/Marketing-de-relacionamento-e-suas-aplicaccedilotidees>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

GORDON, I. *Marketing de relacionamento*. São Paulo: Futura, 1998.

GABRIEL, L. *4 Ps do Marketing*. 2018. On-line. Disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/4-ps-do-marketing/>>. Acesso em: 03 jun 2019.

GABRIEL, L. *Como fazer um bom plano de marketing*. 2018. On-lide. Disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/como-fazer-um-bom-plano-de-marketing/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

KAROLINE, M. *O que é marketing de relacionamento e como aplicar em sua empresa hoje*. 2019. On-line. Disponível em: <

<https://digitalizenegocios.com.br/blog/post/o-que-e-marketing-de-relacionamento/>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de Marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, P; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. Tradução: Mônica Rosenberg, Cláudia Freire, Brasil Ramos Fernandes; revisão técnica Dílson Gabriel dos Santos. 12. Ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2006.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. *Princípios de Marketing*. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

LAS CASAS. *Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, C. *Porque algumas empresas não investem no marketing de relacionamento*. 2016. On-line. Disponível em: <<https://www.implantandomarketing.com/por-que-algumas-empresas-nao-investem-em-marketing-de-relacionamento/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MADRUGA, R. *O que é marketing de relacionamento e qual sua definição*. 2015. On-line. Disponível em: <<https://www.conquist.com.br/blog-e-artigos/o-que-e-marketing-de-relacionamento-e-qual-a-sua-definicao/>>. Acesso em: 21 de jun. 2019.

MADRUGA, R. *Guia de Implementação de Marketing de Relacionamento e CRM*. São Paulo: Atlas, 2004.

MALGUEIRO. *Como surgiu o marketing de relacionamento e sua história*. 2018. On-line. Disponível em: <<https://www.malgueiro.com.br/como-surgiu-o-marketing-de-relacionamento-e-sua-historia/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

NUNES, S. 2017. *On-line*. Disponível em: <<https://www.sabrinanunes.com/dicas/5-beneficios-do-marketing-de-relacionamento/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PENHAÇA, V. *O que é marketing: tudo o que você precisa saber sobre a arte de conquista e fidelizar clientes*. 2019. On-line.

Disponível em: < <https://rockcontent.com/blog/o-que-e-marketing/> >. Acesso em: 21 Jun. 2019.

PENHAÇA, V. *Rock Content*. 2019. On-line. Disponível em: < <https://rockcontent.com/blog/marketing-digital/> >. Acesso em: 31 mai. 2019.

PEPPERS, D.; ROGERS, M. *CRM séries Marketing 1 a 1: um guia executivo para entender e implantar estratégias de customer relationship management*. São Paulo>. Pepper and Roger Group Brasil, 2000.

QUEZADO, M. A. *O que é marketing de relacionamento e seus benefícios*. 2017. On-line. Disponível em: < <https://pipz.com.br/blog/marketing-de-relacionamento-para-fidelizar-clientes/> >. Acesso em: 23 jun. 2019.

REZ, R. *O que é marketing: conceito e definições*. 2017. On-line. Disponível em: < <https://novaescolademarketing.com.br/marketing/o-que-e-marketing-conceito-e-definicoes/> >. Acesso em: 21 jun. 2019.

ROCA, R.; SZABO, V. *Gestão do Relacionamento com o Cliente*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

SANTOS, R. R. *Cliente X Empresa – neste casamento, o cliente tem sempre razão*. 2017. On-line. Disponível em: < <https://administradores.com.br/noticias/cliente-x-empresa-neste-casamento-o-cliente-tem-sempre-razao> >. Acesso em: 21 jun. 2019.

VAVRA, T. G. *Marketing de Relacionamento (aftermarketing)*. São Paulo: Atlas, 1993.

ZENONE, L. C. *et al. Gestão estratégica de Marketing: conceitos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2011.

ZENONE, L. C. *Marketing de Relacionamento: tecnologia, processos e pessoas*. São Paulo: Atlas, 2010.

# ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2019

Raquel Kamenak Junqueira<sup>1</sup>  
Marcos Flávio Ribeiro Valério Júnior<sup>2</sup>

**Resumo:** A dengue é uma doença viral grave e considerada a arbovirose de maior importância mundial, causando um grande impacto econômico e social. A estimativa da OMS é que 50 milhões a 100 milhões de casos da doença ocorram anualmente, constituindo um dos maiores problemas de saúde pública mundial. O objetivo desse trabalho é avaliar a situação epidemiológica da dengue no município de Piracanjuba/GO, no período de 2014 a 2019. Utilizou-se dados secundários referentes ao período estabelecidos das seguintes fontes: relatórios da Secretaria Municipal de Saúde do Município, fornecidos pelo Núcleo de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, contendo informações epidemiológicas e de expansão da doença, organizadas em tabelas e gráficos; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (população) e DATASUS. As variáveis utilizadas para o estudo foram: número de casos notificados e confirmados, distribuição dos casos quanto ao sexo, idade, classificação final e evolução dos casos. Durante o período analisado, foram notificados 974 casos da doença dengue em Piracanjuba/GO. Destes, a maioria dos casos, 329, ocorreu no ano de 2015. A maioria dos casos acometeu adulto jovem, do sexo feminino, na faixa etária de 20 a 39 anos. A análise dos dados permite concluirmos que no que

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Gestão da Qualidade, Produção e Higiene de Aliment pelo Instituto Nacional de Cursos. Graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor do Curso de Enfermagem e Biomedicina da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

tange ao controle, se comparada a incidência no município com outras realidades, as ações têm sido positivas, com alto índice de curados e nenhum óbito no período estudado.

**Palavras Chaves:** Epidemiologia. *Aedes aegypti*. Doença Tropical.

**Abstract:** Dengue is a serious viral disease and considered the most important arbovirus in the world, causing a great economic and social impact. The WHO estimate is that 50 million to 100 million cases of the disease occur annually, constituting one of the biggest public health problems worldwide. The objective of this work is to evaluate the epidemiological situation of dengue in the municipality of Piracanjuba/GO, in the period from 2014 to 2019. Secondary data for the period established from the following sources was used: reports from the Municipal Health Secretariat of the Municipality, provided by the Center Health Surveillance of the Municipal Health Secretariat of Piracanjuba/GO, containing epidemiological and disease expansion information, organized in tables and graphs; Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE (population) and DATASUS. The variables used for the study were: number of notified and confirmed cases, distribution of cases according to sex, age, final classification and evolution of cases. During the analyzed period, 974 cases of dengue disease were reported in Piracanjuba/GO. Of these, the majority of cases, 329, occurred in 2015. Most cases affected young adults, females, aged 20 to 39 years. The analysis of the data allows us to conclude that with regard to control, if the incidence in the municipality is compared with other realities, the actions have been positive, with a high rate of cure and no deaths in the studied period.

**Keywords:** Epidemiology. *Aedes aegypti*. Tropical disease.

## Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2009), a dengue é uma doença viral grave e considerada a

arbovirose de maior importância mundial, causando um grande impacto econômico e social. A estimativa da OMS é que 50 milhões a 100 milhões de casos da doença ocorram anualmente, constituindo um dos maiores problemas de saúde pública mundial.

A Dengue tem como agente etiológico o vírus da dengue, sendo seu vetor principal o *Aedes Aegypti*. A forma mais comum de transmissão é através da picada da fêmea, do agente infectado. É caracterizada como uma Arbovirose, ou seja, uma doença causada por um tipo de vírus agrupado ecologicamente como arbovírus (OMS, 2009).

Os arbovírus são vírus transmitidos na natureza, através da transmissão biológica entre hospedeiros suscetíveis por meio de artrópodes hematófagos, compreendendo os insetos de 6 patas que se alimentam de sangue ou de hospedeiro artrópode a hospedeiro artrópode, esses definidos como animais que possuem esqueleto externo, através de via transovariana e, possivelmente, da via sexual; multiplicam-se nos tecidos dos artrópodes e são repassados a novos vertebrados suscetíveis através da picada do inseto, após um período de incubação extrínseca (OMS, 2009).

A respeito de sua classificação os arbovírus, de acordo com as propriedades físico-químicas, se distribuem em cinco famílias, são elas: Bunyaviridae, Flaviviridae, Reoviridae, Rhabdoviridae e Togaviridae. Porém, é preciso destacar que nem todos os membros das famílias supracitadas são necessariamente arbovírus. Há ainda, seguindo a classificação, vírus integrantes das famílias Arenaviridae, Poxviridae, Herpesviridae, Coronaviridae, etc. O vírus da dengue pertence ao grupo B dos arbovírus. Com base em suas propriedades físico-químicas está inserido no gênero *Flavivirus*, família *Flaviviridae*, e possui

quatro sorotipos – DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4 (FREIRE e TONELLI, 2000).

Dengue é uma doença sistêmica e dinâmica, podendo ter remissão dos sintomas ou evoluir para um agravamento. Pode se apresentar de forma assintomática ou sintomática, sendo essa última podendo apresentar quadros graves com evolução para óbito. As manifestações clínicas são de uma doença febril aguda, manifestando primeiro febre alta, de início abrupto (em torno de 39° a 40°), intensa cefaleia, mialgias, adinamia, artralgias, dor retro-orbitária, náusea, vômito, astenia e exantema. Pode ocorrer em alguns casos hepatomegalia dolorosa, dor abdominal generalizada e manifestações hemorrágicas. O importante é ter uma constância nas reavaliações (CASALI, 2004).

O diagnóstico de dengue é feito através do exame clínico médico, avaliando sinais e sintomas. A confirmação deve ser feita através dos exames laboratoriais. Os métodos indicados são:

Sorologia: Método Enzyme-Linked Immunosorbent Assay (ELISA), e deve ser solicitada a partir do sexto dia do início dos sintomas.

Deteção de antígenos virais: NS1, isolamento viral, RT-PCR e imuno-histoquímica, e devem ser solicitados até o quinto dia do início dos sintomas. Se positivos, caso confirmado e se negativos, uma nova amostra para sorologia IgM deve ser realizada para confirmação ou descarte (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

De acordo com o Ministério da Saúde a dengue é uma doença de notificação compulsória, e os casos suspeitos que atendam os critérios estabelecidos, são registrados na Ficha Individual de Notificação e na Ficha Individual de Investigação, apresentando as características da doença e exames laboratoriais. Todos esses dados são inseridos no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação).

Os primeiros casos do estado de Goiás foram identificados em Goiânia em 1994, com a introdução do Denv-1, vários anos após as epidemias de Roraima e Rio de Janeiro. Em 1998 foi registrada a introdução do Denv-2. Em 2002 houve a introdução do Denv-3, quando se espalhou com rapidez entre outros municípios. Sendo os subtipos virais semelhantes à circulação viral ocorridos nos estados citados (Denv-1, Denv-2 e Denv-3). (Maciel, 1999; Nogueira *et al.*, 2001; Siqueira Júnior *et al.*, 2005; Feres *et al.*, 2006).

Piracanjuba/GO notificou o primeiro caso de dengue em 1998, através da regional responsável pelo município (Morrinhos), não se tem muitos dados neste período, conforme informa a Vigilância em Saúde do município. A sistematização contínua de dados só passou a ocorrer a partir da implantação do Sinan, e que só foi possível pela introdução da tecnologia de informação na gestão municipal, o que propiciou a melhoria na digitação e inserção de dados epidemiológicos (PIRACANJUBA, 2020).

O papel do enfermeiro atuando na vigilância epidemiológica tem como objetivo monitorar a doença, observando sua distribuição e disseminação, detectando precocemente as epidemias, antecipando ações preventivas. Consegue controlar as epidemias em curso e reduzir o risco de transmissão da dengue nas áreas endêmicas. Esse trabalho busca avaliar a situação de dengue no município de Piracanjuba/GO, nos anos de 2014 a 2019, analisando o perfil epidemiológico da dengue (BRASIL, 2014).

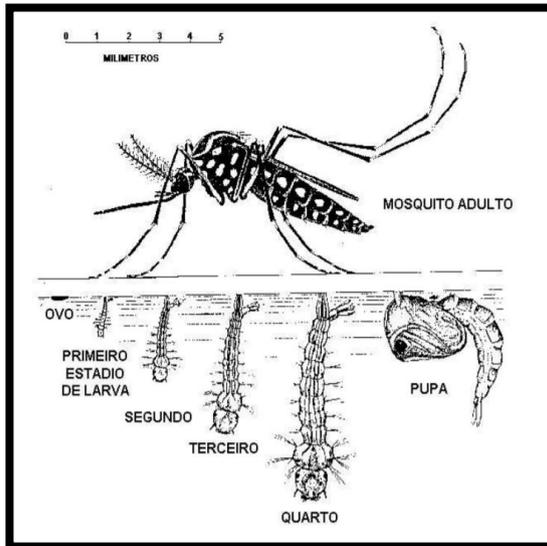
## **Histórico da Dengue e *Aedes Aegypti***

A Dengue é uma doença, cujo agente etiológico é o vírus da dengue, tendo como vetor principal o *Aedes Aegypti*. Caracterizando-se como uma Arbovirose, ou seja, uma doença causada por um tipo de vírus agrupado

ecologicamente como arbovírus. Possui quatro sorotipos, todos eles podem causar tanto a forma clássica da doença quanto a dengue hemorrágica. Contudo, o Denv-3 parece ser o tipo com mais virulência, ou seja, o que causa os maiores agravamentos, seguido pelo Denv-2, Denv-4 e Denv-1. Já o tipo 1 é o mais explosivo dos quatro, causando grandes epidemias em curto prazo, alcançando milhares de pessoas num menor tempo (FREIRE e TONELLI, 2000).

Os mosquitos são insetos dípteros e pertencem à família *Culicidae*. Popularmente esses animais recebem nomes como pernilongos, muriçocas ou carapanãs. O adulto possui asas, pernas e antenas longas e na maioria das vezes são hematófagos, em suas fases imaturas são aquáticas. O ciclo biológico desta família compreende as seguintes fases: ovo, quatro estágios larvais, pupa e adultos (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

**Figura 01** – Ciclo de vida do *Aedes Aegypti*.



Fonte: (Google imagens, 2020)

Em meados do século XVIII as primeiras espécies de mosquito foram descritas, e alguns aspectos de seu ciclo biológico conhecidos. No início havia a impressão de que apenas as picadas dos insetos provocavam algum incômodo, no entanto, no século XIX, descobertas importantes apontaram que a filariose bancroftiana e a malária são transmitidas pelos mosquitos, momento em que vários estudos se voltaram para a compreensão mais sistemática desses indivíduos. Atualmente existem mais de 3 mil espécies de mosquitos, e muitos aspectos biológicos permanecem desconhecidos, bem como os elementos necessários para combater os males que estes vetores trazem aos seres humanos (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

Os *Aedes*, pertencentes à família *Culicidae*, são caracterizados pelo abdome faliado, pontudo, ou seja, os últimos segmentos estão parcialmente imbricados uns nos outros de modo telescópico, com as cercas salientes. Suas larvas têm sifão curto, cônico, e escurecido. No Brasil, os subgêneros mais comuns são: *Stegomyia*, *Ochlerotatus*, *Howardina* e *Promotomacleaya*. Sendo os dois primeiros os de importância epidemiológicas consideráveis no Brasil (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

A reprodução da espécie depende preferencialmente de ambiente aquático, cujos criadouros concentram-se em recipientes artificiais, tanto por ação do homem como em céu aberto preenchidos pelas águas pluviais, ou por água armazenada para uso doméstico. A reprodução depende da água estar limpa, pobre em matéria orgânica em decomposição e em sais. Há relatos também da reprodução em acúmulos naturais de água, como na copa de árvores, bromélias, buracos em rochas e em galhos de bambus, todavia, essa forma é insignificante perto do acúmulo originário na ação humana (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

A espécie, em particular as fêmeas, têm hábitos hematófagos em horários diurnos, com picos ao amanhecer e ao entardecer, porém, pode atacar a qualquer momento todo dia. Os vôos do vetor geralmente não ultrapassam meio metro de altura, o que acarreta picadas nos seres humanos principalmente nos pés e parte inferior das pernas (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998). (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

De acordo com os levantamentos históricos (Maciel, 1999; Nogueira *et al.*, 2001; Siqueira Júnior *et al.*, 2005; Feres *et al.*, 2006), a espécie *Aedes Aegypti* tem origem no nordeste da África, sendo característicos de áreas quentes e úmidas, o que facilitou sua adaptação a diferentes regiões geográficas. Sua distribuição geográfica ao longo da história acompanhou os avanços dos povos europeus para as áreas de colonização, e em virtude do grande comércio de escravos negros africanos acabou chegando nas américas. No Brasil, sua chegada coincide exatamente com o período colonial, tendo sua proliferação ligada fortemente com a fundação de cidades e vilas.

Atualmente, a incidência do mosquito está bastante ligada à maneira que organizamos nossas cidades, motivo pelo qual há uma relação entre urbanização e proliferação do mosquito. Vários são os estudos que apontam essa relação entre as condições urbanas e doenças infecciosas. Entre as doenças decorrentes de problemas na infraestrutura urbana de saneamento estão a filariose, a esquistossomose, a hepatite infecciosa, a poliomielite, a febre amarela e a dengue (IBGE, 201; VILANI, MACHADO e ROCHA, 2014; NUGEM, 2015).

As cidades brasileiras são, portanto, um local propício para propagação do vetor, uma vez que nossas condições ambientais e sanitárias são precárias. A necessidade de levantamentos periódicos de dados e informações são

fundamentais para orientar as políticas de saúde nesses locais, demonstrando a importância da sistematização dos dados epidemiológicos locais em nível municipal.

## **Epidemiologia da Dengue no Brasil**

A dengue, atualmente, é um dos problemas mais evidentes da saúde pública no Brasil. Sua condição de existência tem uma relação direta com as condições sociais da população. O crescimento populacional e a degradação do meio ambiente são condições propícias para proliferação do vetor, uma vez que o mosquito já está bem adaptado ao ambiente doméstico. Além do Brasil, grande parte das Américas, da África, do Caribe, e da China são afetadas pela dengue (HALSTEAD, 2006).

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a primeira epidemia de dengue ocorreu no Peru, ainda no século XIX. No Brasil, o primeiro registro epidêmico ocorreu em 1981, em Boa Vista, Roraima, associado aos sorotipos Denv-1 e Denv-4 e não houve disseminação do vírus para outras regiões do país. No ano de 1986, a doença ressurgiu com a introdução do sorotipo Denv-1 no Rio de Janeiro. Nesse período houve expansão do vírus para os estados de Alagoas e Ceará.

A partir de então, a dengue vem acontecendo no Brasil de forma contínua e com ocorrências de epidemias com os sorotipos circulantes diferentes dos existentes. Em 1990 foi isolado no Rio de Janeiro o sorotipo Denv-2 o que causou uma nova epidemia com ocorrência de casos de dengue hemorrágico. Como a cidade de Rio de Janeiro tinha grande número de circulação de pessoas, não foi possível conter a dispersão para o resto do país (ZEIDLER *et al.*, 2008).

## Epidemiologia da Dengue em Goiás

Os primeiros casos do estado de Goiás foram identificados em Goiânia em 1994, com a introdução do Denv-1, vários anos após as epidemias de Roraima e Rio de Janeiro. Em 1998 foi registrada a introdução do Denv-2. Em 2002 houve a introdução do Denv-3, quando se espalhou com rapidez entre outros municípios. Sendo os subtipos virais semelhantes à circulação viral ocorridos nos estados citados (Denv-1, Denv-2 e Denv-3). (Maciel, 1999; Nogueira *et al.*, 2001; Siqueira Júnior *et al.*, 2005; Feres *et al.*, 2006)

Localizado na região central do país, o estado de Goiás faz parte de uma via com grande circulação de caminhões e cargas e movimentação de pessoas, o que contribui para disseminação do vírus. Notou-se pelo número de notificações que houve um acréscimo de casos graves e óbitos entre os anos de 2003 e 2007 pelo interior do estado de Goiás. (SIQUEIRA-JÚNIOR; MARTELLI, 2008).

Somente em 2011 foi identificado o Denv-4 em Goiás, depois da sua detecção notou-se uma considerável redução no número de casos de dengue nos anos de 2011 e 2012, sendo que em 2013 o Denv-4 predominou dentre os sorotipos isolados, confirmado pelo sistema laboratorial, alterando o cenário epidemiológico (GOIÁS, 2013).

A Dengue é uma doença cujo espectro vai desde formas assintomáticas, oligossintomáticas e sintomáticas podendo levar a quadros com hemorragia e choque, podendo evoluir para óbito. Os sintomas têm início de forma abrupta e o curso da doença pode ser dividido em três fases. (BRASIL, 2013)

A fase febril, que tem duração de dois a sete dias, apresenta febre alta associada à cefaléia, dor retroorbitaria, mialgias e artralguas, podendo ainda estar presentes: exantema máculo-papular, anorexia, náuseas, vômitos e

diarréia. A fase crítica, ocorre quando se tem o início da defervescência da febre entre o terceiro e o sétimo dia do início da doença, caracterizada pelo aparecimento dos sinais de alarme como consequência do aumento da permeabilidade vascular, podendo evoluir para a dengue grave com sangramento importante, disfunções graves de órgãos e choque, em consequência do extravasamento plasmático. A última fase, que pode durar de 48 a 72 horas, é denominada de recuperação havendo reabsorção do conteúdo extravasado com progressiva melhora clínica (BRASIL, 2014; OPAS, 2016; OMS, 2009).

## **Objetivos da pesquisa**

O objetivo geral da pesquisa é: avaliar a situação epidemiológica da dengue no município de Piracanjuba/GO, no período de 2014 a 2019. Os objetivos específicos são: Caracterizar a doença de dengue no município de Piracanjuba/GO quanto ao ano de notificação; Caracterizar a doença de dengue no município de Piracanjuba quanto ao sexo dos indivíduos acometidos; Caracterizar a doença de dengue no município de Piracanjuba/GO quanto à idade dos indivíduos acometidos; Caracterizar a doença de dengue no município de Piracanjuba quanto à classificação final de dengue e evolução dos casos; Caracterizar a doença de dengue no município de Piracanjuba em relação ao Estado de Goiás e ao Brasil.

## **Metodologia**

Esta pesquisa constitui-se em um estudo epidemiológico descritivo transversal, apresentando o objetivo de traçar o perfil epidemiológico de casos de dengue provenientes do município de Piracanjuba/GO.

Foram utilizadas as seguintes variáveis: (a) espacial (município); (b) temporal (ano) (c) demográficas (sexo e faixa etária); (d) classificação final e (e) evolução da doença.

Utilizou-se dados secundários referentes ao período de 2014 a 2019 das seguintes fontes: relatórios da Secretaria Municipal de Saúde do Município, fornecidos pelo Núcleo de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba, contendo informações epidemiológicas e de expansão da doença, organizadas em tabelas e gráficos; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (população) e DATASUS.

Para análise dos dados usou-se estatística de frequência e frequência de percentual simples. Para determinar a estatística descritiva simples, as médias e incidências foram calculadas por períodos. Para o cálculo do coeficiente de incidência da doença por 10.000 habitantes, usou-se como denominadores a estimativa populacional do IBGE. Para a análise do banco de dados, e consequente cálculo das incidências, foi utilizado o programa Microsoft Office Excel 2010.

## **Área de Estudo**

O Município de Piracanjuba/GO está situado na região sul do Estado de Goiás. Possui uma área de 2.380,732 km<sup>2</sup>, com altimetria de 750m em relação ao nível do mar. Sua população é de 24.026 pessoas, sendo 50,8% do sexo masculino e 49,2% do sexo feminino. 73% da população reside na área urbana e 27% na área rural do município. A distribuição da população por faixa etária mostra uma concentração maior nas pessoas acima de 40 anos (41,6%), e pessoas de 15 a 39 (37,8%), e uma proporção de 20,6% de pessoal com menos até 14 anos de idade (IBGE, 2010).

O município apresenta 31.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 87% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 6.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 86 de 246, 116 de 246 e 75 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3033 de 5570, 1792 de 5570 e 3190 de 5570, respectivamente (IBGE, 2010).

Piracanjuba/GO notificou o primeiro caso de dengue em 1998, através da regional responsável pelo município (Morrinhos), não se tem muitos dados neste período, conforme informa a Vigilância em Saúde do município. A sistematização contínua de dados só passou a ocorrer a partir da implantação do Sinan, e que só foi possível pela introdução da tecnologia de informação na gestão municipal, o que propiciou a melhoria na digitação e inserção de dados epidemiológicos (PIRACANJUBA, 2020).

## **Resultados e Discussão**

Nos anos de 2014 a 2019, foram notificados 974 casos de dengue em Piracanjuba/GO. Observada a distribuição de casos de dengue para cada um dos anos analisados, a maior ocorrência dos casos se deu no ano de 2015, com 329 casos notificados, o que caracterizou este ano como o de maior incidência da doença.

O ano de 2017 foi o de menor incidência, com 44 casos notificados. Demonstrado no Gráfico 1. Podemos avaliar que as medidas de controle da doença tenham sido mais eficazes nesse ano ou podem ter ocorrido uma subnotificação.

**Tabela 1** – Casos notificados de dengue por ano (2014 a 2019), Piracanjuba/GO.

Ano	Nº de casos notificados
2014	148
2015	329
2016	127
2017	44
2018	107
2019	219

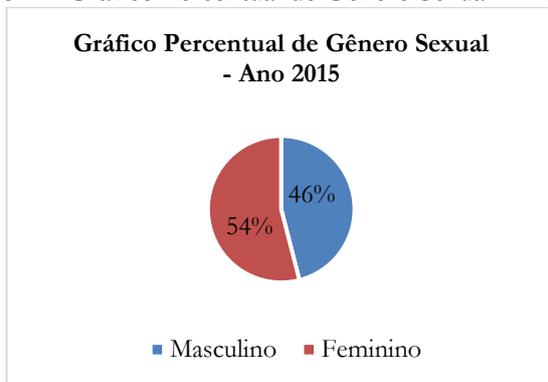
Fonte: adaptado pelos autores.

**Gráfico 1** – Casos notificados de dengue por ano (2014 a 2019), Piracanjuba/GO



Fonte: adaptado pelos autores.

**Gráfico 2** – Gráfico Percentual de Gênero Sexual – Ano 2015.



Fonte: adaptado pelos autores.

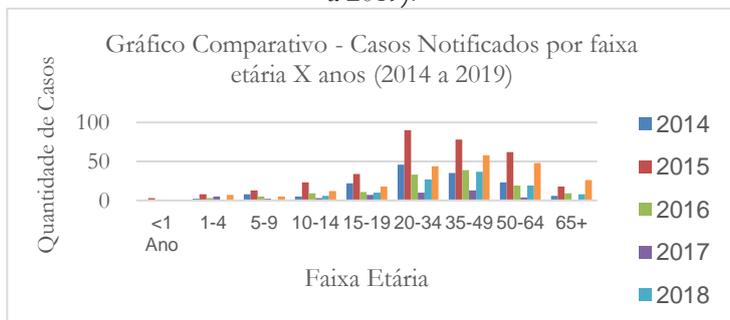
Comparando a faixa etária mais acometida pela doença no período avaliado nota-se que foi a de 20-34 anos, seguida por 35-49 anos (Gráfico 2). Justamente os adultos jovens, em idade economicamente ativa, cujo impacto reflete sobremaneira na constante necessidade de afastamento do trabalho.

**Tabela 2** – Casos notificados de dengue por faixa etária (2014 a 2019)

Número de casos por faixa etária										
Ano	<1 Ano	1-4	5-9	10-14	15-19	20-34	35-49	50-64	65+	Total
2014	1	2	8	5	22	46	35	23	6	148
2015	3	8	13	23	34	90	78	62	18	329
2016	0	3	5	9	11	33	39	19	9	128
2017	0	5	2	3	7	10	13	4	0	44
2018	0	0	0	6	10	27	37	19	8	107
2019	1	7	5	12	18	44	58	48	26	219

Fonte: adaptado pelos autores.

**Gráfico 3** – Casos notificados de dengue por faixa etária (2014 a 2019).



Fonte: adaptado pelos autores.

Segundo o gênero, a distribuição dos casos de dengue foi de um total de 556 do sexo feminino e 418 do sexo masculino. (Gráfico 3). Um resultado que chama a atenção refere-se a

uma maior incidência da doença no sexo feminino. O estudo revela que, durante o período estudado, o sexo feminino apresentou-se como a maior vítima da doença.

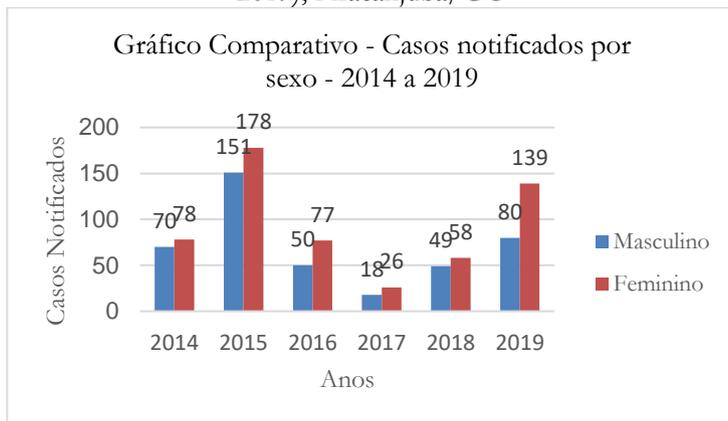
É sabido que isto se deve ao fato da mulher permanecer a maior parte do tempo em sua residência, onde se encontra a maioria dos focos do mosquito. Mesmo que atualmente, o número de mulheres no mercado de trabalho tenha crescido consideravelmente, elas ainda são as maiores vítimas da dengue nos últimos anos. Soma-se a isso o fato de que o maior número de casos notificados em mulheres pode estar relacionado ao fato de que o homem procura menos o serviço de saúde comparado com o sexo feminino, sendo notificado em menor quantidade.

**Tabela 3** – Casos notificados de dengue por sexo (2014 a 2019), Piracanjuba/GO

Ano	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
2014	70	78	148
2015	151	178	329
2016	50	77	127
2017	18	26	44
2018	49	58	107
2019	80	139	219

Fonte: adaptado pelos autores.

**Gráfico 4** – Casos notificados de dengue por sexo (2014 a 2019), Piracanjuba/GO



Fonte: adaptado pelos autores.

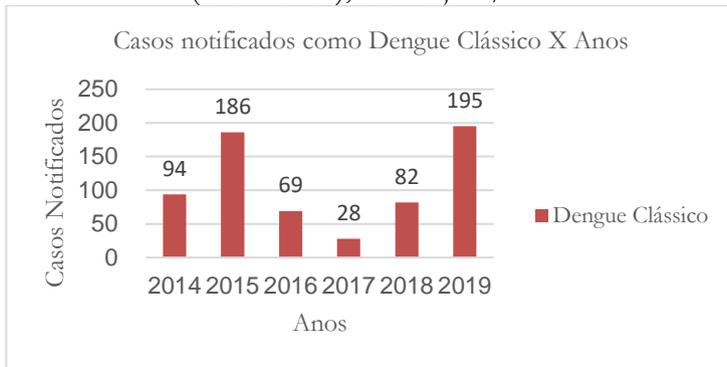
A grande maioria dos casos notificados, foi classificado como Dengue Clássico, totalizando um número de 694 pessoas. Sendo que o município não notificou nenhum caso de Dengue com Complicação, Febre Hemorrágica ou Síndrome do Choque da Dengue, conforme mostra o Gráfico 4.

**Tabela 4** – Casos notificados de dengue clássico por ano (2014 a 2019), Piracanjuba/GO

Ano	Nº de casos dengue clássico
2014	94
2015	186
2016	69
2017	28
2018	82
2019	195

Fonte: adaptado pelos autores.

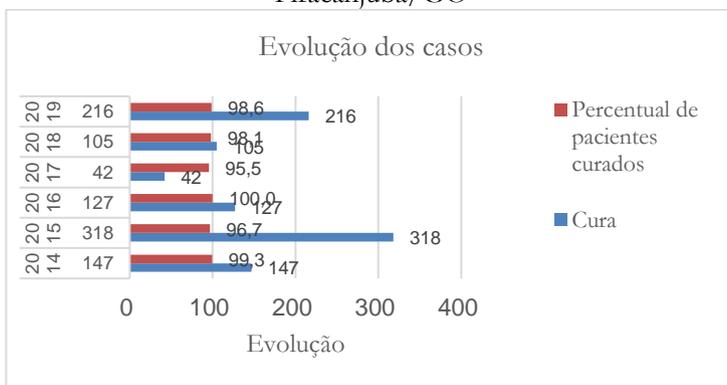
**Gráfico 5** – Casos notificados de dengue clássico por ano (2014 a 2019), Piracanjuba/GO



Fonte: adaptado pelos autores.

Podemos observar no Gráfico 5, o alto percentual de cura. É importante ressaltar que o município não registrou nenhum óbito no período analisado. Podemos destacar que o paciente tem recebido o tratamento adequado e seguindo as recomendações e protocolos estabelecidos, evitando assim o agravamento da doença e o óbito.

**Gráfico 6** – Percentual de pacientes curados (2014 a 2019), Piracanjuba/GO



Fonte: adaptado pelos autores.

No Gráfico 6 foi realizado um comparativo na taxa de incidência da dengue a nível de município, estado e país. Observa-se que Piracanjuba/GO nos anos de 2014 e 2015 fica acima da média em casos notificados em relação ao país, observadas as taxas de 61,6/10.000/hab e 136,9/10.000/hab, respectivamente. Há, porém um decréscimo no número de casos no ano de 2016 e 2017, comparando às taxas observadas no País. Comparadas às taxas de incidência no Estado de Goiás, o município de Piracanjuba apresenta um desempenho considerado muito bom, ficando bem abaixo dos números observados na escala estadual.

**Tabela 5** - Taxa de incidência de dengue (%) por 10.000 habitantes (2014 a 2017), Piracanjuba, Estado de Goiás e Brasil.<sup>3</sup>

Ano	Tx de incidência Piracanjuba	Tx de incidência Estado de Goiás	Tx de incidência Brasil
2014	61,6	144,6	29,2
2015	136,9	255,2	83,1
2016	52,9	196,0	73,7
2017	18,3	93,7	11,5

Fonte: adaptado pelos autores.

<sup>3</sup> Diferentemente dos demais dados trabalhados, a taxa de incidência não pode ser calculada para os anos de 2018 e 2019, uma vez que não estão disponíveis no banco de dados do DATASUS.

**Gráfico 7** – Taxa de incidência de dengue (%) por 10.000 habitantes (2014 a 2017), Piracanjuba, Estado de Goiás e Brasil.<sup>4</sup>



Fonte: adaptado pelos autores.

## Considerações finais

O município de Piracanjuba/GO possui um Plano de Contingência da Dengue, cujo objetivo visa organizar as tarefas e as equipes multisetoriais para o enfrentamento da doença. Os variados setores colaboram para que as atividades aconteçam de forma sistemática e contínua. Prioriza-se neste documento a eliminação dos criadouros do vetor, vinculado com a participação da população neste combate, considerando a importância da fiscalização por parte do poder público, estimulando assim a população aderir ao controle e combate desses criadouros.

A equipe de Vigilância Epidemiológica precisa estar munida de dados confiáveis, como as notificações/investigações, e do Levantamento Rápido de Índice de Infestação (LIRAA), para adotar medidas efetivas no controle da doença, evitando casos graves e letalidade.

A dengue é uma doença viral e que causa prejuízos a saúde pública, por isso é importante que se tenha um

---

<sup>4</sup> Diferentemente dos demais dados trabalhados, a taxa de incidência não pode ser calculada para os anos de 2018 e 2019, uma vez que não estão disponíveis no banco de dados do DATASUS.

sistema eficiente tanto vetorial quanto epidemiológico. Nesse sentido, os profissionais da saúde devem estar atentos aos protocolos a serem seguidos e capacitados para manter dados de qualidade para alimentar os sistemas de informações.

A análise dos dados permite concluirmos que no que tange ao controle, se comparada a incidência no município com outras realidades, as ações têm sido positivas, conforme pode-se verificar nas taxas apresentadas em comparação com o Estado de Goiás e o Brasil.

Positivamente, também, é possível verificar a eficácia do tratamento, representado pelo alto percentual de pacientes curados, sugerindo que o sistema de saúde tem respondido bem à execução da política.

No que tange às especificidades das características populacionais exalta-se a necessidade de um olhar especial às populações economicamente ativas e às mulheres, cuja incidência é maior entre os demais estratos populacionais.

Na vigilância epidemiológica, o enfermeiro pode exercer diversas ações como: execução e análise dos dados, produzindo novas informações, participando na seleção de alternativas e prioridades e colaborando na elaboração e execução dos programas de controle de agravos, assim como avaliação do alcance dos objetivos propostos e melhorando assim a eficácia dos serviços de saúde.

Por fim, ressalta-se a importância de se garantir a continuidade nas rotinas de notificação, observando a constante atualização nos equipamentos e no capital humano. Sabe-se da importância que a tecnologia da informação e da comunicação tem para a execução das políticas de saúde, e no caso das doenças infecciosas esse fator é de fundamental importância, uma vez que qualquer ação profilática depende da identificação, medição e projeção dos dados epidemiológicos.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Secretaria de Vigilância em Saúde*. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 8. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, p. 129-136, 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. *Guia de Vigilância em Saúde*. Brasília, 2014.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. *Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança*. Brasília / DF, 2016.
- CASALI, C.G. *et al.* A epidemia de dengue/dengue hemorrágico no município do Rio de Janeiro, 2001/2002. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, [S.l.], v.37, n.4, pg. 296-299, jul-ago, 2004.
- CONSOLI, R. A.G.B.; OLIVEIRA, R. L. de. *Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.
- NATHAN, M. B. e DAYAL-DRAGER, R. Recent epidemiological trends, the global strategy and public health advances in dengue. In: UNDP, UNICEF, World Bank, WHO, *Report of the Scientific Working Group Report on Dengue*. Geneva: World Health Organization, 2007.
- FARRAR, J. *et al.* Towards a global dengue research agenda. *Tropical Medicine and International Health*, v.12, n.6, p.695-9, 2007.
- FERES V, Martelli C, Turchi M, Junior J, Nogueira R, Rocha B, Silva L, de Jesus Silva M, Cardoso da D. *Laboratory surveillance of dengue virus in Central Brazil*, 1994-2003. *J Clin Virol* 37: 179-183. 2006.

FREIRE, L. M. S e TONELLI, E. *Doenças infecciosas na Infância e Adolescência*. MEDSI, Rio de Janeiro, 2000.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde, Superintendência de Vigilância em Saúde. Gerência de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis. *Boletim Semanal de Dengue - Goiás 2013*. Goiânia: SUVISA/SES, 2013.

HALSTEAD, S. B. Dengue in the Americas and Southeast Asia: do they differ?. *Rev Panam Salud Publica*. 2006; 20(6):407-415. doi:10.1590/s1020-49892006001100007

HORTA, M.A.P.; FERREIRA, A.P.; OLIVEIRA, R.B.; WERMELINGER, E.D.; KER, F.T.O.; FERREIRA, A.C.N.; CATTA, C.M.S. Os efeitos do crescimento urbano sobre a dengue. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 26, n. 4, p. 539-547, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). *Atlas de Saneamento 2011*. Rio de Janeiro, IBGE.

JOHANSEN, I. C; CARMO, R. L. do; ALVES, L. C. Desigualdade social intraurbana: implicações sobre a epidemia de dengue em Campinas, SP, em 2014. *Caderno Metropolitano*. São Paulo, v.18, n.36, p.421-440, Dec. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962016000200421&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000200421&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de maio de 2020.

Maciel I. *Avaliação epidemiológica do dengue no município de Goiânia no período de 1994 a 1997*. Mestrado. Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública. Universidade Federal de Goiás: Goiânia. 1999.

MACIEL, I. J.; SIQUEIRA-JÚNIOR, J. B.; MARTELLI, C. M. T. Epidemiologia e desafios no controle do dengue. *Revista de Patologia Tropical*, v. 37, n. 2, p. 111–130, 2008.

MEDRONHO, R. A. Dengue e o ambiente urbano. *Rev Bras Epidemiol*. 2006; 9(2):159-61. 2006.

MONTEIRO, E.S.C *et al.* Aspectos epidemiológicos e vetoriais da dengue na cidade de Teresina, Piauí – Brasil, 2002 a 2006. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v.18, n.4, p.365-374, out-dez 2009

NUGEM, R. C. *Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado* (DRSAI) em Porto Alegre – RS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://goo.gl/9KGUE8>>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

OPAS. *Dengue: guías para la atención de enfermos en la región de las américas*. 2. ed. [s.l: s.n.] 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Dengue Guidelines for diagnosis, treatment, prevention and control*, 2009.

PINHEIRO, F. e NELSON, M. *Re-emergence of dengue and emergence of dengue in the Peruvian Amazon region*. Bull. Pan Am. Health Organ, 1997.

PIRACANJUBA. Prefeitura Municipal. *Perfil Epidemiológico*, 2014 a 2019.

SIQUEIRA JÚNIOR, J. B. Vigilância do dengue: Aplicação de diagramas de Controle e Análise espacial no município de Goiânia-Goiás. Dissertação de Mestrado. Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, Goiás, Brasil. 2001.

SIQUEIRA JÚNIOR, J. B. Dengue and Dengue Hemorrhagic Fever, Brazil, 1981–2002. *Emerging Infectious Diseases*, [S.l.], v.11, n.1, jan, 2005.

VILANI, R. M.; MACHADO, C. J. S. e ROCHA, É. T. S. Saneamento, dengue e demandas sociais na maior favela do Estado do Rio de Janeiro: a Rocinha. *Vigilância Sanitária em Debate*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 18-29, 2015.

WHO. Dengue: guidelines for diagnosis, treatment, prevention, and control. *Special Programme for Research and Training in Tropical Diseases*, p. 147, 2009.

World Health Organization Impact of Dengue - 2007. Disponível em: <<http://www.who.int/csr/disease/dengue/impact/en/index.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

World Health Organization. Dengue / dengue haemorrhagic fever in the Americas. Summary of World Health Organization. Using climate to predict infectious diseases outbreaks: a review - 2004. Disponível em: <[http://www.who.int/globalchange/publications/en/oe\\_h0401.pdf](http://www.who.int/globalchange/publications/en/oe_h0401.pdf)>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

ZEIDLER, J. D. *et al.* Vírus dengue em larvas de *Aedes aegypti* e sua dinâmica de infestação, Roraima, Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 6, p. 986-991, Dec. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102008000600002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000600002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de maio de 2020.



# VACINAÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS EM PIRACANJUBA/GO

Guynever Freitas Sousa Kempa<sup>1</sup>  
Daniele Lopes Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise de vacinas aplicadas no município de Piracanjuba/GO, fazendo então uma síntese sobre quais são as vacinas mais aplicadas no município de Piracanjuba/GO, fazendo então uma relação com as patologias que têm afetado ou não a região. E se a falta dessas vacinas tem alguma relação com os casos patológicos, apresentados no município. No ano de 2018 foram aplicadas cerca de 8.256 vacinas em uma população de cerca de 28.000 habitantes. As vacinas aplicadas no município foram, BCG, contra tuberculose; Pentavalente, contra difteria, tétano, hepatite B, influenza tipo B; dT, contra tétano e difteria; Febre amarela; Hep A; HPV quadrivalente, contra o vírus do HPV; MEN CONJ C, contra meningite tipo C; pneumocócica, contra infecção nos brônquios e meninges; VIP e VOP, contra poliomielite; Tríplice e tetra viral, contra sarampo, rubéola e caxumba e varicela; Tríplice bacteriana contra difteria, coqueluche e tétano; e VRH contra rotavírus. Palavras-chave: Vacinas, população, doenças.

**Palavras-chave:** Vacinação. Prevenção de Doenças. Piracanjuba.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Biomedicina da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Pós-Doutora e Doutora em Educação pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

**Abstract:** This work has as objective to make an analysis of vaccines applied in the municipality of Piracanjuba/GO, making then a synthesis about which are the most applied vaccines in the municipality of Piracanjuba/GO, making then a relation with the pathologies that have affected or not the region. And if the lack of these vaccines has anything to do with pathological cases, presented in the municipality. In 2018, about 8,256 vaccines were administered to a population of around 28,000 inhabitants. The vaccines applied in the municipality were, BCG, against tuberculosis; Pentavalent, against diphtheria, tetanus, hepatitis B, influenza type B; dT, against tetanus and diphtheria; Yellow fever; Hep A; Quadrivalent HPV, against the HPV virus; MEN CONJ C, against type C meningitis; pneumococcal, against infection in the bronchi and meninges; VIP and VOP, against polio; Triple and viral tetra, against measles, rubella and mumps and chickenpox; Triple bacterial against diphtheria, whooping cough and tetanus; and VRH against rotavirus. Keywords: Vaccines, population, diseases.

**Keywords:** Vaccination. Disease Prevention. Piracanjuba.

## Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer uma relação da forma como as vacinas no município de Piracanjuba/GO tem sido aplicada, ver se há a mesma quantidade de recém-nascidos (RN), com a quantidade da vacina aplicada após 7 dias do nascimento da criança, que é a vacina BCG, imunização contra a tuberculose (TB). Essa vacina vem sendo utilizada na imunização infantil, desde 1921, onde pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em 1995 foi indicado que seriam necessárias duas doses da vacina, logo após o nascimento e aos seis anos de idade, mas após novas pesquisas foi descoberto que a segunda dose da vacina não aumentava seus efeitos sob o organismo do indivíduo, então a segunda dose da vacina deixou de ser aplicada a

partir de 2006, tornando assim uma vacina de dose única, os RN's que tomam sua dose logo após o nascimento não precisam mais tomar a segunda dose aos 6 anos de idade.

A vacina BCG é uma vacina muito delicada, pois tem todo um cuidado para ser aplicada, a substância ativa, não deve ser aplicada em indivíduos com imunodeficiência humana (HIV), todos os frascos da vacina que são retirados para a imunização devem ser utilizados no prazo de 6 horas, caso contrário, deverá ser descartado de forma correta, como descarte biológico, essa vacina deve ser protegida da luz solar, e refrigerada entre 2°C e 8°C, seu diluente é enviado na tampa do frasco da vacina, somente esse diluente pode ser utilizado para a diluição da substância, para aplicação a pele do RN não deve ter sido limpa com o anti séptico, todo o pó da vacina deve ser diluído no diluente fornecido, como foi especificado acima. Em algumas cidades e postos de saúde são agendadas as aplicações dessa vacina, para evitar o seu desperdício, no município de Piracanjuba/GO, por exemplo, a vacina BCG é aplicada somente uma vez por semana, no dia de quarta-feira.

## **Vacina e prevenção**

No século XVIII, o médico inglês Edward Jenner dedicou 20 anos da sua vida ao estudo da Varíola então começou a observar que indivíduos que trabalhavam e tinham contato com animais bovinos contaminados com uma doença chamada "*cowpox*", se tornavam imunes a essa doença, onde Jenner notou que essa doença havia semelhanças com a varíola humana, como o surgimento pústulas (lesões na pele com pus).

Então, ao notar essa imunização, Jenner aplicou o pus infectado de uma camponesa, chamada Sarah Nelmes, que estava com a doença citada acima, em um menino de 8 anos

de idade, James Phipps, ele adquiriu a infecção de forma leve e após cerca de 10 dias ele estava curado. E após esse processo, Jenner aplicou no mesmo garoto o pus de uma pessoa infectada com a varíola humana e nada aconteceu. Surgindo assim a primeira vacina. Jenner continuou com seus estudos publicando um tempo depois sua pesquisa com o título de: “*Um inquérito sobre as causas e os efeitos da vacina na varíola*”.

### **Linha do tempo da vacina no Brasil até 2010**

Segundo o Ministério da Saúde, a vacina chegou no Brasil em meados de 1804, pelo Marquês Barbacena. Em 1904 foi aprovada a lei de obrigatoriedade da imunização contra varíola no país, assim começando a revolta da vacina. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1904 estava com graves problemas de saúde pública, onde doenças como peste bubônica, tuberculose, tifo, varíola, malária, febre amarela e cólera assolavam a sua população de quase 800 mil habitantes.

Na intenção de embelezar e modernizar a cidade e controlar as patologias citadas acima, o então presidente Rodrigues Alves, começou com reformas onde mudou todo o cotidiano de sua população, onde ruas estreitas foram alargadas, cortiços quebrados e sua população pobre removida de suas residências.

Oswaldo Cruz o então ministro da saúde, teve como responsabilidade melhorar a saúde pública do país, onde ele criou um projeto de lei em junho de 1904 onde era obrigatório a vacinação de toda a população contra tais doenças com a intenção de erradicá-las, mesmo com 15 mil assinaturas contrárias a essa lei, ela foi aprovada no dia 31/10/1904. Apesar da boa intenção do ministro da saúde esse projeto de lei causou revolta na população, onde

pedras, barricadas, tiros e depredações foram usados pela população para mostrar sua revolta, pois acreditavam que governo queria matá-los para acabar com a população de baixa renda, nessa “guerra civil” foram presas cerca de 945 pessoas, na Ilha de Cobras, 30 mortos, 110 feridos e 461 deportados para o Acre.

Em 1961 deu-se início a produção da vacina contra varíola dentro de laboratórios brasileiros, e começaram as campanhas de vacinação contra poliomielite. Em 1966 teve início a campanha contra erradicação da varíola. Em 1971 teve a implantação do plano nacional de controle da poliomielite. Em 1973 teve a certificação internacional da erradicação da varíola no Brasil. Em 1975, teve a campanha nacional de vacinação contra meningite meningocócica. Em 1977 foi aprovada a meta de que todas as crianças do mundo deveriam ser vacinadas até 1990. Em 1986 foi criado a mascote da campanha contra poliomielite o Zé Gotinha.

Em 1987 teve a mudança na fórmula oral da poliomielite aumentando a concentração poliovírus tipo 3. Em 1989 houve a ocorrência do último caso de poliomielite no país. Em 1991 teve início do plano de erradicação do tétano neonatal. Em 1992 teve a implantação do plano de erradicação do sarampo. Em 1996 teve a realização da campanha contra hepatite B. Em 2000 realizou a terceira campanha contra o sarampo. Em 2001 teve 5.599 casos suspeitos de sarampo, sendo apenas um confirmado. Em 2002 teve a implantação da vacina combinada DTP Hib (contra difteria, tétano, coqueluche e *Haemophilus influenzae* tipo B). Em 2008 teve a campanha para a erradicação da rubéola. Em 2010 teve incorporação das vacinas pneumocócicas 10- Valentes. Também em 2010 teve campanha contra a gripe pandêmica.

De acordo com a OMS, antigamente era dito que ao aplicar a vacina BCG na criança e a mesma não deixasse

cicatriz, seria necessário a revacinação, hoje, após estudos e novas pesquisas, foi constatado que mesmo se não houver a cicatriz após a aplicação da vacina não será necessária a revacinação mesmo se o teste tuberculínico (PPD) der negativo após a imunização do RN. O Programa Nacional de Imunização (PNI) ainda afirma que todas as outras normas referentes à imunização contra TB devem ser mantidas, com sua única exceção sendo o fato citado acima.

A intenção em aplicar em RN's é de imunizá-los contra a meningoencefalite por tuberculose. No Brasil a sua eficácia é duradoura, ultrapassando a adolescência. Não há ainda outras vacinas para imunização contra essa doença. A vacina BCG, foi introduzida no Brasil em 1925, sob a influência do professor Arlindo de Assis, até 1973 ela era aplicada via oral, desde então começou a ser aplicada via intradérmica, como foi indicado pelo MS (Ministério da Saúde). No Brasil, o uso de BCG é prioritário em crianças de 0 a 4 anos, sendo obrigatória para menores de 1 ano, de acordo com a Portaria n.º 452 de 6/12/76 do Ministério da Saúde (MS). Essa vacina não deve ser aplicada em RN's com peso inferior a 2kg, nem em pacientes com imunodeficiência congênita ou adquirida, se um indivíduo entra em contato com algum portador da hanseníase ou popularmente conhecida como lepra, também deve ser imunizado, já que a mesma vacina contra TB, também é usada na imunização contra hanseníase.

De acordo com, Homma, *et. al* (2019), o PNI do Brasil, é um dos mais eficazes dentro dos outros países com o mesmo programa, o Brasil foi o primeiro país a introduzir a vacina do rotavírus em 2007, e já com tudo programado para a introdução das vacinas pneumocócica conjugada, sorogrupo C conjugada, no último semestre de 2010.

Juntamente com o início das campanhas de vacinação contra a influenza H1N1, no mesmo ano, mostra a eficiência do PNI e do Ministério da Saúde.

O Brasil tem um modo de vacinação universal, incluindo em sua lista de alvos a serem vacinados, desde crianças, adolescentes, idosos, adultos até índios. Sendo também as vacinas disponíveis para a população mais carente.

## **Metodologia**

O método utilizado nesse trabalho foi a pesquisa de campo, onde foi feito um levantamento no Posto de Saúde Família Central (PSF) do município de Piracanjuba/GO, onde tivemos a contagem de 208 vacinas BCG aplicadas, no município em 2018, e também na vigilância sanitária, onde foi constatado que houveram 241 recém-nascidos vivos no ano de 2018, levantando então uma questão, por quê houve essa diferença de números, entre o total de RN's não vacinados e o total de RN's vacinados. Essa pesquisa tem como objetivo descobrir esse porquê, se essas crianças foram vacinadas na rede particular ou se seus pais não acreditam que possa haver efeitos positivos dessa vacina para com os seus filhos, pois sabendo que a TB é uma grave doença de caráter mundial, que afeta cerca de um terço de toda população do mundo, a sua falta de imunização pode acarretar em um surto municipal da doença, afetando principalmente os RN's não vacinados, afinal seus corpos não possuem um sistema de defesa contra o MT, ou se alguma dessas crianças são portadoras da HIV, pois como citado acima a imunodeficiência humana impede a aplicação da substância ativa. Para então chegar a respostas conclusivas, serão feitas mais pesquisas dentro do Hospital Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

E foi feita uma análise da bula da vacina BCG, para mostrar a forma correta de manuseamento da mesma. E também foi usado um questionário fechado destinado a mães, pais e responsáveis por crianças, perguntando se eles acreditavam na eficácia da BCG e se seus filhos foram vacinados.

### **Considerações finais**

Para então chegar a resposta da hipótese levantada no começo deste trabalho, será necessário mais um tempo de pesquisa, pois os dados levantados mesmo relevantes são inconclusivos para o objetivo desse trabalho, haverá mais pesquisas e entrevistas para então descobrir o porquê dessa diferença entre as crianças nascidas e as crianças não vacinadas, pois esse é um dado que deixa em alerta a saúde pública municipal, pois os recém nascidos não vacinados, estão vulneráveis quanto a tuberculose miliar ou meningoencefalite ou a hanseníase, pois os mesmos não foram imunizados contra essas doenças.

### **Referências**

HOMMA, Akira; MARTINS, Reinaldo de Menezes; LEAL, Maria da Luz Fernandes; FREIRE, Marcos da Silva; COUTO, Artur Roberto. *Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos de Bio – Manguinhos*. <http://www.unimedfortaleza.com.br/blog/cuidar-de-voce/movimento-antivacina> Acessado em 14 de outubro de 2019 [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/22/interna\\_cidadesdf,778579/goias-confirma-primeiro-caso-de-sarampo-em-moradora-dealto-paraiso.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/22/interna_cidadesdf,778579/goias-confirma-primeiro-caso-de-sarampo-em-moradora-dealto-paraiso.shtml) Acessado em 14 de outubro de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis, *Manual de normas e procedimentos de vacinação*. Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. 2014.



# COMPARAÇÃO DA APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA, FREQUÊNCIA CARDÍACA E PERCEPÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO ENTRE PRATICANTES DO TREINAMENTO FUNCIONAL OU MUSCULAÇÃO

Rafael Ribeiro Alves<sup>1</sup>  
Henrique Aires Da Silva<sup>2</sup>  
Gilberto Araújo Pereira<sup>3</sup>  
Suzy Laisy Araújo<sup>4</sup>  
Raquel Aparecida Godoi<sup>5</sup>  
Maria Santa Silva de Andrade<sup>6</sup>  
Marks Paulo de Oliveira Paiva<sup>7</sup>

**Resumo:** O presente projeto de pesquisa tem o objetivo de comparar parâmetros inerentes a aptidão cardiorrespiratória e força muscular entre indivíduos praticantes do treinamento resistido e treinamento funcional. Nesse sentido, serão

---

<sup>1</sup> Mestrando em Nutrição e Saúde pelo programa de pós-graduação stricto sensu em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Goiás. Pós-graduado em Musculação, Biomecânica e Fisiologia do Exercício pela Faculdade Araguaia. Graduado e Licenciado em Educação Física pela PUC Goiás. Atualmente é Professor e Coordenador do Curso de Educação Física da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>3</sup> Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>4</sup> Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>5</sup> Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>6</sup> Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>7</sup> Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

recrutados 30 indivíduos com idade entre 18 e 30 anos de ambos os sexos com no mínimo 1 ano de experiência nas modalidades citadas acima. Serão comparados parâmetros de aptidão cardiorrespiratória através de teste incremental de esforço, assim como de força muscular com teste de 10 RM. Os dados vão ser apresentados como média  $\pm$  desvio padrão. A normalidade dos dados vai ser analisada pelo teste de Shapiro-wilk. Para os dados paramétricos vai ser utilizado o teste T para amostras independentes, bem como o teste de *mann-whitney* para os não paramétricos. Esperamos encontrar resultados superiores na aptidão cardiorrespiratória para o grupo treinamento funcional, contudo, acreditamos que o treinamento resistido vai ser superior nos parâmetros de força muscular.

**Palavras-chaves:** Treinamento resistido. Treinamento funcional. Força muscular. Aptidão cardiorrespiratória.

**Abstract:** This research project aims to compare parameters inherent to cardiorespiratory fitness and muscle strength among individuals practicing resistance training and functional training. In this sense, 30 individuals aged between 18 and 30 years of both sexes with at least 1 year of experience in the modalities mentioned above will be recruited. Cardiorespiratory fitness parameters will be compared through incremental stress test, as well as muscle strength with 10 RM test. The data will be presented as  $\pm$  standard deviation. Data normality will be analyzed by the Shapiro-wilk test. For the parametric data, the T-test will be used for independent samples, as well as the mann-whitney test for nonparametric ones. We hope to find higher results in cardiorespiratory fitness for the functional training group, however, we believe that resistance training will be higher in muscle strength parameters.

**Keywords:** Resistance training. Functional training. Muscle strength. Cardiorespiratory fitness.

## Introdução

O exercício físico tem sido associado a fatores protetores e promotores da saúde desde a década de 1950 (SHIROMA; LEE, 2010). Sendo assim, o exercício físico proporciona uma abordagem economicamente viável, não-farmacológica capaz de provocar adaptações benéficas na composição corporal e nas funções cardioprotetoras (WESTCOTT, 2012; IRVING *et al.*, 2009) e, conseqüentemente, na prevenção e tratamento de doenças crônicas, tais como: diabetes mellitus, hipertensão, obesidade, síndrome metabólicas, câncer, entre outras (PEDERSEN; SALTIN, 2015).

Dentre os diversos tipos de exercícios, o treinamento resistido (RT) que consiste na utilização de pesos livres, aparelhos específicos, elásticos, ou até mesmo, o próprio peso corporal (AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE, 2009), tem demonstrado efeitos positivos na saúde e conseqüentemente qualidade de vida (FISHER *et al.*, 2011). No contexto, algumas pesquisas constataram diminuição do risco de doenças cardiovasculares, além da redução de mortalidade por todas as causas (DANKEL; LOENNEKE; LOPRINZI, 2016).

Adicionalmente, outro tipo de exercícios resistido denominado como treinamento funcional (TF), consiste na realização de exercícios baseados na funcionalidade do gesto motor, que, prioritariamente, utiliza exercícios e movimentos considerados funcionais. Ou seja, movimentos que potencialmente são utilizados no dia-a-dia (NOVAES; NETO, 2014; LIU *et al.*, 2014), também tem demonstrado efeitos positivos na composição corporal, como a diminuição da gordura corporal e aumento da força muscular (PEREIRA *et al.*, 2012; LIU *et al.*, 2014).

Entretanto, independentemente do tipo de exercício, é fundamental que o mesmo seja eficiente em promover melhorias das aptidões físicas relacionadas a saúde, como a força muscular e aptidão cardiorrespiratória (AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE, 2009), visando as recomendações mínimas para manutenção da saúde e qualidade de vida (GARBER, 2011).

Nesse sentido, a força muscular representa uma importância valência da aptidão física se associando inversamente a mortalidade, ou seja, quanto maior a força muscular, menor os riscos de mortalidade por todas as causas (ARTERO *et al.*, 2011).

Dentre os benefícios promovidos pela prática do exercício físico, podemos citar a aptidão cardiorrespiratória no qual, se refere a capacidade dos sistemas circulatórios e respiratórios de fornecer oxigênio aos músculos durante atividades duradouras sem acúmulo de fadiga excessiva (LEE *et al.*, 2010), sendo essa uma importante valência física relacionada à saúde e/ou performance esportiva (SALONEN *et al.*, 2016; BERTUZZI *et al.*, 2012).

Sendo assim, níveis superiores de aptidão cardiorrespiratória estão associados a um menor risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares e, conseqüentemente, menor risco de mortalidade por todas as causas, independentemente da idade (LEE *et al.*, 2010).

Partindo desse pressuposto, a velocidade associada ao VO<sub>2</sub>max (vVO<sub>2</sub>max) é um importante marcador de performance, podendo ser avaliado através de testes progressivos, também conhecidos como testes incrementais (RIBOLI *et al.*, 2017), além de poder explicar diferenças individuais no desempenho aeróbio (BILLAT & KORALSZTEIN, 1996).

Nesse mesmo sentido, outra variável que prediz respostas fisiológicas durante o exercício físico é a

frequência cardíaca (FC), no qual, tende a aumentar linearmente durante o exercício físico e atinge valores máximos quando o indivíduo é levado até a exaustão, denominando assim frequência cardíaca máxima (FCMAX) (MACHADO; DENADAI, 2011; RICARDO *et al.*, 2008).

Referindo aos parâmetros subjetivos, um dos marcadores comumente utilizados na avaliação e monitoramento da intensidade do exercício, se destaca a percepção subjetiva de esforço (PSE), no qual, se refere ao esforço atribuído ao exercício utilizando a valores numéricos (LAMBERT; BORRESEN, 2007).

Sendo assim, variáveis fisiológicas referentes a aptidão cardiorrespiratória como a velocidade do consumo máximo de oxigênio ( $V_{vo2}$ ), frequência cardíaca (FC) e percepção subjetiva de esforço (PSE) são importantes marcadores da intensidade empregados durante o exercício. Portanto, ressalta-se a importância de avaliar estes parâmetros para cunho científico.

Contudo, apesar do crescente número de praticantes de musculação e treinamento funcional, até o presente momento, não foram encontrados estudos comparando as duas modalidades inerentes a melhora dos marcadores fisiológicos citados anteriormente, estes achados poderiam favorecer para a escolha entre as duas modalidades de acordo com a necessidade de melhorar alguns dos parâmetros citados anteriormente e, conseqüentemente promover saúde e qualidade de vida.

Por conseguinte, o objetivo do presente estudo será comparar parâmetros inerentes a aptidão cardiorrespiratória e força muscular entre indivíduos praticantes do TR e TF.

## **Métodos**

### **Participantes**

Serão convidados para participar do estudo 30 indivíduos por meio de material digital e impresso encaminhado às academias na cidade de Piracanjuba/GO.

Como critérios de inclusão, participarão do estudo indivíduos com idade entre 18 e 30 anos de ambos os sexos, com no mínimo 1 ano de experiência em uma das modalidades (musculação ou treinamento funcional). Os critérios de exclusão utilizados foram: I) histórico de doença neuromuscular, metabólica, hormonal ou cardiovascular; II) uso de qualquer medicamento que pudesse influenciar na função hormonal ou neuromuscular; e III) qualquer limitação ortopédica que pudesse interferir na realização dos testes.

Todos os participantes serão informados sobre os procedimentos experimentais, assim como possíveis riscos e/ou desconfortos durante a coleta de dados, descritos no termo de consentimento livre e esclarecido que assinado por todos. O presente projeto vai ser submetido para aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (CEP / CAAE: 88758218.3.0000.0057).

### **Abordagem experimental do problema**

O presente estudo vai ser realizado em 2 visitas ao laboratório, na 1ª os voluntários vão ser submetidos inicialmente ao preenchimento dos questionários como PAR-Q e anamnese com o objetivo de realizar uma análise clínica e obter o conhecimento do nível de atividade física

dos indivíduos, facilitando a orientação perante as informações coletadas.

Em seguida, vai ser realizado um teste incremental de esforço máximo na esteira com o objetivo de avaliar a frequência cardíaca máxima (FC<sub>máx</sub>), velocidade do consumo máximo de oxigênio (vVO<sub>2máx</sub>) e a percepção subjetiva de esforço (PSE). Na 2ª visita, os voluntários serão submetidos ao teste de 10 RM de membros inferiores e superiores com o objetivo de mensurar e comparar a força muscular entre os praticantes das diferentes modalidades de exercício.

Adicionalmente, todos os participantes vão ser informados sobre os procedimentos experimentais relacionados ao presente estudo, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) previamente aos testes.

### **Análise estatística**

Os dados serão apresentados como média  $\pm$  desvio padrão. A normalidade dos dados vai ser analisada pelo teste de Shapiro-wilk. Os dados paramétricos serão comparados através do teste T para amostras independentes, bem como o teste de mann-whitney vai ser utilizado para os dados não paramétricos.

O IMC foi categorizado de acordo com a Organização Mundial da Saúde: baixo peso (IMC < 18,5kg/m<sup>2</sup>), peso normal (IMC  $\geq$  18,5 e < 25kg/m<sup>2</sup>), sobrepeso (IMC  $\geq$  25kg/m<sup>2</sup> e < 30kg/m<sup>2</sup>) e obesidade (IMC  $\geq$  30kg/m<sup>2</sup>).

Todas as análises foram realizadas utilizando o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0. O nível de significância de  $p \leq 0,05$  foi utilizado para todos os testes estatísticos.

## Resultados esperados

Devido a característica do TF inerentes a exigência cardiorrespiratória em diversos exercícios, esperamos que o desempenho nestes parâmetros seja superior ao grupo TR. Contudo, devido ao treinamento resistido ser predominantemente um exercício com alta exigência de produção de força máxima, esperamos que os resultados de força muscular sejam superiores neste grupo.

## Referências

- AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. American College of Sports Medicine position stand. Progression models in resistance training for healthy adults. *Medicine and science in sports and exercise*, v. 41, n. 3, p. 687–708, 2009.
- ARTERO, E. G. *et al.* A prospective study of muscular strength and all-cause mortality in men with hypertension. *Journal of the American College of Cardiology*, v. 57, n. 18, p. 1831–1837, 2011.
- BERTUZZI, R. *et al.* Bioenergetics and neuromuscular determinants of the time to exhaustion at velocity corresponding to  $v_{o2max}$  in recreational long-distance runners. p. 2096–2102, 2012.
- DANKEL, S. J.; LOENNEKE, J. P.; LOPRINZI, P. D. Dose-dependent association between muscle-strengthening activities and all-cause mortality: Prospective cohort study among a national sample of adults in the USA. *Archives of Cardiovascular Diseases*, v. 109, n. 11, p. 626–633, 2016.
- FISHER, J. *et al.* Evidence-based resistance training. n. May 2014, 2011.
- GARBER, C. E. B. B. M. R. D. B. A. F. M. J. L. I.-M. L. D. C. N. D. P. S. Quantity and Quality of Exercise for Developing

and Maintaining Neuromotor Fitness in Apparently Healthy Adults : Guidance for Prescribing Exercise. *American College of Sports Medicine*, p. 1334–1359, 2011.

IRVING, B. A. *et al.* Effects of Exercise Training Intensity on Abdominal Visceral Fat & Body Composition. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, v. 40, n. 11, p. 1863–1872, 2009.

L. VÉRONIQUE BILLAT; J. PIERRE KORALSZTEIN. Significance of the velocity at VO<sub>2</sub>max and time to exhaustion at this velocity. *Sports Medicine*, v. 22, n. 2, p. 90–108, 1996.

LAMBERT, M.; BORRESEN, J. A Theoretical Basis of Monitoring Fatigue: A Practical Approach for Coaches. *International Journal of Sports Science & Coaching*, v. 1, n. 4, p. 371–388, 2007.

LEE, D. *et al.* Review: Mortality trends in the general population: the importance of cardiorespiratory fitness. *Journal of Psychopharmacology*, v. 24, n. 4\_suppl, p. 27–35, 2010.

LIU, C. *et al.* Systematic review of functional training on muscle strength , physical functioning , and activities of daily living in older adults. p. 95–106, 2014.

MACHADO, F. A.; DENADAI, B. S. Validity of maximum heart rate prediction equations for children and adolescents. *Arquivos brasileiros de cardiologia*, v. 97, n. 2, p. 136–40, 2011.

NOVAES, J.; NETO, G. R. *Condicionamento Físico e Treino Funcional*: Revisando Alguns Conceitos e Posicionamentos. n. August, 2014.

PEDERSEN, B. K.; SALTIN, B. Exercise as medicine - Evidence for prescribing exercise as therapy in 26 different chronic diseases. *Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports*, v. 25, p. 1–72, 2015.

PEREIRA, P. C. *et al.* *Efeitos do treinamento funcional com cargas sobre a composição corporal: Um estudo experimental em mulheres fisicamente inativas* - Effects of the functional strength

training on body composition : An experimental study in physically inactive women. v. 8, n. 1, p. 42–52, 2012.

RIBOLI, A. *et al.* Comparison between continuous and discontinuous incremental treadmill test to assess velocity at VO<sub>2</sub>max. *The Journal of sports medicine and physical fitness*, v. 57, n. 9, p. 1119–1125, 2017.

RICARDO, S. *et al.* Original Article Comparison of Maximal Heart Rate Using the Prediction Equations Proposed by Karvonen and Tanaka. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, p. 285–288, 2008.

SALONEN, J. A. L. T. A. L. ; R. R. R. K. J. M. V. R. S. J. T. *Cardiovascular Fitness as a Predictor of Mortality in Men*. v. 161, p. 825–831, 2016.

SHIROMA, E. J.; LEE, I. M. Physical activity and cardiovascular health: Lessons learned from epidemiological studies across age, Gender, and race/ethnicity. *Circulation*, v. 122, n. 7, p. 743–752, 2010.

WESTCOTT, W. L. *Resistance Training is Medicine* : Effects of Strength Training on Health. p. 209–216, 2012.

# ***TRADE DRESS: PERSPECTIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO***

Gabriel Marques de Andrade<sup>1</sup>

Hyllari Costa Pontes<sup>2</sup>

Gabrielle Andrade da Silva<sup>3</sup>

## **Introdução**

O Instituto *Trade Dress* é recente no ordenamento jurídico brasileiro, mostra-se sua relevância no âmbito civil e empresarial, enraizado na matéria de Propriedade Intelectual tanto que ainda não se tem um amparo próprio no dispositivo legal, apenas se busca proteção dentro do âmbito da propriedade intelectual, nos entendimentos e estudos posteriormente tratados no artigo.

Para que seja possível conceituar e entender o Instituto, instrumento de estudo, é necessário a priori, entender a importância do amparo positivado dentro da propriedade intelectual. Esta por sua vez, se ampara na Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996, entretanto, o Brasil não se atenta somente a esta lei, como adere aos tratados internacionais aos quais é signatário, onde a convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO na sigla em inglês) traz a definição como:

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Discente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>3</sup> Possui graduação em Direito - Faculdades Alfredo Nasser. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Movimentos Sociais (NEMOS), ambos na Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é aluna de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Atualmente é docente do Curso de Direito na Faculdade de Piracanjuba (FAP).

Propriedade intelectual “a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico” (BRASIL, 1996).

Percebe-se que a propriedade intelectual é rica em formas de expressões do indivíduo, que é o que caracteriza a exteriorização de um pensamento único. Pois todos os homens têm suas individualidades, logo, a conclusão que se tem é de que a propriedade intelectual de cada indivíduo, ora pessoa física, ora pessoa jurídica seja resguardada na sociedade, pois existe uma diversidade de valores dentro desta exteriorização, como valor social, valor moral, valor sentimental, valor econômico entre outros.

A análise da importância desse instituto reúne-se ao *Trade Dress* como na qual a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) ao dividir em duas categorias, mostra-se presente dentro da Propriedade Industrial vigente na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

Neste sentido o *Trade Dress* vai tratar sobre a propriedade intelectual dentro de suas características que são entendidas como o “conjunto-imagem” em sua tradução em português, mas quando se olha a tradução literal, obtêm-se uma ideia de “vestir o comércio”, que é exatamente esse ato, falando a modo conotativo, que o *Trade Dress* vai resguardar aos comerciantes, a um produto, um serviço, um comércio, ou algo que é reconhecido pelas

suas características visuais que distinguem de outros, que os tornam daquele aspecto, qualidade únicas.

A proteção surgiu nos Estados Unidos da América onde, se tem como principal objeto altruísta, o reconhecimento do consumidor e a concorrência leal de mercado. Ele surgiu na sociedade contemporânea para resguardar esse direito das empresas onde o consumidor os reconhece pelo seu “conjunto-imagem”. Bem como define o Min. Marco Aurélio Bellizze:

O conjunto-imagem (*trade dress*) é a soma de elementos visuais e sensitivos que traduzem uma forma peculiar e suficientemente distintiva, vinculando-se à sua identidade visual, de apresentação do bem no mercado consumidor.

A grandeza desse instituto tem feito vários ministros e legisladores abordarem os temas em sessões e se mostra de grande importância em diversos ramos do Direito, vinculada a uma garantia constitucional no Art. 5º, inciso XXIX da Constituição Federal e de organizações internacionais (WIPO). Portanto entende-se o *trade dress*, um instituto que ainda não se encontra composto na legislação brasileira, que tem como desígnio a proteção a um conjunto visual ou a certa forma de prestação de um serviço sendo perceptível vários componentes, que, postos em harmonia, retratam de uma forma individual e consideravelmente distintiva na incorporação no mercado consumidor onde se vincula à essas identidades visuais ou prestações de serviços como mencionadas podendo se tratar em marcas, produtos, lojas, entre outros.

Pode se entender, conforme definido por José Carlos Tinoco Soares (2004, p. 213.), o *Trade Dress* é “a imagem total do negócio; num sentido bem geral é o ‘look and feel’, isto é, o ver e o sentir do negócio” (SOARES *apud* MINADA, p. 88).

## A Violação do *Trade Dress* na Legislação Brasileira

No que diz respeito à violação do instituto do *Trade Dress*, que mesmo não encontrando tutela jurídica específica na legislação brasileira, tem se uma violação à direitos consagrados constitucionalmente e que podem acarretar a violação desse instituto, mostrando, assim, a necessidade do Poder Legislativo tratar especificamente desse tema, visto sua grande importância e crescimento no cenário da concorrência livre consagrada na nossa Constituição.

O mencionado dispositivo constitucional (art. 5, XXIX da CF) trata da proteção que se dá a empresas, como a proteção à propriedade das marcas, ao nome das empresas e outros signos distintivos. Esses outros signos distintivos é o que se pode entender por *Trade Dress*, pois, conforme explica Newton Silveira (SILVEIRA *apud* MINADA, 2015, p.3), tem se por signos distintivos “o título do estabelecimento, a insígnia, os sinais de propaganda, a marca de fato (não registrada), o dito *TRADE DRESS* e mesmo o nome comercial”.

Além da proteção constitucional relacionada a outros signos distintivos, que podem ser entendidos como o conjunto-imagem de uma empresa, tem se na Lei n.º 9.279 de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (art. 1º), mecanismos que visam inibir a concorrência desleal, podendo se enquadrar no caso de violação do *Trade Dress*.

A referida lei, a fim de inibir a concorrência desleal, estabelece no seu artigo 195 como prática criminosa a concorrência desleal e entre vários meios de se cometer esse crime, no que toca à violação do conjunto-imagem de determinada empresa, seu inciso III traz que “III-emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou

alheio, clientela de outrem”. Assim, pode se entender que quem se utilizar do conjunto-imagem de outra empresa emprega meio fraudulento com a finalidade de desviar em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem, cometendo crime de concorrência desleal, com pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa (BRASIL, 1996).

Ainda tratando da concorrência desleal, destaca-se o artigo 209 da Lei de Propriedade Industrial que traz a seguinte redação:

Art. 209. Fica ressalvado ao prejudicado o direito de haver perdas e danos em ressarcimento de prejuízos causados por atos de violação de direitos de propriedade industrial e atos de concorrência desleal não previstos nesta Lei, tendentes a prejudicar a reputação ou os negócios alheios, a criar confusão entre estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço, ou entre os produtos e serviços postos no comércio (BRASIL, 1996).

Portanto, como visto a prática de violação ao instituto do *Trade Dress* no Brasil carece de legislação específica que trate do assunto com uma abordagem maior acerca de diferenciar tal prática. Com essa falta de legislação própria, hodiernamente tal proteção se dá pela vedação da legislação brasileira à prática de concorrência desleal, que pode abarcar o conjunto imagem de uma empresa em casos específicos, como no disposto do art. 5º, inciso XXIX da nossa Carta Magna e nos artigos 195, inciso III e 209 da Lei nº 9.279 de 1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (BRASIL, 1996).

### ***Trade Dress* nos EUA e no Brasil**

Nos Estados Unidos foi onde surgiu *Trade Dress* como instituto que necessita de proteção jurídica. O país foi

pioneiro ao atribuir proteção jurídica ao instituto, que de acordo com os ensinamentos de Carmeliet *apud* Leite (2019, p. 26), abarca elementos distintivos internos e externos de estabelecimentos industriais, comerciais ou serviços prestados.

A proteção ao *Trade Dress* veio a se firmar nos EUA em 1992, em um julgamento da Suprema Corte Americana, no qual um estabelecimento (TACO CABANA) viu-se prejudicado pela cópia de sua estrutura interna e externa (elementos distintivos de seu estabelecimento) por parte de um concorrente no ramo (TWO PESOS).

Conforme explica Gustavo de Pia Andrade *apud* Leite (2019, p. 22), antes desse julgado a proteção era conferida a embalagens e rótulos de produtos. A partir da decisão da Suprema Corte Americana a favor do prejudicado, entendimento acerca do *Trade Dress* passou também a outras características distintivas, assim, o *Trade Dress* passou a ser delineado como o conhecemos atualmente.

Com isso, nos EUA o *Trade Dress* encontra tutela jurídica desde 1992, enquanto no Brasil, até essa data, o instituto ainda se encontra em estado de hibernação, no sentido de que aguarda do nosso legislador lei que trate de forma específica e detalhada do assunto, para, assim, encontrar na lei seus traços que irão delinear sua tutela jurídica.

Enquanto o legislador não trata do referido instituto de forma minuciosa, fica a cargo da doutrina e da jurisprudência tratar de delinear os rumos do *Trade Dress* no cenário tupiniquim. Conforme aponta Leite (2019, p. 26), no campo da doutrina, o responsável por trazer o *Trade Dress* para no nosso vernáculo ser conhecido como conjunto-imagem foi o doutrinador José Carlos Tinoco Soares, ensinando acerca do conjunto-imagem que:

[...] o trade dress que para nós é o conjunto-imagem, significa a imagem total ou aparência geral de um produto ou serviço,

incluindo, mas não limitando a embalagem, rótulos, recipientes, mostruários, decoração, o desenho do produto, a característica do produto ou a combinação de característica do produto [...] (SOARES *apud* LEITE, 2019, p. 26).

Assim, o conjunto-imagem no Brasil é ainda carente de tutela jurídica, sendo protegido, como já visto, pela vedação da legislação brasileira à concorrência desleal. LEITE (2019, p. 27), explica que essa falta de legislação específica própria que proteja o conjunto-imagem, deixando sua proteção à vedação à concorrência desleal, causa prejuízos pela sua subjetividade, com isso, faz-se necessário que delimite, via lei, os conceitos e definições que abarquem juridicamente tal instituto.

### **Atual Situação do *Trade Dress* no Brasil**

Como já mencionado o *Trade Dress* ainda não possui vigência no ordenamento jurídico em virtude de sua contemporaneidade e pela atual situação do mercado de consumo ser mais competitivo, mais globalizado e notoriamente desleal.

O instituto traz ao mercado a segurança de uma concorrência leal e funciona como um meio de garantir ao conjunto-imagem a busca pelo consumidor e a identificação por essas características próprias, originais.

Hodiernamente as empresas buscam investir muito em publicidade de marketing para a atração do consumidor, ou seja, investem muito dinheiro e tempo para que consiga atingir o máximo de consumidores e aumentar suas demandas e acontece que o mercado desleal altera esse objetivo.

No Brasil, o que se aborda sobre o instituto ainda é muito inabitual e encontra-se nos primeiros passos e somente através da necessidade que vem ganhando espaço no leito jurídico, sendo que mesmo sem existir uma norma

positivada específica, há entendimentos dos tribunais superiores e diversas discussões acerca do *Trade Dress* no direito e jurisdição brasileira.

Isso se deve ao fato de o Brasil tem aumentado o consumo e a criação de produtos e serviços e como almejam ganhar espaço e destaque no mercado, além de se pensar em qualidade eles trabalham com todo um conjunto de elementos que formam a identidade da empresa e os diferenciam dos demais (CRUZ, 2018).

Partindo dessa novidade, aos tribunais estão buscando inteirar e aplicar jurisprudências acerca deste instituto.

### **Entendimento dos Tribunais Superiores acerca do *Trade Dress***

O sistema judiciário tem abordado este tema e embora seja recente, encontra-se entendimentos postulados pelos tribunais superiores, vendo que a procura pela proteção tem sido requerida pelas empresas e se faz necessário um posicionamento a respeito do tema.

Com a chegada do instituto e o reconhecimento que este causou no país, definiu-se um entendimento sobre o conceito e sua forma, mediante ocorria nos Estados Unidos, lugar de origem, sendo:

Em dezembro de 2018, a quarta turma do STJ julgou o REsp. 1.778.910/SP, e sob a relatoria da min. Maria Isabel Gallotti, concluiu que "o conjunto-imagem é complexo e formado por diversos elementos. Dados a ausência de tipificação legal e o fato de não ser passível de registro, a ocorrência de imitação e a conclusão pela concorrência desleal deve ser feita caso a caso. Imprescindível, para tanto, o auxílio de perito que possa avaliar aspectos de mercado, hábitos de consumo, técnicas de propaganda e marketing, o grau de atenção do consumidor comum ou

típico do produto em questão, a época em que o produto foi lançado no mercado, bem como outros elementos que confirmam identidade à apresentação do produto ou serviço (REsp. 1.778.910/SP, 2018, *apud*, ANDREA PITTHANFRANÇOLIN, THAÍS GONÇALVES FORTES E TALITA SABATINI GARCIA, 2020).

Ou seja, os tribunais superiores entendem que para serem apuradas decisões de violações deve-se decorrer de exames periciais. Alguns tribunais ainda costumam aplicar suas decisões com base em “instintos naturais” ou conhecimento comum, mesmo com o entendimento dos tribunais. Isso recai sobre o intuito da proteção, porque este instituto serve para proteger e não para excluir uma empresa, uma pessoa jurídica do mercado sem as devidas constatações da violação ao conjunto-imagem, provando que realmente há uma roupage de condigna percepção visual externa que pode posteriormente confundir o consumidor e trazer prejuízos às empresas daquele produto ou bem.

Ainda que não amparados, existem exigências que contribuem para as decisões sendo necessária a divisão da concorrência desleal e a legítima prática competitiva, como cita o acórdão da Terceira Turma do STJ:

(...) Daí esta Terceira Turma ter sublinhado que, nos casos de alegação de concorrência desleal pela utilização de conjunto-imagem assemelhado apta, em tese, a causar confusão nos consumidores, é imprescindível uma análise técnica que tome em consideração o mercado existente, o grau de distintividade entre os produtos concorrentes no meio em que seu consumo é habitual e ainda o grau de atenção do consumidor comum (REsp. 1.591.294/PR), ministro MARCO AURÉLIO BELIZZE).

Os Tribunais já deram seu veredicto e entendem que para a alegação da violação ao *Trade Dress* não é necessário

somente a validação de semelhança e a presunção do risco de confusão do consumidor, observa-se o REsp. 1.353.451/MG:

por não ser sujeito a registro - ato atributivo do direito de exploração exclusiva - sua proteção não pode servir para ampliar direito que seria devido mediante registro, de modo que não será suficiente o confronto de marca a marca para caracterizar a similaridade notória e presumir o risco de confusão (REsp. 1.353.451/MG).

Os tribunais buscam hoje, além da proteção ao instituto, a proteção ao bem jurídico efetivamente tutelado, ou seja, buscam evitar às margens de erro de falta de organização jurídica pois de fato, há a necessidade do interessado comprovar todos os elementos capazes de atestar a violação ao *Trade Dress*.

### **Considerações Finais**

No que tange *Trade Dress* ou conjunto-imagem, se encontra em direito constitucional devidamente falando do artigo 5º, inciso XXIX da Constituição Federal/1988, se encontra também relacionando dentro do direito sob a concorrência desleal e é supra visionado no mercado atual, onde busca uma concorrência leal das empresas ao lançar determinado produto, ou características visuais que podem confundir o consumidor. Como posto, onde se tem um direito violado, nasce a vontade do interessado de buscar uma resolução, os Tribunais atribuem os requisitos para esta resolução de conflitos e a leal efetividade tutelada para que se tenha decisões justas e que solucione a causa que afeta o mercado econômico. No que toca o *Trade Dress* no cenário jurídico atual brasileiro é a necessidade da criação de norma que regule tal instituto, visto que ainda carece de

delineação objetiva por parte do nosso ordenamento jurídico, ficando a cargo da doutrina e da jurisprudência tomar as rédeas da situação, enquanto a insegurança jurídica acerca do tema continua.

## Referências

EM QUE CONSISTE O “TRADE DRESS”? PARA ANALISAR SUA EVENTUAL VIOLAÇÃO EXIGE-SE PROVA PERICIAL? *Dizer o direito*, 2017. Disponível em: <https://www.dizerodireito.com.br/2017/12/em-que-consiste-o-trade-dress-para.html>. Acesso em: 12 de agosto 2020.

FRANÇOLIN, A. P.; GARCIA, T. S.; FORTES, T. G. O trade dress e o posicionamento do STJ. *Migalhas*, 2019. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/303795/o-trade-dress-e-o-posicionamento-do-stj>. Acesso em: 12 de agosto 2020.

LEITE, D. X. L. *Trade Dress no Direito Brasileiro: a Insuficiência da Proteção Conferida pelo Instituto da Concorrência desleal e a Necessidade de Tutela Jurídica específica*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MINADA, L. Y. H. *O Instituto do Trade Dress no Brasil - a eficácia da repressão à concorrência desleal enquanto mecanismo de proteção*. Kasnar Leonardos, 2015. Disponível em: <https://www.kaszarleopardos.com.br/files/artluciana-trade-dress.pdf>. Acesso em: 12 de agosto 2020.

PROPRIEDADE INTELECTUAL. *Associação Paulista de Propriedade Intelectual*. Disponível em: <<https://aspi.org.br/propriedade-intelectual/#:~:text=Propriedade%20Intelectual%20%C3%A9%20a%20%C3%A1rea,tempo%2C%20recompensa%20pela%20pr%C3%B3pria%20cria%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 12 de agosto 2020.

RIBEIRO, G. P. R. A concorrência desleal no âmbito do Direito da Propriedade Intelectual. *Conteúdo Jurídico*, 2019.

Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53456/a-concorrncia-desleal-no-mbito-do-direito-de-propriedade-intelectual>>. Acesso em: 12 de agosto 2020.

SANTOS, R. B. dos. Responsabilidade Civil por dano social na pandemia da COVID-19. *Migalhas*, 2020. Disponível em: 12 de agosto 2020. <https://migalhas.uol.com.br/coluna/migalhasderesponsabilidadecivil/334424/responsabilidade-civil-por-dano-social-na-pandemia-da-covid-19>. Acesso em:

SOARES, J. C. T. O Emprego Inadequado do Termo Trade Dress. *Portal Intelectual*, 2017. Disponível em: <<https://www.portalintelectual.com.br/o-emprego-inadequado-do-termo-tradedress/>>. Acesso em:

VITORINO, L. F. A Proteção Jurídica do Trade Dress no Brasil. *Monografia* (graduação em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

# A LEI Nº 10.098 DE DEZEMBRO DE 2000 E A ACESSIBILIDADE COMO DIREITO SOCIAL EM PIRACANJUBA/GO

Lourde Mary Simões Silva<sup>1</sup>  
Daniele Lopes Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Devido à necessidade de melhorias de acesso na mobilidade social de Piracanjuba/GO, faz-se necessário um novo planejamento na estrutura das ruas e logradouros públicos desta cidade. Nos quais os principais beneficiados serão os cidadãos usuários como: Deficientes, cadeirantes, pedestres, ciclistas, esportistas e mães com carrinhos de bebês. Visando o âmbito social, tornando-se necessário a readequação das calçadas do perímetro central de Piracanjuba/GO, principalmente na Rua Alaor Marçal e Rua Prof. Percival Rebelo, que são ruas com fluxo elevado de veículos rumo a Caldas Novas / Goiânia. No desenvolver do trabalho será apontado a hipótese de criar calçamento ampliado nestes trechos de ruas, onde aponta-se a sanar as irregularidades, garantindo aos cidadãos aquilo que de fato é visto como direito.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade. Engenharia. Ruas. Calçamento.

**Abstract:** Due to the need for improvements in access to social mobility in Piracanjuba/GO, new planning is necessary in the structure of the streets and public places of this city. In which the main beneficiaries will be user citizens such as: Handicapped,

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Engenharia da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Pós-Doutora e Doutora em Educação pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

wheelchair users, pedestrians, cyclists, sportsmen and mothers with baby strollers. Aiming at the social scope, it is necessary to readjust the sidewalks of the central perimeter of Piracanjuba/GO, mainly at Rua Alaor Marçal and Rua Prof. Percival Rebelo, which are streets with a high flow of vehicles towards Caldas Novas / Goiânia. In the development of the work, the hypothesis of creating expanded pavements in these stretches of streets will be pointed out, where the aim is to remedy irregularities, guaranteeing citizens what is in fact seen as a right.

**Keywords:** Accessibility. Engineering. Streets. Pavement.

## **Introdução**

Ao observar o Centro da Cidade de Piracanjuba/GO, enquanto estudante do curso de Engenharia, passei a observar a falta de acessibilidade nas ruas principais, e foi isso que despertou o meu interesse em analisar estes locais. Sendo essas ruas um calçamento de paralelepípedo por ser um patrimônio histórico. Assim, foi observado que existem inúmeras irregularidades em forma de declínio e falta de faixas devido à antiga construção.

O objetivo do trabalho foi fazer com que estas ruas entrem na regularidade para que a população tenha a devida locomoção, evitando assim acidentes decorrentes da falta de acessibilidade para idosos, gestantes e deficientes. Ao longo do trabalho foi realizado um registro fotográfico e uma análise comparativa de locais que têm acessibilidade e outros que não possuem acessibilidade.

## **A Lei nº 10.098 de Dezembro de 2000 e a Acessibilidade como Direito Social em Piracanjuba/GO**

Miotti (2012), relata que: “na Engenharia Civil e na Arquitetura as discussões se dão em torno de adaptação de

ambientes já construídos de modo a torná-los acessíveis a todos, tendo em vista a estrutura física construída e os investimentos financeiros que demandam “.

Sendo assim, o interesse do trabalho é despertar na comunidade e no poder público a criação de um novo projeto de urbanização, para os usuários com necessidades especiais e pedestres em geral. Fazendo com que essa nova adequação se torne acessível a estes grupos.

A sociedade precisa compreender que a acessibilidade não é apenas para as pessoas com deficiência, é para todos. Há a necessidade de projetos arquitetônicos funcionais. E se preocupam apenas em otimizar espaços e com obras bonitas, mas a acessibilidade favorece também os idosos e os doentes

A acessibilidade é uma preocupação constante da arquitetura e urbanismo. Ela está intrinsecamente ligada ao fornecimento de condições às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços públicos ou coletivos.

De acordo, a Lei nº 10.098 de Dezembro de 2000, no entendimento do:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

Ainda de acordo com o entendimento do artigo 2º, a Lei estabelece as seguintes definições:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações,

transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; amentas urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

III - Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - Pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

V - Acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal;

VI - Elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a

pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VII - Mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga (BRASIL, 2015).

De acordo com a referida Lei, o planejamento das vias públicas, bem como os demais espaços devem se tornar acessíveis à todas as pessoas.

O projeto e os elementos da urbanização pública devem observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

**Foto 01** – Calçamento de paralelepípedo das ruas em Piracanjuba/GO



Fonte: autora, 2019

Assim como os eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja instalação de banheiros químicos deverão contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

De acordo com o artigo 7º, em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. O artigo 10 afirma, também, que os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

E o artigo 11, afirma que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

I – Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 12-A. Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

**Foto 02** – Calçamento de Paralelepípedo das ruas em Piracanjuba/GO



Fonte: autora, 2019.

De acordo com a redação do capítulo V, artigo 20 o poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. E o artigo 21 preceitua que o poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

- I – À promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;
- II – Ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;
- III – À especialização de recursos humanos em acessibilidade (BRASIL, 2015).

Essas medidas de eliminação de barreiras é uma política pública do âmbito da secretaria de Estado de

Direitos Humanos do ministério da Justiça. Por fim é importante compreender que no entendimento do artigo 26 da lei, as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

## **Metodologia**

Foi realizada uma revisão bibliográfica do assunto e posteriormente uma pesquisa de campo na cidade para observar a acessibilidade no município. Foi feito também uma pesquisa documental da Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000.

No dia 2 de setembro de 2019, foi tirado fotografias nas ruas de pedras que tem o intuito de analisar os locais com e sem acessibilidade, que por sua vez, acabou se transformando em imagens comparativas para fundamentar o trabalho.

## **Considerações Finais**

Através do estudo de campo, foi avaliado nas avenidas um grande fluxo de veículos em Piracanjuba/GO, constatando-se que os pedestres e demais não estão tendo a segurança adequada.

Segundo a Lei nº 10.092/2000 diz no Artigo 3º que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis aos portadores de deficiência e mobilidade reduzida.

Em suma, um projeto só se faz com sucesso quando todos se empenham e se unem para que isto aconteça,

desde o simples usuário ao Poder Público Administrativo, Legislativo e a Sociedade Organizada.

## Referências

BRASIL. *Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm).

Acessado em: 10 de outubro de 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.146 de 2015*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm).

Acessado em: 10 de outubro de 2019.

MIOTTI, Luiz Antônio. A Engenharia Civil como instrumento para a acessibilidade em ambientes construídos e a realidade de calçadas e passeios urbanos. *REEC - Revista Eletrônica de Engenharia Civil*. v. 4 n. 1, 2012.

# FILOSOFIA DO BELO E ABEIRAMENTO ENTRE TEOLOGIA E ESTÉTICA EM TEMPOS DE MODERNIDADE LÍQUIDA

Gabriela de Araujo Freitas<sup>1</sup>

Silvânia Vieira do Prado<sup>2</sup>

Cleub Evaristo<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar como o esquecimento e abandono do caráter moral do homem atinge isocronicamente a esfera estética. A investigação está alicerçada nas ideias dos pensadores contemporâneos como Bauman, Roger Scruton e Theodore Dalrymple. Logo, sabe-se que os homens copiam uns aos outros e a mídia apoia a quebra de tabus, engrandecendo a deturpação do conceito do belo. Diante desse niilismo estético, foi utilizado na pesquisa a metodologia qualitativa; os dados foram coletados através da entrevista focalizada e interpretados pela fundamentação teórica. A seleção de uma médica, uma esteticista e uma cabeleireira ocorreram por convivência e acessibilidade. Foi observado o discurso mecanizado e frases automatizadas sobre o assunto, e que a beleza é um valor universal e real fundamentado na natureza racional do homem e que o senso do belo apresenta papel imprescindível na formação da sociedade.

**Palavras-chave:** Feiura. Belo. Pensadores Contemporâneos. Nihilismo estético.

**Abstract:** The present article aims to analyze how the forgetting and abandonment of the moral character of man reaches

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Estética da Faculdade Cambury

<sup>2</sup> Discente do Curso de Teologia da Faculdade de Piracanjuba (FAP)

<sup>3</sup> Pós graduado em Docência do Ensino Superior e pós-graduando em Teologia Sistemática pela Faculdade Assembleiana do Brasil (FASSEB). Bacharel em Teologia pela FASSEB. Professor no Curso de Teologia da Faculdade Piracanjuba (FAP) e na FASSEB.

isochronically the aesthetic sphere. Research is rooted in the ideas of contemporary thinkers such as Bauman, Roger Scruton, and Theodore Dalrymple. Therefore, it is known that men copy each other and the media supports the breaking of taboos, enhancing the misrepresentation of the concept of the beautiful. Faced with this aesthetic nihilism, the qualitative methodology was used in the research; the data were collected through the focused interview and interpreted by the theoretical basis. The selection of a doctor, a beautician and a hairdresser took place for coexistence and accessibility. It was observed the mechanized discourse and automated phrases on the subject, and that beauty is a universal and real value based on the rational nature of man and that the sense of the beautiful plays essential role in the formation of society.

**Keywords:** Ugliness. Beautiful. Contemporary Thinkers. Aesthetic nihilism.

## Introdução

Quando analisada a palavra estética percebe-se que no contexto clássico esse termo significava: a filosofia do belo e da arte, sendo que o belo era uma propriedade do objeto. Contudo, no decorrer da história, surgiram pensadores que descreveram a beleza como a busca de sentido que nasce de uma experiência singular, passando a ser apenas uma questão individual de gosto pessoal. Eles pressupunham que a beleza está nos olhos de quem vê, ou seja, não há uma propriedade objetiva. A exemplo disso, Kant (1993, buscou deslocar a beleza do objeto para o sujeito. De acordo com o pensamento de Kant (1993), além da inteligência e da vontade, existe o juízo do gosto que, ao dominar a sensação do prazer e desprazer, discernia se uma coisa é bela ou não. Neste pensamento a beleza não se encontra nas coisas, mas na construção particular do espírito de cada um. Logo, alguns pensadores passaram a acreditar que a estética

abrange categorias que vão além do belo, ou seja a sublimidade, podendo produzir o feio e o terrível.

Dentro desse cenário em que se tentava fazer da estética uma ciência ou uma filosofia, Kant (1993) tentou mostrar que existe um meio termo entre essas duas extremas divisões, sendo assim, a beleza não é somente intelectual e não é somente sensível. Porém, com o culto ao corpo e a beleza que as mulheres têm buscado e com a transfiguração da beleza em pura aparência, denuncia a presença de um gosto ruim. Este trabalho, portanto, orientar-se-á no sentido de considerar a beleza como um valor universal e mostrar a possibilidade de educar o gosto para apreciar a beleza fundamentada na razão.

De forma geral, toda essa discussão sobre beleza foi feita no decorrer da história. Com isso, houveram diversas modificações em seus conceitos no que diz respeito ao correto e ao errado, no tocante à beleza. Na frente desse pensamento, a cultura age na formação desses indivíduos fazendo com que suas características dependam do meio o qual eles vivem. Além disso, a diversidade no conceito de beleza sofre influência da mídia.

Após as atuais intempéries do pensamento cultural e midiático, em que defendem a denominada diversidade cultural, um fator que permanece em evidência é a perda de valores da sociedade. Um dos fatores que causaram essa perda foi a voz dada aos que desprezam o que é mais belo no mundo, fazendo com que a estética não seja necessariamente o campo do belo. Portanto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar como o esquecimento e abandono do caráter moral do homem atinge isocronicamente a esfera estética. O problema que norteou a pesquisa foi a seguinte questão ontológica levantada pelo filósofo Roger Scruton (2013) “Como pensar sobre beleza?”.

O trajeto de investigação aconteceu a partir dos seguintes objetivos específicos: analisar o conceito de beleza diante dos pensadores antigos, contemporâneos e também dos atuais profissionais que trabalham com o belo; pesquisar a veracidade da ideologia imposta pela mídia, de que a beleza se baseia na imitação; mostrar que em meio a uma sociedade líquida onde tudo é flexível, nada permanece, a mídia faz com que seus usufruidores pensem estar caminhando para uma beleza ideal quando na verdade já a abandonaram há muito tempo.

Diante de uma educação da sociedade em que está se desviando de tudo o que é verdadeiro e adotando tudo o que é falso, o niilismo estético é um meio de destruir a civilização, uma vez que os profissionais pós-modernos, que trabalham com a beleza, inclinam-se a pensar que não há padrão algum que não deva ser transgredido. Para tanto, a virtude está em chocar. Nesse ambiente, os profissionais são levados a produzir o que é chocante para estar em concordância com o mundo violento. Caso não fizesse isso, o profissional seria visto como preconceituoso (DALRYMPLE, 2015). Nesse contexto, a proposta do trabalho científico visa apresentar conceitos, definições em virtude dos debates atuais em relação ao profissional de estética, baseando-se em princípios conservadores. Trata-se de um tema polêmico à face do pós-modernismo. Contudo, é um tema relevante, visto que além de apontar que o homem tende ao mal, também mostra que devemos respeitar os ensinamentos dos antepassados. Uma sociedade próspera é criada por tentativas e erros.

Ainda falando sobre o homem, disse Filho (2016, p. 128):

Dentre as características fundamentais do humano, que o diferenciam das demais criaturas, duas (entre várias) podem ser destacadas, a saber, a sensibilidade para com o belo e a

sensibilidade para com o transcendente. Da sensibilidade para com o belo ocupa-se o ramo da filosofia conhecido como estética. Da sensibilidade para com o transcendente ocupam-se os estudos de religião, dentre estes, a teologia.

A metodologia utilizada neste trabalho alicerçou-se nos seguintes autores: Roger Scruton (2013), Theodore Dalrymple (2015) e Zygmunt Bauman (2013). A escolha dessa forma metodológica deu-se por assimilar que a elaboração dos conceitos teóricos carecia de uma investigação de suas características históricas, culturais, no escopo de compreender os momentos de vida dos profissionais investigados, tendo em conta a lógica com o tipo de pesquisa pela qual preferiu-se na graduação, a recordar: a concepção do belo na perspectiva dos profissionais de beleza inseridos na modernidade líquida.

Segundo Cassimiro e Galdino (2012), durante a formação da sociedade ocidental, ou seja, da Grécia antiga até o século XXI, o corpo sofreu várias modificações no que diz respeito ao seu papel na sociedade. Por exemplo, até o século XVIII, ainda sobre consequência de uma religiosidade, o corpo foi punido e reprimido, mas depois do século XXI, transformou-se em instrumento do capitalismo. Esse processo de modificação do corpo desde a Grécia Antiga até hoje, a todo o momento aconteceu por razões políticas, religiosas e econômicas das esferas que mantinham o poder em cada época. Por isso, esses autores definiram o corpo da seguinte forma:

o corpo é um elemento de expressão cultural, que carrega em seu bojo marcas distintas, pode-se inferir como as pessoas viveram e perceberam o seu corpo, assim como a sociedade e os governantes desses períodos influenciaram nessa concepção (CASSIMIRO e GALDINO, 2012, p. 64).

O olhar sobre o corpo humano sempre foi transformado. Essa mudança pode ser vista, no período pré-socrático, desde um corpo forte até a admiração de um corpo magro e trabalhador. Nesse tempo, inicialmente predominava o corpo do herói por causa das diversas batalhas que visavam formar guerreiros fortes e habilidosos para a defesa das cidades e tribos. Quando as grandes guerras cessaram, houve uma mudança nas necessidades das sociedades gregas e uma variação no padrão ético-estético, posto que a atividade agrícola transpôs a forma de sobrevivência daquele povo, assim o corpo rústico era ideal (BITTENCOURT, LARA e TEIXEIRA, 2007).

Segundo Esper e Neder (2004), a medida que a raça humana cresce na construção do conhecimento, existe uma variação na relação do indivíduo com o próprio corpo e na transformação do mesmo. Essas mudanças acontecem mediante o convívio histórico e dialético. Nessa visão, provavelmente, pode ser falado de um corpo mudado, “um corpo contemporâneo que abarca e imprime as transformações de uma transição social, que ainda está por se complementar, por estar se constituindo a realidade atual e, por ser fruto de um processo dialético” (ESPER E NEDER, 2004, p. 1).

Eco (2010), ao analisar sobre a preocupação da humanidade desde a antiguidade em manter e preservar um corpo bonito, ressaltou que a beleza sempre exibiu faces variadas em harmonia com os períodos históricos, desta forma, em nenhum tempo foi algo de absoluto e inalterável.

Para Leite e Lima (2007), a partir da Renascença, com o ideal humanista, o corpo feminino passou a ser idolatrado, portanto a beleza feminina foi divinizada. Segundo Bauman (1998) em analogia ao método de divinização atinge também a modernidade líquida, durante todo o contexto de perda da solidez, os quais são, não

raramente, preparados para uma vida, sem verdades, sem padrões de beleza e sem ideais. Visto que, numa sociedade de fluidez, não procura substituir uma verdade por outra, um padrão de beleza por outro, um ideal de vida por outro, mas, simplesmente eles não existem (BAUMAN, 1998).

A palavra anatomia surgiu no período do renascimento, esse momento era caracterizado pela instituição da arte e pelo desejo de conhecer o interior do corpo do homem. Antes do advento da anatomia, o corpo do homem era explicado externamente pela filosofia e religião, pois a abertura do corpo era considerada uma ação pecaminosa e impensada. No início do renascimento, com o trabalho da anatomia, reforçou-se o dualismo entre o exterior e interior do homem resultando em diferentes concepções do corpo. Por exemplo, o anatomista Donne no século XVI fez uma descoberta sobre o órgão sexual feminino e comparou a mesma ao descobrimento da América e René Descartes descreveu o funcionamento do corpo humano semelhante ao movimento de uma máquina. Contudo, o filósofo Francês Maurice Merleau-Ponty criticou essa ciência clássica que reduzia o corpo humano ao funcionamento mecânico, para isso, ele evidenciou que o corpo humano não é um mero objeto (MEDEIROS, 2011). Na perspectiva da Fenomenologia de Ponty, o corpo pode ser:

Considerado como obra de arte, é sensível, um corpo poroso que, a partir das relações que estabelece com o mundo e com o outro, atribui, nessas relações sempre novos significados; por ser inacabado, fragiliza a idéia de podermos definir todos os seus atos, já que está em constante vivência e convivência com o mundo em que faz parte (MEDEIROS, 2011, p. 149).

Segundo Dantas, “o corpo mergulhado num contexto histórico implica um reconhecimento do mesmo para além

de uma demarcação biológica pautada em um funcionamento orgânico” (DANTAS, 2011, p. 899). Ele segue a sua afirmativa dizendo que “um corpo que não pode ser aprisionado ou compreendido apenas pela delimitação da epiderme e sua rica fisiologia” (DANTAS, 2011, p. 899). Partindo dessa hipótese, nota-se que a comunidade brasileira, sem dúvida, não tem caminhado ao encontro do princípio do conhecimento do belo. Uma vez que há uma valorização às concepções de caráter da medicina, principalmente, no século XVI com o ato da primeira dissecação corporal que provocou um avanço no campo médico (DANTAS, 2011), o conhecimento do belo está sujeito a época, a cultura e a coexistência de diversos referenciais de beleza em um mesmo período histórico (ECO, 2004) e também o corpo está sendo construído de modo histórico e cultural (NASCIMENTO e AFONSO, 2014). Tal realidade é legitimada ao se evidenciar que quando a medicina da beleza tenta criar regras naturais ou biológicas, ela acaba ou diminui com a relevância na cultura e na produção de padrões estéticos (NETO e CAPONI, 2007). Por esse motivo, torna-se inquestionável a observação dos padrões de beleza e, não esporadicamente, nítidos, contra os termos usufruídos no vocabulário dos críticos modernos: quebrar um tabu ou transgredi-lo. (DALRYMPLE, 2015).

Como incremento desse assunto e da pobreza em combater a ideia de que a quebra de tabus é louvável, faz-se necessário ressaltar a existência do belo e do feio. O filósofo Roger Scruton, - interessado pela estética e conservadorismo - no seu documentário *Why Beauty Matters*, disse que entre 1750 e 1930 a beleza era um valor tão importante que poderia ser comparado à verdade e à bondade. Todavia, a partir do século XX a beleza tornou-se irrelevante. Prova desse descaso quanto a beleza é a dedicação da arte em

incomodar e quebrar tabus morais. O motivo de várias premiações não era a beleza, mas a originalidade alcançada de qualquer forma. Esse culto a feiura pode ser notado tanto pela arte, arquitetura e entorno físico, e até mesmo pelas linguagens e trejeitos cada vez mais ofensivos. Essas atitudes, além de denunciar um individualismo, revelam que a beleza e o bom gosto não têm mais espaço na vida dos seres humanos (CANELLA, 2015).

O que se percebe, pois, na contemporaneidade é que a finalidade da arte deixou de conceder sentido à vida para causar impacto de qualquer jeito (CANELLA, 2015). Prova disso, os perfis fitness do *Instagram* que tratam o corpo feminino como objeto de consumo fazendo com que a mulher seja sempre um objeto sem sujeito e sem identidade. Os perfis dessa estratégia de comunicação são administrados por mulheres que apresentam um estágio sócio econômico elevado, elas não necessitam trabalhar em horário comercial e gastar tempo utilizando o transporte público. Logo, as características dela é uma imagem mitológica para o público brasileiro. Ainda que esse modo de vida seja comunicado para muitas pessoas que utilizam a rede social, percebe-se que a utilização frequente de expressões como: “uma escolha de vida” e “caso você não faça não reclame” não considera os distúrbios emocionais, psicológicos e a falta de condição financeira para ter um estilo de vida com hábitos saudáveis. Esses estereótipos de beleza exigidos pela mídia contemporânea, podem impactar negativamente algumas pessoas (JACOB, 2014).

Os novos canais inaugurados na internet também se colocam a serviço desse mesmo fim: a construção da própria imagem. Ao permitirem a qualquer um ser visto, lido e ouvido por milhões de pessoas – mesmo que não se tenha nada específico a dizer –, também possibilitam o posicionamento da própria marca como personalidade

visível. Às vezes, porém, vislumbra-se certa fragilidade nessa auto-exposição: uma falta de sentido que paira sobre experiências subjetivas puramente alterdirigidas e assombra os personagens edificados nesse movimento de exteriorização da subjetividade. Essa carência denota o crescente valor atribuído ao mero ato de se exibir, de ser visível mesmo que seja na fugacidade de um instante de luz cirtual, e mesmo que não se disponha de nenhum sentido para apoiar e nutrir tal ambição (SIBILIA, 2008, p. 242).

Para compreender a era atual é importante investigar algumas características da era passada que foi conhecida como modernidade. Neste tempo, em que havia uma completa confiança na razão, o iluminismo alimentou “a ideia de que a razão pode construir por si mesma toda a realidade humana” (CRUZ, 2013, p. 27). Desta forma, o indivíduo era visto como autônomo e o personagem principal do seu próprio destino (CARDOSO, 2007). A era atual reproduziu um personagem conhecido como Narciso, que tem, de forma intensa, um amor por si mesmo. Os narcisistas isolam a si mesmo do seu mundo subjetivo. A partir do momento que há essa consideração de senhores de si mesmo, surge como consequência uma crise de identidade em razão de não haver mais fundamentos e referenciais. Conforme dito por Bauman (2005), há uma liquefação imediata. Portanto, essa época diluiu os indivíduos e estabeleceu uma era em que o mercado, seus produtos e serviços decidem a vida das pessoas (CRUZ, 2013).

### **Padrões de beleza na sociedade contemporânea: as redes sociais e sua massificação sobre os sujeitos**

A persistência das redes sociais em acobertar a realidade com eufemismos é um problema muito comum. Isso deve ser confrontado ao atual sentido da beleza. A

revista “Corpo a Corpo”, por exemplo, produz mensagens sedutoras, a fim de convencer as leitoras da fidelidade de tudo que leem e consomem (TOLENTINO e ASSUMPÇÃO, 2012).

Nesse sentido, duas características fazem-se pertinentes: o padrão de beleza histórico-cultural e a transformação do corpo em um centro de mensagens midiáticas. Para o teórico Douglas Kellner (2001 e 2006), a própria forma de vida hoje é subordinada pelos padrões e modelos propiciados pela cultura da mídia. Atesta-se isso na pesquisa realizada por Tiagge Mann e colaboradores (2000) que mostrou a forte influência da mídia na formação de um corpo magro.

Esse contexto, somado com o pensamento de que após as mulheres terem conseguidos ocupar espaços dominados somente por homens, passou a encarcerá-las por um mecanismo social que transforma o corpo feminino em prisões (WOLF, 1992) e testificam a persistência da mídia em disfarçar a verdade com eufemismos. Nesse ínterim, a cultura midiática sobrepujou no decorrer dos anos a ponto de firmar-se na sociedade contemporânea, mas sendo uma nova mídia (MALLMANN, 2010).

Em nossa contemporaneidade, a mídia é o fluxo informativo ativado, é o tecido formado por mediações múltiplas em tempos não-lineares e espaços dilatados em presença-ausência constantes em um metassistema composto por meios tradicionais disponíveis na rede, meios originalmente digitais/online e meios sociais, chamados por muitos como redes ou mídias sociais (MALLMANN, 2010, p. 22).

Conforme dito pelo sociólogo Bauman (2001), a mais prudente forma de explicar a mídia é utilizando o termo fluxo. O autor discute esse termo como uma maneira de explicar a sociedade atual como uma modernidade líquida.

Descreve-se como a possibilidade das pessoas modernas de se adequarem a novas circunstâncias, novos estilos de vida, novas instituições e novas definições e transformarem conhecimentos e costumes de maneira rápida. Tanto os homens quanto as mulheres são conduzidos por uma busca incessante da compra de produtos e informações difundida pela mídia, desta forma são transformados em objetos de consumo. O nome escolhido para representar a modernidade é o líquido, pois essa sociedade é incapaz de manter a forma (BAUMAN, 2013).

Em um rápido sobrevoo histórico, percebe-se que o estético esteve sempre associado a alguma coisa outra que o “si mesmo”, seja um sujeito, o belo, o sublime, a verdade ou a obra de arte. O estético faz com que algo aconteça: um juízo, uma ideia, um engajamento da imaginação, uma obra de arte, um lampejo da plenitude vindoura ou uma interpretação histórica, um processo de ensino e/ou aprendizagem em qualquer nível – todos sendo resultado do estético, portanto, não sendo mais estéticos no caráter (CARVALHO, 2010, p. 80).

Hans Jonas foi um filósofo alemão, descendente de família judaica que percebeu a complexidade do impacto causado pelas transformações tecnológicas ao observar os grandes acontecimentos que marcaram a história do século XX na Europa. Dentre essas transformações estão as duas guerras mundiais, o movimento rápido da indústria armamentista, a produção de armas nucleares, o desenvolvimento e consecutivas crises do capitalismo e a indústria do consumo e do repúdio (PEROZA, 2016). Esse homem intelectual propôs uma reflexão cada vez mais essencial sobre a sobrevivência dos seres humanos e a do planeta (MOREIRA; REIMER, 2010). Em seu livro, o princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica, a tese apresentada revela que:

Devemos evitar arriscar a vida humana futura, ou seja, diante dos avanços inevitáveis das tecnologias, devemos nos perguntar se temos o direito de arriscar a vida futura da humanidade e do planeta. Nesta questão, Jonas conclui que não devemos assumir este risco, ainda que tenhamos arrogância política e tecnologia para tanto, porque não detemos o direito de estabelecer o fim da vida planetária e da humanidade como um princípio ético válido, “justificável” (MOREIRA e REIMER, 2010, p. 172).

Diante o texto da criação, Hans Jonas assim se posiciona: “A resposta religiosa não é a resposta causal de que a potência do poder fazer trazia consigo automaticamente o ato (o que condenaria a sequência inteira à crua facticidade), mas sim de que ele quis criar o mundo como algo “bom”” (JONAS, 2006, p. 101). Sendo assim, no fundamento da criação está “não o criar por criar, mas o criar por corresponder à Criação um Bem que deve estar inscrito no cerne de todas as coisas, como nos faz lembrar, reiteradamente, a sentença: E Deus viu que era bom” (MONTEIRO, 2011). Nesse sentido,

Compreende-se então como a reflexão sobre Deus e sobre todas as coisas em Deus é inseparável da reflexão sobre a beleza: o teólogo, ao falar de Deus fala da Beleza, e ao falar de tudo que é belo neste mundo, remete continuamente Àquele que é a fonte e a meta de toda beleza. Para Agostinho, o que une de forma significativa o tema de Deus com o da beleza é o amor: de fato, a beleza tem tanto poder em nós porque nos atrai para si com vínculos de amor (FORTE, 2006, p. 12).

## **Metodologia**

Para o alcance do objetivo proposto selecionou-se como método de pesquisa a revisão sistemática da

literatura. Dessa forma, foi elaborada uma pergunta norteadora, definido palavras chaves e estabelecido artigos científicos e documentários. Em seguida, foi definida as informações tiradas dos trabalhos examinados e para a coleta de dados elaborou-se uma entrevista focalizada com critérios de inserção e não inserção. Após isso, ocorreu a discussão, os resultados e as considerações finais.

A metodologia utilizada neste trabalho alicerçou-se nos seguintes autores: Roger Scruton, Theodore Dalrymple, Zygmunt Bauman. A escolha dessa forma metodológica deu-se por assimilar que a elaboração dos conceitos teóricos carecia de uma investigação de suas características históricas, culturais, no escopo de compreender os momentos de vida dos profissionais investigados, tendo em conta a lógica com o tipo de pesquisa pela qual preferiu-se na graduação, a recordar: a concepção do belo na perspectiva dos especialistas em beleza inseridos na modernidade líquida.

A presente pesquisa apresenta a percepção de uma ginecologista especializada em estética, uma cabeleireira comum e uma estudante do quarto período do curso superior tecnólogo de Estética e Cosmética, bem como suas ideias e concepções diante das questões clássicas e contemporâneas dessa esfera. Desse modo, as entrevistas acompanharam as seguintes estruturas norteadoras: corpo, beleza, estética e mídia Estabeleceu-se como pergunta norteadora a questão ontológica levantada pelo filósofo Roger Scruton sobre beleza: como considerar a beleza como um valor universal e mostrar a possibilidade de educar o gosto para apreciar a beleza?

O levantamento bibliográfico foi feito por meio de livros, artigos científicos e documentários disponíveis no Google Acadêmico, no acervo pessoal e no YouTube. Para a busca dos artigos científicos utilizou-se os seguintes

descritores: Beleza, Roger Scruton, Theodore Dalrymple, Zygmunt Bauman, nihilismo estético, estética, beleza, profissionais.

Os critérios para inserção dos entrevistados foram: todos deveriam ser especialistas e atuantes na área da beleza, sendo um graduado na área da saúde que está habilitado a fazer procedimentos invasivos, um estudante da área da saúde que não é possibilitada a habilitação para fazer procedimentos invasivos e uma pessoa que se envolveu com a profissão de beleza. Para a realização da entrevista foi conferido o currículo profissional de cada um para certificar de que os mesmos contemplavam a pergunta norteadora desta pesquisa e atendiam aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. A entrevista foi gravada em um aparelho de celular e posteriormente transcrita para fazer uma análise integral dos dados.

A análise de dados ocorreu por meio de uma análise compreensiva que tem como objetivo sistematizar e explorar dados de natureza qualitativa possibilitando mostrar o que se passa com o sujeito na perspectiva daquele que vive as situações (BERNARDES, 1991). Ela iniciou-se com a leitura exaustiva da entrevista e finalizou-se com uma discussão baseada na literatura. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por letras para garantir a privacidade dos entrevistados.

## **Resultados e discussão**

Após reflexão sobre a fala dos profissionais participantes do estudo pode-se identificar três temas principais: Conceito, Gostos pessoais e Mídia.

## Conceito

Percebe-se claramente que, através da análise dos resultados levantados com a entrevista, as profissionais apresentam conceitos semelhantes quanto à beleza. Elas referem que a beleza provoca sensações agradáveis. Ao discutirem sobre isso, elas acrescentaram que o belo vem de dentro para fora e está relacionado à autoestima. A semelhança quanto ao conceito de beleza fica bem claro em alguns depoimentos:

O conceito da beleza é o conceito do belo, né? Aquilo que é bonito, apresentável que você se sinta bem (D1) - Cabeleireira.

Que você se sinta feliz com você mesmo (D2) - Ginecologista e Obstetra Estética.

Eu penso que o conceito do belo vem da percepção que é o significado da palavra estética. Ele vem da sua autoestima. Muita gente busca a estética porque está se sentindo mal e ali fazendo um corte de cabelo uma escova já se sente melhor (D3) - Estudante do quarto período do curso superior tecnólogo em Estética e Cosmética.

Outro aspecto importante a ser ressaltado no que diz respeito a compreensão da beleza pelos atuais especialistas que trabalham com isso são os discursos mecanizados e frases automatizadas que contribuíram para a percepção do significado da estética em relação ao meio em que as entrevistadas trabalham.

Faz um corte de cabelo, faz sobrancelha, passa batom e maquiagem você já... (D1) - Cabeleireira.

É outra pessoa, se sente bem. (D2) - Ginecologista e Obstetra Estética.

Mas, isso também tem que vir de dentro para fora. Porque não adianta só a casca está bonita se às vezes por dentro você está doente (D1) - Cabeleireira.

E aí você nunca vai ficar bem. (D2) - Ginecologista e Obstetra Estética.

Você vai carregar uma máscara (D3) - Estudante do quarto período do curso superior tecnólogo em Estética e Cosmética.

Você não vai se encontrar (D1) - Cabeleireira.

As entrevistadas mostraram que acreditam na existência da beleza de uma forma geral, porém isso está associado a uma percepção sensorial. Logo, elas acreditam que os procedimentos estéticos não são suficientes para que as pessoas se sintam bem.

A partir dos descritos acima, percebe-se que a contemplação da beleza é algo muito natural e que o ser humano apresenta uma atração pelo que é harmônico e pela ordem. Porém, na entrevista, tornou-se evidente que quando as entrevistadas ressaltaram somente a percepção sensorial, abandonaram um ponto importante para penetrar na beleza: a razão.

Apesar dos homens conseguirem perceber a beleza nos sentidos sensoriais, eles não devem ficar apenas nisso. A razão deve ser utilizada para perceber a beleza, pois o uso da razão amplia a capacidade de perceber o belo. Com o discurso, também se percebe uma necessidade da busca de conhecimento teórico sobre esse assunto, uma vez que as respostas dadas indicam frases prontas e conseqüentemente uma imitação do pensamento de alguém.

## **Gostos pessoais**

A estética não é somente uma mera apresentação empírica das obras de arte, da criação e da fruição, ainda

que cada época e cultura tenha seu gosto peculiar. Este não é arbitrário. Sendo assim, deve-se lembrar que uma coisa é a variação do gosto, segundo as épocas e os indivíduos. E outra seria a relatividade do juízo estético. Sabendo disso, percebe-se uma diferença entre estetas filosóficos e empiristas. Por exemplo, o primeiro afirma que as tragédias revelam durante alguns anos, durante as variações acidentais próprias de cada época e de cada cultura, mas elas são unificadas e definidas como tragédias, uma essência imutável, o trágico. Agora os empiristas acreditam na não existência da essência. Para eles, o trágico, que é a compreensão geral da tragédia, muda com o tempo (SUASSUNA, 1979).

Quando perguntadas sobre o local em que essa beleza reside, especificamente, dentro ou fora do indivíduo, as três entrevistadas afirmaram que a beleza está de dentro para fora:

Concordo que a beleza está de dentro para fora. (D1) - Cabeleireira.

Eu concordo. (D2) - Ginecologista e Obstetra Estética.

Eu concordo. (D3) - Estudante do quarto período do curso superior tecnólogo em Estética e Cosmética.

Anteriormente os depoimentos das entrevistadas mostraram que elas acreditam numa percepção sensorial, ou seja, encaram a beleza como um valor subjetivo, não decorrendo da qualidade do objeto, mas da experiência do sujeito que a contempla. Para elas, a estética está no campo da filosofia experimental. Quando perguntadas se os gostos pessoais hoje desempenham algum papel na formação dos padrões estéticos foi demonstrado uma uniformidade positiva nas respostas.

## Mídia

A noção de sofrer influência na busca pela beleza, certamente, é o que está mais presente nas profissionais entrevistadas. Sabendo da existência dessa influência foram perguntadas se ela é boa ou ruim:

De uma certa forma ela é boa. Se você souber ponderar. Até que ponto eu estou sendo influenciada a fazer isso ou fazer aquilo, porque a mídia ultimamente exagerou muito no que a estética, cosmética em si evoluiu muito em uns 10 anos para cá. (D1) - Cabeleireira.

O profissional tem que ajudar a pessoa, às vezes o exagero em vez de ajudar estraga a pessoa. E aí quem é o responsável por isso, às vezes não é só o cliente. Mas, o próprio profissional tem que ter consciência daquilo que está fazendo. (D2) Ginecologista e Obstetra Estética.

Até pode indicar para o seu cliente (D1) - Cabeleireira.

Percebe-se através dos relatos que a relação do profissional para com o seu cliente não é somente mercadológica. Entretanto, nessa parte da entrevista foi evidenciado que a atual sociedade tem uma pró cultura para o feio. Logo, enquanto houver feiura e mentira, a beleza não se manifestará de forma completa

Tem muita coisa feia aí achando que é bela (D1) - Cabeleireira.

Penso também em relação ao visagismo. Hoje, uma cliente chega ao salão e quer o corte do momento quer o corte da Claudinha leite e aquilo não está de acordo com os padrões que o rosto daquela pessoa permite, o visagismo em si. Então é muito voltado para o modismo, para padrões bem definidos. A pessoa não consegue definir o que ela realmente quer porque se ela está fora daquilo ela é julgada.

(D3) - Estudante do quarto período do curso superior tecnólogo em Estética e Cosmética.

## **Considerações finais**

Com a investigação feita identifica-se que a intenção era não findar com essa temática, mas torná-la oportuna e relevante para auxiliar reflexões acerca do trajeto-análise que os especialistas de beleza contemporâneos deveriam seguir antes de trabalhar com esse objeto, ou seja, conhecendo o ser humano integral. Além disso, por meio de persuasão foi mostrado que a beleza está desaparecendo por que as pessoas estão vivendo como se ela não importasse. Estudar a estética envolve uma interdisciplinaridade tendo suas raízes teóricas na filosofia, visto que a investigação na estética conecta diversas metodologias sobre o corpo com a ideia de melhorar a experiência corporal.

Ao pensar sobre o corpo pode ser refletido que ele está dentro de uma comunidade, uma etnia ou nação, sendo destacado pelos padrões sociais do mesmo. Essas marcações são utilizadas de maneira definitivas ou temporárias nas peles biológicas dos seres humanos adaptando a segunda pele do homem, aquela que faz com que o ser humano relacione com o outro.

A estética vem de dois temas: estética prática e do pensamento da filosofia, não somente como um discurso da teoria, mas como um modo de vida. A vista disso, o uso da razão não está relacionado como a única forma de perceber o belo, mas como uma forma de ampliar a capacidade do ser humano em perceber o belo.

O objetivo deste trabalho foi analisar como o esquecimento e abandono do caráter moral do homem atinge isocronicamente a esfera estética. Como visto, em tempos de modernidade líquida, neste não há mais senso

de verdade absoluta. Tudo hoje é relativo, inclusive quando falado sobre estética, a busca pela beleza já teve seu espaço. Até mesmo foi visto que esse mundo virou as costas para a beleza. Como solução para esse problema é necessário que os homens reconheçam que não estão educados para ver a beleza. Isto posto, a beleza não está no olho de quem vê, por que há uma concordância de que existe o belo e o feio.

Sendo assim, a hipótese foi confirmada, uma vez que o homem tem abandonado o caráter moral e teológico e isso tem refletido na sociedade e conseqüentemente nos gostos. A beleza está conectada com o entendimento dela como elemento sagrado, porém ela tem desaparecido, porque as pessoas vivem como se ela não fosse importante. Logo, se o ser humano não for verdadeiro, então, não verá o belo.

Por meio da pesquisa de campo mostrou que os especialistas em estética apresentam um discurso mecanizado e frases automatizadas sobre o assunto e não conseguem aprofundar no tema. O trabalho foi encarado com o ponto de vista sócio antropológico e ao mesmo tempo teológico, não menosprezando a esfera biológica e estética. Desta forma, mostrou-se que os atuais padrões de beleza valorizados pela sociedade líquida são resultados da cultura contemporânea secularizada, em que as percepções subjetivas ou metafísicas não são facilmente perceptíveis. No ambiente profissional, onde há a presença de compradores e vendedores, percebe-se que é o local onde os indivíduos estão construindo novos corpos e novos rostos com facilidade.

Deve-se resgatar a educação estética, pois quando resgatada a capacidade do homem de perceber o belo, haverá a possibilidade de perceber a beleza em todas as coisas. Ao saber que ir em direção da beleza é natural do ser humano, como proposta de melhoria, sugere-se que aprofunde por base de estudos científicos estudos a

demonstração na naturalidade em eleger o belo. Somado a isso, como sugestão de aperfeiçoamento estabelece uma investigação filosófica feita com mais números de especialistas de beleza, bem como a distinção entre o mundo de beleza ideal e o máximo de beleza manifestado.

## Referências

BAUMAN, Z. *A cultura no mundo líquido moderno*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2013.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERNARDES, Nara. *Análise compreensiva de base fenomenológica e o estudo da experiência vivida de crianças e adultos*. Porto Alegre: Educação, n. 20, p. 15-40, 1991.

BITTENCOURT, Alex; LARA, Larissa Michelle; TEIXEIRA, Dourivaldo. *O sentido ético-estético do corpo no pensamento filosófico da Grécia antiga e suas implicações para a educação física*. Coleção pesquisa em Educação Física, v. 5, n. 1, 2007.

CANELLA, Alvaro. Why Beauty Matters (*Por que a beleza importa?*) Roger Scruton. Youtube 3 dez 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=bHw4MMEnmpc>> Acessado em 12 mar. 2017

CARDOSO, João Santos. *Desafios à missão da Igreja na pós-modernidade: relativismo, subjetivismo, secularismo e o eclipse do dever*. In: Semana Teológica da Arquidiocese de Vitória da Conquista, 2007.

- CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *O surgimento da estética: algumas considerações sobre seu primeiro entrenchamento dinâmico*. Paidéia: Belo Horizonte. n. 9, p. 71-73, 2010.
- CASSIMIRO, Érica Silva; GALDINO, Francisco Flávio Sales. *As concepções de corpo construídas ao longo da história ocidental: da Grécia antiga a contemporaneidade*. Μετάνοια. São João del-Rei/MG, n. 14, 2012.
- CRUZ, Daniel Nery da. A sociedade do hiperconsumo: uma leitura sobre o individualismo contemporâneo na visão de Gilles Lipovetsky. *Revista Filosofia Capital*, v. 8 ed. 15, 2013.
- DALRYMPLE, Theodore. *Nossa cultura ou o que restou dela: vinte e seis ensaios sobre degradação dos valores*. São Paulo: É realizações, 2015.
- DANTAS, Jurema Barros. Um ensaio sobre o culto ao corpo na contemporaneidade. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro: v. 11. n. 3, 2011, p. 898- 912.
- ESPER, E. M. B; NEDER. M. *O corpo contemporâneo*. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. Anais... Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0] ECO, U. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FILHO, Carlos Caldas Ribeiro. Aproximações entre teologia e estética. Uma introdução em perspectiva da teologia protestante. *Interações, cultura e comunidade*: Belo Horizonte, v. 11, n. 19, pp. 128 a 143, 2016.
- FORTE, Bruno. *Teologia em diálogo: para quem quer e para quem não quer saber nada disso*. São Paulo: edições Loyla, 2002.
- JACOB, Helena. Redes sociais, mulheres e corpo: um estudo da linguagem fitness na rede social Instagram. *Revista comunicare-* dossiê feminismo, v. 14, n. 1, 2014.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Trad. De Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Contraponto: Ed. PUC Rio de Janeiro, 2006.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

KELLNER, Douglas. “Cultura da mídia e triunfo do espetáculo” Em: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio De Janeiro, 2006

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEITE, Iracema Tatiana Ribeiro; LIMA, Marcondes. *Recriando o corpo feminino: sedução, fantasia e ideal de beleza*, 2007.

MALLMANN, Andréia Denise. *Mídia fluida: por uma renovação conceitual*. Famecos, Porto Alegre, n. 24, 2010.

MEDEIROS, Rosie Marie Nascimento. *Do corpo anatômico ao corpo fenomenológico: diferentes perspectivas para se pensar o corpo*. Vivência, n. 37, p. 141-149, 2011.

MONTEIRO, Ângelo. *Arte ou desastre*. São Paulo, 2011.

MOREIRA, Dalbo Maximiano; REIMER, Aroldo. *Ética, Tecnologia, responsabilidade e suas relações*. *Caminhos*, Goiânia, v.8, n.2, jul./dez, 2010.

NASCIMENTO, Diego Ebling; AFONSO, Mariângela da Rosa. Os corpos na sociedade contemporânea. *Revista digital*, Buenos Aires, Ano 18, nº 190, Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd190/os-corpos-na-sociedade-contemporanea.htm>> Acesso e: 01 abr. 2017

PEROZA, Juliano. *A ética da responsabilidade e a educação uma reflexão a partir pensamento de Hans Jonas*. Reunião Científica Regional da Anped, Curitiba, Paraná, 24 a 27 jul. 2016. Disponível em: <[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo12\\_JULIANO-PEROZA.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo12_JULIANO-PEROZA.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

- POLI NETO, P.; CAPONI, S.N.C. *The 'medicalization' of beauty*. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v. 11, n. 23, Interface - Comunic., Saúde, Educ. p. 569-84, set/dez 2007.
- SCRUTON, ROGER. *Beleza*. São Paulo: É realizações, 2013.
- SUASSUNA, Ariano. *Iniciação à estética*. Recife: Ed. Universitária, 1979.
- TOLENTINO, T. M.; ASSUMPCÃO, L.O.T. *Corpo, mídia e sociedade*: O caso da revista “Corpo a Corpo”. Motricidade. v. 8, n. S2, p. 779-786. 2012.
- WOLF, N. *O mito da beleza*: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rocco. 1992



# DESAFIOS DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NOS ANOS INICIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Raquel Sorrah Serafim Silva<sup>1</sup>

Vitória Regina Neto dos Santos<sup>2</sup>

Adevane da Silva Pinto<sup>3</sup>

Fernanda Galdino da Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho teve como finalidade abordar os desafios aos quais as crianças com Síndrome de Down passam ao iniciarem sua vida escolar. O objetivo foi investigar como se apresenta essa síndrome, as dificuldades que rodeiam os pais dessas crianças ao tentar inseri-las em instituições regulares de ensino e as especulações que norteiam o direito desses indivíduos à frequentarem a escola para o desenvolvimento de seu processo educacional. A abordagem metodológica se deu por meio de pesquisa qualitativa de levantamento de dados e através de uma revisão bibliográfica de artigos e monografias que abordem este tema. O levantamento bibliográfico foi feito por intermédio de buscas em plataformas do *Google Acadêmico* e *SciELO*. Como resultado, buscou-se compreender como se dá o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down, bem como os desafios que essas crianças enfrentam ao iniciar sua vida escolar, procurando não elucidar fatos, mas sim contribuir com novas pesquisas bibliográficas nessa área.

**Palavras-chave:** Inclusão. Síndrome de Down. Educação. Desafios.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Pedagogia da Faculdade Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Discente do curso de Pedagogia da Faculdade Piracanjuba (FAP).

<sup>3</sup> Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Goiás, Especialista em Planejamento Educacional, Graduado em Pedagogia pela UniEvangélica. Professor no Curso de Pedagogia da Faculdade Piracanjuba (FAP).

<sup>4</sup> Mestre em Ciências Ambientais pela UniEvangélica, Especialista Neuropedagogia e Gestão Ambiental, Graduada em Pedagogia e Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Professora e Coordenadora no Curso de Pedagogia da Faculdade Piracanjuba (FAP).

**Abstract:** This work aimed to address the challenges that children with Down Syndrome face when starting their school life. The objective was to investigate how this syndrome presents itself, the difficulties that surround the parents of these children when trying to insert them in regular educational institutions and the speculations that guide the right of these individuals to attend school for the development of their educational process. The methodological approach took place through qualitative research of data collection and through a bibliographic review of articles and monographs that address this theme. The bibliographic survey was done through searches on Google Scholar and SciELO platforms. As a result, we sought to understand how the process of inclusion of children with Down syndrome occurs, as well as the challenges that these children face when starting their school life, trying not to elucidate facts, but rather to contribute to new bibliographic research in this area.

**Keywords:** Inclusion. Down's syndrome. Education. Challenges.

## Introdução

A inclusão é um tema muito abordado nos dias atuais e vem ganhando espaço em discussões que abordam a necessidade dessas crianças nas escolas, a fim de aperfeiçoarem seu processo educacional. A função das escolas seria o de atender essas diferenças, que são intrínsecas à condição humana, porém não é isso que acontece na realidade.

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 208º, inciso III, aborda o Plano de Educação para todos, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais que asseguram o direito à educação de todos, independentemente de suas condições intelectuais, físicas, emocionais e sociais (MEC, 1993).

A política Nacional de Educação Especial reitera que seu público-alvo seriam estudantes com algum tipo de

deficiência, altas habilidades ou superdotação com transtornos globais do desenvolvimento. Porém, quando se fala em “inclusão”, deve-se ter um olhar mais amplo, com vários sentidos, compreendendo a educação especial de forma ampla e com várias abordagens em conhecimentos de ensino (BRASIL, 2008).

Neste âmbito, abordaremos os desafios aos quais as crianças com Síndrome de Down passam ao iniciarem sua vida escolar. De acordo com Silva, Nascimento & Soares (2018, p. 33), a Síndrome de Down é considerada um transtorno do desenvolvimento que se forma através de uma desordem cromossômica chamada de “Trissomia do Cromossomo 21”.

Por isso se faz de extrema importância que a criança com essa Síndrome seja inserida na escola regular para ser estimulada desde cedo e poder acompanhar seus colegas no sentido do aprendizado, mas também é necessário que ela participe de um Centro de Apoio Educacional Especializado para que possa ser acompanhada por uma equipe multidisciplinar, que envolvam profissionais de fonoaudiologia e psicologia a fim de reforçarem o aprendizado adquirido na escola regular e minimizar ao máximo os efeitos e limitações que a síndrome pode causar. Aos pais, cabe a missão de estarem sempre atentos para que todos os direitos de seu filho sejam resguardados e acompanhá-los sempre com muito carinho e dedicação para que sigam avançando no processo de escolarização e socialização.

## **A Síndrome de Down**

De acordo com Capone, (2004) a Síndrome de Down é considerada um transtorno de desenvolvimento que afeta 1 em cada 750 crianças, independentemente de raça, país,

religião ou condição econômica da família. O fator de risco com maior preponderância para essa síndrome é a idade materna de 35 anos. É caracterizada pela presença de 47 cromossomos em um indivíduo, ao invés de 46. Por alguma razão que ainda não pôde ser cientificamente explicada, o espermatozoide masculino ou o óvulo feminino podem apresentar 24 cromossomos ao invés de 23, ou seja, um cromossomo a mais. Ao se unirem aos 23 cromossomos das células embrionárias somam 47. Este cromossomo extra aparece no par número 21, por isso essa síndrome é também chamada de “Trissomia do Cromossoma 21”.

Tal síndrome foi uma das primeiras a ser descoberta e descrita na literatura e é uma das mais frequentes anomalias numéricas, trazendo como características determinantes a deficiência intelectual. Porém, a constatação de que o sujeito tenha mesmo a síndrome não determina o aspecto físico, ou o grau da eficiência intelectual.

Para Alves (2019), as pessoas com síndrome de Down têm muito mais em comum com o resto da população do que diferenças, sendo capazes de sentir, amar, aprender, se divertir, trabalhar, ler, escrever, ir à escola como qualquer outra criança e levar uma vida autônoma. Em resumo, ele poderá ocupar um lugar próprio e digno na sociedade.

Segundo Santos & Paula (2019) quando a criança é precocemente identificada com essa síndrome, a intervenção pode ser feita com mais rapidez. Até os familiares precisarão se adequar às novas rotinas, pois, o bebê portador de Síndrome de Down pode desenvolver graves problemas respiratórios, cardiopatia congênita, problemas neurológicos, distúrbios de tireóide, problemas de visão, envelhecimento precoce, alterações na coluna cervical e obesidade precoce. Quanto ao físico, essa criança pode apresentar olhos amendoados, nariz achatado, cabelos lisos e finos, dentre outras características, porém,

nem todas as crianças apresentarão todas essas características e nem no mesmo grau de intensidade. Em alguns, a síndrome pode ser mais pacífica, enquanto que em outros ela pode se revelar bem mais agressiva.

Geralmente, a criança com essa síndrome possui comportamentos estereotipados, repetitivos, exploratórios, impulsivos e desorganizados, o que

compromete o seu conhecimento do ambiente. Para tal, faz-se necessárias intervenções multidisciplinares, principalmente com profissionais de psicologia e fonoaudiologia, buscando minimizar ao máximo os efeitos e as limitações que essa síndrome causa ao longo do tempo (VOIVODIC & STORER, 2002, p. 34).

De acordo com Voivodic & Storer (2002), a criança com Síndrome de Down apresenta desde os primeiros meses dificuldades em manter sua atenção e alerta aos estímulos externos, por isso a necessidade de manter essa criança em ambiente de Estimulação Precoce desde cedo em um Centro de Apoio e Educação Especializado (CAEE) a fim de buscar progressos na aprendizagem e consequentemente isso o auxiliará mais na frente em seu desempenho e socialização quando ingressar em uma escola regular.

Com base na importância das intervenções motoras, Ribeiro (2009) faz a seguinte colocação:

As atividades motoras são de extrema importância para o desenvolvimento global da criança portadora da Síndrome de Down, pois é descobrindo o mundo através de seu corpo que elas desenvolvem seus potenciais motores e cognitivos (RIBEIRO, 2009, p. 116).

Silva, Nascimento & Soares (2018) afirmam que o comprometimento cognitivo influenciará na aprendizagem das crianças portadoras de Síndrome de Down e que, portanto, far-se-á necessário que haja nos ambientes escolares um profissional especializado, apto, atento e disponível que possa apoiar essa criança dentro de sala de aula e reforçar nela comportamentos que visem o aprimoramento educacional e social.

De fato, o comprometimento do professor que trabalha com o ensino especial precisa ser intenso, pois, os alunos que apresentam algum tipo de deficiência possuem o aprendizado de forma mais lenta, porém, gradativa, sendo necessário que os profissionais dessa área não se cansem de ensinar, e repetir diversas vezes, se preciso for. Cada indivíduo portador de alguma deficiência possui sua forma e seu tempo de aprender.

Além da persistência, é necessário que o professor tenha um envolvimento afetivo de muito carinho e que passe para o aluno a confiança de que estará ao seu lado mesmo que surgirem dificuldades.

## **O processo de inclusão escolar e os seus desafios**

O processo de inclusão escolar é um desafio que busca constantemente por profissionais e meios educacionais que considerem as particularidades do aluno com o seu processo de aprendizagem pessoal. As pessoas com deficiência precisam desenvolver a aprendizagem utilizando-se dos mesmos direitos dos demais alunos, porém, a precariedade do ensino, das instituições escolares e a falta de profissionais capacitados podem ser um dos empecilhos para a qualidade do ensino para esse público que necessita de uma atenção mais elevada. Um professor não consegue dar atenção individual a todos os alunos em

sala de aula regular e o aluno com deficiência exige mais esforço e mais atenção em todos os aspectos e é por este motivo que deve-se inserir o professor de apoio.

Neste âmbito, a educação inclusiva chega estabelecendo um novo modelo de escola, que sai do tradicional e vai para o viável, onde a escola é que precisa se adaptar ao aluno que possui necessidades educacionais específicas, que visem não só sua permanência na instituição, mas também seu pleno aprendizado e desenvolvimento.

A Declaração de Salamanca (1994) nos reitera que:

Cada criança tem características, interesses, capacidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Neste momento em que passamos por diversas mudanças na qualidade do ensino no País, onde a educação precisa ser para todos, “[...] a escola inclusiva deve estar preparada para receber esses alunos, oferecendo a eles uma educação de qualidade, com professores qualificados, independente de suas condições físicas e sociais.” (SILVA, NASCIMENTO & SOARES, 2018, p. 06).

De acordo com Fonseca (1987), não há nenhuma razão humana ou científica que possa afirmar que a melhor educação dos deficientes seja separada dos não deficientes, porém, ainda há diversas falhas nas políticas públicas ligadas à educação e que viabilizem esse processo. Nas comunidades carentes, por exemplo, a realidade de

“inclusão” está longe de acontecer, pois elas não possuem condições financeiras e estruturais que possam atender à demanda das pessoas com deficiências.

Sobre as dificuldades que as comunidades mais pobres têm de acolher as pessoas com deficiências, Buscaglia (1993) *apud* Gordon (1974, p. 21) afirmam que:

Enquanto a maior parte das deficiências é o produto do nascimento e de acidentes, o impacto debilitante na vida das pessoas frequentemente não é resultado tanto da “deficiência” quanto da forma como os outros definem ou tratam os indivíduos. Encarceramos centenas de milhares de pessoas com necessidades especiais em instituições de custódia. Mesmo aqueles afortunados o bastante para receber serviço na comunidade em geral encontram-se em ambientes segregadores.

De acordo com Rodrigues (2008), os pais sofrem desde quando são noticiados sobre o diagnóstico dos filhos. A maioria deles sofrem angústias, frustrações, medos e muita preocupação sobre como será o futuro ou como eles devem agir. Muitos deles desenvolvem quadros de depressão e é por isso que desde o descobrimento do diagnóstico, eles precisam de ajuda psicológica, pois, trata-se de uma fase de aceitação em que eles precisam se equilibrar para receber seu filho, que precisará de um ambiente familiar equilibrado, estável e transmissor de muito amor, para que possa se desenvolver. Além disso, cabe a eles a missão de tratá-lo com o máximo de naturalidade, carinho e bons estímulos.

Quando essas crianças chegam em fase escolar os pais ainda enfrentam diversos tipos de preconceitos e dificuldades, a começar quando vão em busca de uma escola para matricular os seus filhos. A maioria delas nunca tem vaga para receber esses alunos, alegando que a escola

não possui estrutura física e nem profissionais qualificados para tal. Quando o aceitam na escola, não oferecem um professor de apoio, o que faz com que o aluno fique à mercê da própria sorte e sem absorver quase nada durante as aulas, já que um só professor para atender cerca de 35 crianças, não conseguirá dar atenção exclusiva para esse aluno que precisa. Nesse momento, iniciam-se os desafios dessa criança desde a educação infantil.

De acordo com a forma como esses indivíduos com Síndrome de Down aprendem, Piaget afirma que:

Os indivíduos nascem apenas com potencialidades (capacidade inata) a capacidade de aprender. Assim, todo conhecimento e todo o desenvolvimento da criança depende de exposição ao meio e dos estímulos advindos deste, mas também pela inclusão deficiente. A aprendizagem se constrói pelo processo de interação, as relações com outros indivíduos e o meio em que se está inserido são fatores determinantes (PIAGET, 1974, p. 16).

Então, para que se cesse o preconceito, é necessário que haja uma tomada de consciência por parte da população em geral, dos governantes e dos próprios pais sobre a importância das mudanças positivas para a igualdade dos direitos humanos.

Rodrigues (2008), afirma que incluir significa oportunizar e habilitar essas crianças para que possam realizar tudo o que quiserem, na medida de suas potencialidades, minimizando ao máximo as inferioridades resultantes de suas dificuldades e de sua deficiência. Incluir significa olhar para o indivíduo e não para a sua deficiência, oferecendo-lhe oportunidades de trabalho, de se socializar, de estudar, etc.

Estudos apontam que as características apresentadas por estes sujeitos são decorrentes não só da herança genética, mas

da educação, meio, problemas clínicos, dentre outros. Apesar da Síndrome de Down ter como característica a deficiência intelectual, não se pode pré-determinar qual será o limite do desenvolvimento daquele determinado sujeito. O conhecimento da dinâmica familiar oferece informações importantes relacionadas ao desempenho linguístico da criança com Síndrome de Down.

Portanto, essa síndrome não faz com que a criança seja impotente em qualquer fase da vida, pelo contrário, apesar dos desafios, esses indivíduos portadores dessa síndrome demonstram que são capazes de terem seus espaços garantidos na sociedade.

### **A função da escola e da prática docente para a educação inclusiva: os desafios da criança com Síndrome de Down**

A escola deve ser um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

Em escolas inclusivas, não se usam padrões, porque todos são tratados de forma igual. A adoção dessas novas práticas não tem sido fáceis, pois elas dependem de mudanças que vão além da escola e além das salas de aula. Para que essas novas escolas possam existir é necessário que se desenvolvam novas práticas pedagógicas e que se atualizem as já existentes, promovendo a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas educacionais compatíveis com a inclusão (SILVA, 2000, p. 57).

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais

possam ser imitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluirá de suas turmas.

Tal situação nos leva a argumentar que se faz necessário compreender os processos de inclusão escolar como frutos das lutas articuladas pelas minorias sociais excluídas, contra um processo de exclusão. Assim, como educadores, precisamos contribuir para a instituição da escola como um espaço de aprendizagem para todos os alunos, problematizando o currículo escolar, os processos de avaliação, os momentos de formação, o planejamento das relações estabelecidas neste cotidiano, os apoios que necessitamos para dar conta de todos os alunos, as parcerias necessárias, bem como as políticas públicas favorecedoras da garantia de acesso e permanência do ensino de qualidade para todos os alunos, independente da classe social ou se possuem algum tipo de deficiência.

Silva (2000) ainda discorre que:

[...] a intenção não é dirigir a responsabilidade dessas mudanças somente aos educadores, mas sim pensar que para a instituição de políticas públicas educacionais, nós precisamos reconhecer as contribuições daqueles que vivenciam cotidianamente as questões trazidas pelos educandos para o contexto da sala de aula, ou seja, os educadores. Para tal, se faz necessário o sentimento de implicância e incômodo por parte da comunidade escolar acerca dos processos que segregam e excluem os alunos do convívio escolar.

Refletir a respeito de uma escola emancipatória, no sentido proposto por Paulo Freire (1996), onde não se exclui e nem hierarquiza sujeitos, porém, busca incluí-los na medida em que todos são oprimidos na sociedade de

classe e todos se libertam na luta pela superação das contradições e das injustiças produzidas pela produção e distribuição desigual de bens, materiais e simbólicos.

As propostas de mudança variam e dependerão da disposição, das discussões, dos estudos, dos levantamentos de dados e das iniciativas a serem compartilhadas pelos seus membros, enfim, de gestões democráticas dentro das escolas, que favoreçam essas mudanças. Muitas decisões precisam ser tomadas pelas escolas ao elaborarem seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), entre as quais destaco algumas que estão diretamente ligadas com as mudanças que se alinham aos processos de inclusão: fazer da aprendizagem um eixo para as escolas, garantindo o tempo necessário para que possam aprender, reprovar a repetência, abrir espaço para que o diálogo, a cooperação, a criatividade, a solidariedade e o espírito crítico sejam praticados por seus professores, gestores e funcionários, pois essas são habilidades mínimas para o exercício da cidadania verdadeira. Valorizar e formar continuamente os professores, para que eles possam oferecer um ensino de qualidade para seus alunos ao tempo em que as didáticas mudam.

Sobre este aspecto, Ferreira (2005, p. 09) cita tais questões ao nos elucidar que:

As atitudes excludentes têm suas raízes na história dos conceitos que definem as práticas da educação especial dentro de uma tendência médica que nos leva à aproximação do estudo e do tratamento de uma série de incapacitações com um fato decorrente meramente do aspecto orgânico, pouco ou nada visto numa perspectiva social. Os educadores parecem alienados quanto ao que temos desenvolvido com nossos estudos, naturalizam a exclusão que assim passa a nada ter a ver com a organização da sociedade tal como se dá nas relações de produção capitalista, agora com uma orientação política neoliberal.

Para Ferreira (2005), a perspectiva da promoção da Educação Inclusiva é trazer novos recursos e novos olhares sobre os recursos que já existem e aos que ainda são necessários desenvolver. Mas, por certo que o professor com todo o conjunto de competências e experiências que tem é certamente o principal recurso em que a Educação Inclusiva pode se apoiar.

### **Considerações finais**

Após este estudo pode se dizer que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade humana. Entende-se que para incluir é preciso romper com os preconceitos criados pelas sociedades, para trabalhar com o objetivo de ter uma sociedade mais justa na qual os professores não tenham medo de aprender coisas novas para passarem aos seus alunos.

Faz-se necessário também melhorar o pensamento das crianças com relação ao colega que é “diferente”, ensinando-as a respeitá-lo, pois muitas crianças chegam às escolas cheias de preconceitos oriundos dos próprios pais. A própria sociedade precisa passar por reformas em sua forma de ver o próximo e nós sabemos que esse é um longo caminho a ser percorrido para que as novas gerações tenham êxito na convivência com as diferenças, trabalhando o pensamento das crianças de hoje, pois elas serão os cidadãos do amanhã.

Foi possível notar que a família precisa fazer parte desse processo, pois o amparo e a compreensão familiar são imprescindíveis para a inclusão educacional e social. Primeiramente é preciso que as famílias aceitem suas crianças, rompendo com o preconceito de que elas são dependentes para tudo, por outro lado, muitos pais

superprotegem seus filhos e não os levam para a escola, na tentativa de não os fazer sofrer.

Para avançarmos no processo de inclusão escolar, precisamos efetivamente trazer para o interior da escola a discussão dos princípios que norteiam a educação inclusiva e, a partir daí, singularizar os casos de deficiências que chegam às escolas regulares, através de diretrizes curriculares e pedagógicas adequadas para responder às necessidades educacionais individuais desses indivíduos, que remetem à urgência da transformação de toda a realidade social e escolar.

O conhecimento deve igualmente ser percebido não como algo determinado, mas sim como o produto da construção gerado pela interação entre os indivíduos, os meios físicos e as relações humanas. Portanto, isso significa a reflexão sobre as concepções que permeiam as construções cognitivas de pais, de professores e de todos os agentes da escola que culminem em práticas em que a prioridade seja dada à mediação do outro, em se tratando da disponibilização dos bens culturais à participação do deficiente.

Entende-se que os alunos com Síndrome de Down estão avançando em suas conquistas e conseguindo apossar de seus espaços, deixando evidente para educação as suas capacidades e a certeza de que elas precisam se ajustar para essa realidade palpável e não mais utópica, já que se sabe que os desafios serão muitos, mas as possibilidades também. Assim sendo, é notória a necessidade de mais estudos nesta perspectiva para cada vez mais poder contribuir com essas pessoas.

## **Referências**

ALVES, Isabela. *10 Direitos Garantidos às Pessoas com Síndrome de Down*, 2019. Disponível em: <<https://isabellcalves.jus>>

brasil.com.br/artigos/693796282/10-direitos- garantidos-as-  
pessoas-com-sindrome-de-down>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL, *A Constituição Federal de 1988*, art. 208, inciso III (Brasil 1988), o Plano Decenal de Educação para todos, 1993 – 2003 (MEC, 1999) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1993).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília – DF, 2008.

BUSCAGLIA, Leo. *Os deficientes e seus pais*. Tradução: Raquel Mendes, 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAPONE, G. T. *Down Sndrome Genetic Insighths and thoughts on early invention*. *Infants Young Child*, Estados Unidos, v. 17, n. 1, pp. 45-58, 2004.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. *Os movimentos possíveis e necessários para que uma escola faça a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais*. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes (Org.). *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. Vitória: EDUFES, 2005.

FONSECA, Vitor da. *Educação Especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FREIRE, Paulo in Moacir Gadotti. *Paulo Freire: Uma Biobibliografia*, 1996.

PIAGET, J. e GRECO, P. *Aprendizagem e conhecimento*. São Paulo: Freitas Bastos, 1974.

RIBEIRO, Carla Trevisan M. *et al. Perfil do atendimento fisioterapêutico na Síndrome de Down em algumas instituições do município do Rio de Janeiro*. *Neurociências*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 114-119, jun. 2009.

RODRIGUES, A. C. *A importância da representação dos irmãos perante a criança com espectro do autismo*. Tese de Doutorado. Universidade de Málaga, Espanha, 2008.

SANTOS, Rosane de Carvalho. PAULA, Érica Bertáglio. *Estimulação precoce em crianças com Síndrome de Down*.

abordagem fisioterapêutica. Universidade de Ribeirão Preto, 2019.

SALAMANCA. *Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade*. Salamanca: UNESCO, 1994.

SILVA, F. O. NASCIMENTO, H. C. & SOARES, M. H. *Inclusão escolar para crianças com Síndrome de Down*. Faculdades Doctum da Serra, 2018.

SILVA, O. *Educação Infantil: bases históricas, políticas e sociais*. Belo Horizonte: FAE/UFMG/UAB, 2000.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A.; STORER, Márcia Regina de Souza. O desenvolvimento cognitivo das crianças com Síndrome de Down à luz das relações familiares. *Revista Psicologia: teoria e prática*. v. 4, n. 2, São Paulo: 2002.

# ESTUDO SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO EM PIRACANJUBA/GO

Sanderson de Moura Bessa<sup>1</sup>  
Daniele Lopes Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como o objetivo compreender os aspectos que envolvem a temática do sistema prisional nacional, trazendo como foco a realidade da população carcerária de Piracanjuba/GO. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico em literatura científica especializada no assunto, bem como pesquisa de campo, através de questionário previamente elaborado e respondido pelo Agente de Segurança Pública Jorge Paulo F Lima, coordenador da unidade prisional de Piracanjuba/GO. A pesquisa buscou identificar a estruturação do serviço prisional local, elencando dados sobre a realidade vivenciada pelos detentos do município. Ao fim do presente trabalho acadêmico foi possível observar que o Brasil vivencia uma realidade de crise do sistema prisional, enfrentando graves problemas como a superlotação, a precariedade na alimentação e a ausência de cuidados mínimos com higiene. Desse modo observa-se ainda a necessidade urgente de uma reforma no sistema prisional, garantindo que a Constituição Federal e demais normativas que versam sobre o assunto sejam cumpridos, garantindo o princípio da dignidade humana aos egressos do sistema.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional. Dignidade da Pessoa Humana.

---

<sup>1</sup> Aluno do Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Pós-Doutora e Doutora em Educação pela PUC Goiás. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC Goiás. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Professora e Coordenadora Geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

**Abstract:** This work aims to understand the aspects that involve the theme of the national prison system, focusing on the reality of the prison population of Piracanjuba/GO. To this end, a bibliographic survey was carried out in scientific literature specialized in the subject, as well as field research, through a questionnaire previously prepared and answered by the Public Security Agent Jorge Paulo F Lima, coordinator of the prison unit in Piracanjuba/GO. The research sought to identify the structure of the local prison service, listing data on the reality experienced by inmates in the municipality. At the end of this academic work it was possible to observe that Brazil is experiencing a reality of crisis in the prison system, facing serious problems such as overcrowding, precarious food and the lack of minimum hygiene care. In this way, there is also an urgent need for reform in the prison system, ensuring that the Federal Constitution and other regulations dealing with the subject are complied with, guaranteeing the principle of human dignity for those discharged from the system.

**Keywords:** Prison System. Dignity of Human Person.

## **Introdução**

O objetivo do presente trabalho acadêmico é a compreensão do sistema penitenciário brasileiro, tendo como foco de pesquisa a Unidade Prisional da comarca de Piracanjuba/GO. Para alcançar tal compreensão, foi realizada pesquisa de campo na supramencionada unidade prisional, visando o levantamento de informações acerca do funcionamento da unidade, bem como das particularidades deste microsistema penitenciário.

## **Sistema Carcerário**

Considerando a linha histórica na qual a humanidade construiu sua trajetória, a figura das prisões é uma

constante, remontando aos princípios das primeiras civilizações, perpassando toda a narrativa bíblica e se estendendo aos dias atuais.

Neste contexto histórico observa-se que a função das prisões nem sempre foram as mesmas, e só a partir do século XVIII a prisão passa a ser parte efetiva de um sistema punitivo (MARQUES *et. al*, 2015).

Assim, na atualidade temos um contexto prisional nacional que enfrenta sérias dificuldades, pois é um sistema que teoricamente tem a missão moral e social de reeducar os criminosos a ele confiados, mas não oferece meios para tal reeducação. As leituras prévias apontam uma estrutura superlotada, insalubre, com dificuldades de acesso à atendimentos médicos, propícia a rebeliões e fugas, que não atende ao princípio educativo e de ressocialização, mas pelo contrário, favorece a proliferação do crime e da violência. Desse modo, a prisão possibilita, e até mesmo favorece a organização do meio de delinquentes, que solidarizam entre si e se hierarquizam, se tornando prontos para todas as complicações futuras (FOUCAULT, 2011).

O atual sistema prisional brasileiro, prima pela ressocialização e a punição da criminalidade, de modo que o Estado se responsabiliza pelo combate ao crime através do isolamento do criminoso frente à sociedade (MACHADO e GUIMARÃES, 2014).

Para cumprir tal papel, no entanto, existem alguns requisitos mínimos e a própria Constituição Federal em seu artigo 5º, XLIX prevê que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”.

A realidade vivenciada, no entanto, não corresponde à execução da lei, culminando em um sistema falido, que é envia os condenados para as penitenciárias, com o objetivo de reabilitá-lo ao convívio social, sem garantir meios para que tal processo ocorra, de modo que ao retornar à

sociedade esse indivíduo estará mais despreparado, desambientado e provavelmente mais desenvolvido para a prática de novos crimes (MIRABETE, 2008 apud MACHADO; GUIMARÃES, 2014).

Dentre as principais mazelas vivenciadas pelo sistema penitenciário, a superlotação, seguida da dificuldade ao acesso de cuidados médicos merecem atenção. A Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 85º garante que “o estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade”, bem como o artigo 88 da mesma Lei garante a “salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração com isolamento e condicionamento térmico adequado à existência humana”, no entanto a realidade vivenciada, que apresentam instituições superlotadas e condições de vida precárias.

Ressalta-se ainda que a Constituição Federal versa sobre a dignidade da pessoa humana, apontando que este é um fundamento do Estado democrático de direito brasileiro, devendo este atuar em prol de todos os cidadãos da nação, privados de liberdade ou não.

Desse modo é importante assegurar que os aspectos garantidos legalmente encontrem um caminho para sua execução, garantindo o cumprimento do princípio da dignidade humana e favorecendo a ressocialização dos detentos (MACHADO; GUIMARÃES, 2014).

## **Metodologia**

O presente trabalho se configura enquanto uma pesquisa e a metodologia utilizada para sua realização foi levantamento bibliográfico sobre o tema, e posteriormente a realização de pesquisa de campo e foi realizada uma entrevista, com questionário previamente estruturado.

A pesquisa de campo é aqui definida como uma investigação que vai além da pesquisa bibliográfica ou documental, na qual se realiza uma coleta de dados junto a pessoas, tendo como recursos outros diferentes tipos de pesquisa (FONSECA, 2002).

Na pesquisa de campo foi realizada uma visita a Secretaria de Segurança Pública de Piracanjuba/GO e foram coletados dados sobre o sistema de cárcere municipal.

Também foi realizada uma entrevista com questionário previamente elaborado e respondido pelo Agente de Segurança Pública Jorge Paulo F Lima, coordenador da unidade prisional de Piracanjuba/GO.

A pesquisa buscou identificar a estruturação do serviço prisional local, elencando dados sobre a realidade vivenciada pelos detentos do município.

## **Pesquisa de campo e entrevista**

A fim de compreender amplamente os aspectos teóricos estudados, foi realizada uma pesquisa de campo na Unidade Prisional da comarca de Piracanjuba/GO, que está localizada em área urbana.

O questionário foi previamente estruturado, sendo respondido pelo coordenador da unidade, senhor Jorge Paulo F. Lima.

A pesquisa apontou que atualmente existem 136 (cento e trinta e seis) detentos na unidade, sendo eles 126 (cento e vinte e seis) homens e 8 (oito) mulheres.

Outra informação elencada foi a idade média, que é de 26 a 35 anos de idade, tendo variações para mais e menos idade. Dentre os motivos que levam os indivíduos a serem encarcerados, sobressaem as práticas de furto e tráfico de drogas.

Sobre a infraestrutura e condições de alimentação, foi apurado que a unidade possui uma sala de triagem e 04 (quatro) alas, inclusive uma delas foi reformada recentemente.

A alimentação é considerada uma problemática na unidade, pois não existe cozinha própria, e as refeições são disponibilizadas por uma empresa terceirizada do município de Goiatuba/GO. Os alimentos são entregues na unidade duas vezes ao dia.

O entrevistado acrescentou ainda a dificuldade de trabalhar neste setor civil, e citando ainda as ocorrências de tráfico de drogas pelos próprios agentes penitenciários na unidade, citando um acontecimento recente no qual um Vigilante Penitenciário Temporário foi pego em flagrante cometendo tal delito.

## **Considerações finais**

A literatura científica especializada neste tema aponta um grande abismo entre o que as diretrizes teóricas e legais, e as ações realizadas dentro do sistema prisional nacional, e conforme observado na pesquisa de campo, regional.

Este sistema falido não oferta meios para a reeducação e por consequência, jamais cumprirá a missão magna de ressocializar o sujeito egresso no sistema.

A superlotação, ambientes insalubres, alimentação inadequada são fatores muito graves, que ferem não só as leis e acordos, mas também o princípio básico da dignidade humana.

Assim, a elaboração do presente trabalho propiciou a observação de que se faz necessário uma grande reforma no sistema penitenciário vigente, para que a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e tantos outros tratados e acordos, tanto nacionais quanto internacionais, sejam cumpridos e o papel da instituição prisional seja de fato, efetivado.

## Referências

- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MACHADO, N. O.; GUIMARÃES, I. S. *A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n. 1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014.
- MIRABETE, J. F. *Execução penal*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.



## RESENHA CIENTÍFICA: A MÚSICA E SUA INFLUÊNCIA NA BANALIZAÇÃO DO PAPEL DA MULHER

Mirelle S. Correia<sup>1</sup>

Pablo Ribeiro Gomes Geraes<sup>2</sup>

O livro<sup>3</sup> surgiu de um estudo realizado pela autora para a disciplina de Psicologia aplicada à Educação, do Programa de Pós-graduação do Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, sob a regência da professora Glacy Queiros de Roure. O artigo intitulado *A Música e sua influência na propagação de conceitos discriminatórios, ofensivos e banalização do papel da mulher: um estudo sob o olhar da psicanálise*, foi apresentado no Congresso de Ciência e Tecnologia e ganhou o prêmio de segundo lugar pela relevância científica, no ano de 2017.

No ano de 2018, a autora foi convidada a participar de uma chamada pública, e enviar o estudo a fim de concorrer com outros autores para a publicação. Assim, pela relevância do trabalho, foi escolhido para ser publicado pela prefeitura de Goiânia. A obra completa com mais informações foi finalmente publicada com o nome “A música e sua influência na banalização do papel da mulher”.

No atual contexto vivido pelo Brasil é importante discutir sobre a banalização da mulher. Tendo em vista os altos números de assassinatos de mulheres. O Brasil figura na sexta posição no mundo. A pesquisa foi embasada em farta argumentação e análise científica que demonstra o

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>2</sup> Discente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

<sup>3</sup> Resenha do livro: OLIVEIRA, Daniele Lopes. *A música e sua influência na banalização do papel da mulher*. Goiânia: Editora Prime; 2019, 92 p.

poder de influência que a música possui sobre os indivíduos e sobre os estados emocionais, influenciando o humor de uma pessoa, deixando-a alegre ou triste, tocando suas emoções, criando lembranças. E também como a música pode auxiliar o bem-estar de uma pessoa.

O trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar como a música influencia os indivíduos. E como hoje a música tem sido utilizada para propagar conceitos machistas que banalizam e vulgarizam o papel da mulher e apregoam ideias preconceituosas e desrespeitosas, diminuindo a função da mulher e sua importância social. Favorecendo a violência e a idealização de uma imagem distorcida do gênero. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica do assunto, foram ouvidos jovens de ambos os sexos com idades entre dezoito a vinte e cinco anos de idade. Foram escolhidos alguns trechos de música dentre as músicas populares da atualidade, e foi realizado um estudo sobre as mensagens apresentadas nas canções e como estas mensagens repercutem na sociedade. Na elaboração da pesquisa utilizou-se um referencial analítico-comportamental e psicanalítico, partindo do princípio de que essas são as abordagens mais comumente reconhecidas e utilizadas no campo da Psicologia. Por meio desses referenciais estabeleceu-se uma correlação entre ambas as abordagens através da música, que se mostrou amplamente presente e relevante nessas teorias.

O conteúdo do livro trata da influência que a música tem na vida das pessoas. E o quanto é importante se atentar a isso pois desde de criança somos apresentados a vários gêneros musicais e isso contribui de maneira mesmo que indireta para nossa formação. Cada pessoa escolhe um estilo musical que pelo qual demonstra mais empatia, e isso influencia a forma como a pessoa se comporta e até as características do ouvinte, são modeladas pela influência da

música. E é isso que faz a música ser uma coisa que todos gostam pois ela é diversa e cabe em todos ambientes e momentos. O primeiro capítulo fala da importância da música e como ela pode estimular os estudos, ajudar na concentração e alegrar pacientes crônicos. O segundo capítulo trata do efeito da música no ser humano, explorando seus aspectos positivos e negativos. O terceiro capítulo discorre sobre a música e sua influência no comportamento dos jovens, na sua forma de se comportar e vestir. O quarto capítulo trata do poder global da mídia e como ela dirige o gosto musical da massa. E trata do poder milionário da indústria musical. O quinto capítulo trata dos aspectos psicológicos afetados pela música, as mensagens subliminares e o inconsciente coletivo. O sexto capítulo traz um estudo de diversas músicas, a interpretação das letras e a ênfase na sexualidade, bebida, drogas e a discriminação de gênero e violência presente na música internacional e nacional. O sétimo capítulo discute a violência e a construção de um papel feminino como fetiche sexual, sua objetualização e esvaziamento de significado e singularidade. Por fim foi realizada entrevista com diversos jovens a fim de compreender sua escolha musical e como eles pensam sobre alguns gêneros musicais, e sobre alguns dos conceitos que são popularizados na música da atualidade.

Gostaria de dar ênfase a um estilo musical específico: o funk, onde a cada dia mais suas letras deprimem a imagem da mulher. Através de suas composições machistas como a música do Mc Diguinho “Só Surubinha de leve” que diz: “taca bebida depois taca a pica e abandona na rua”. Dando a entender que a mulher só serve como objeto sexual. É isso se concretiza nos bailes funks onde acontece por influência das músicas várias danças na maioria das vezes executadas por

mulheres fazem insinuações ao sexo. E nos bailes algumas mulheres não se incomodam com as letras.

Eu concordo que uma boa música tem poder de nos deixar bem, e pode nos auxiliar no nosso bem-estar, sendo que é importante nunca propagar músicas que rebaixem ou que prejudique a imagem da mulher. De fato, a música tem uma influência que não pode ser ignorada, uma música antiga nos traz lembranças e sentimentos do passado, quase que no segundo que começa a tocar. Esta influência é rápida e até inconsciente.

E infelizmente a violência contra a mulher é uma realidade nacional. Que a música está imbuída de um papel muito forte no inconsciente social, pois ela expressa nossa individualidade e nossa coletividade.

A partir da leitura do livro base dessa reflexão, podemos aferir que o papel da música deve ser repensado, pois a música exerce forte influência sobre as pessoas, sendo que o tipo de música que hoje é disseminado pela mídia contribui, negativamente, para reforçar preconceitos contra a mulher. Distorcendo sua imagem e negando sua real contribuição como pessoa que trabalha, luta, que é mãe, esposa, professora, médica, advogada etc. Reduzindo-a a um corpo sexual, para dar prazer ao homem.

A música hoje tem perdido o seu sentido, o (*mousikê*) que é traduzido como “arte das musas” em que os artistas se inspiravam. Preocupa-nos a letargia e sentido de dormência que tomou conta da sociedade, que não pensa, não discute e aceita tudo de forma passiva.

A iniciação científica é uma oportunidade para o aluno desenvolver um pensamento crítico, ético e profissional. O ambiente universitário é um importante contexto para promover o estímulo e o incentivo à pesquisa, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e no envolvimento entre a comunidade acadêmica e a sociedade local. Para isso, é necessário apoio institucional e professores comprometidos com a ciência. Engajamento esse que tem sido notório nos projetos de pesquisa desenvolvidos nos cursos da Faculdade de Piracanjuba (FAP).

**Prof. Dr. Milton Justus**  
(Diretor Geral da Faculdade de Piracanjuba - FAP)

